

Banco do Nordeste do Brasil

***FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORDESTE – FNE***

**Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2011
1º SEMESTRE**

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2012



**Banco do
Nordeste**

Presidente:

Jurandir Vieira Santiago

Diretores:

Fernando Passos
Isidro Moraes de Siqueira
José Sydrião de Alencar Júnior
Luis Carlos Everton de Farias
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Conselho Editorial

José Sydrião de Alencar Júnior
Robério Gress do Vale
José Narciso Sobrinho
José Rubens Dutra Mota
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Allisson David de Oliveira Martins
Wellington Santos Demasceno
Fernando Luiz Emereciano Viana
Jânia Maria Pinho Souza
Luciano Jany Feijão Ximenes
Maria Odete Alves

Francisco Raimundo Evangelista
Ademir Costa

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste –
ETENE**

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Wellington Santos Damasceno, em exercício

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Ambiente de Comunicação Social

Gerente: José Maurício de Lima da Silva

Editor: Ademir Costa

Revisão Vernacular: Luiza Vaz

Normalização Bibliográfica: Erlanda Maria

Diagramação e capa: Patrício de Moura

Tiragem: 1.000 exemplares

Sac Banco do Nordeste / Ouvidoria

0800 728 3030

www.bnb.gov.br/faleconosco

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei 10.994 de 14/12/2004

B213f Banco do Nordeste do Brasil.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE: relatório de resultados e impactos do FNE 2011 - I semestre / Banco do Nordeste do Brasil. – Fortaleza, 2012.

162p.: il.

ISBN 978-85-7791-189-9

CD-ROM.

1. Economia do nordeste brasileiro. 2. Desempenho regional. 3. Política regional. 4. Agricultura familiar. 5. Microcrédito. 6. PRONAF. 7. Semiário nordestino. I. Título.

CDD: 332.041

Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco

Iracy Soares Ribeiro Maciel

Jane Mary Gondim de Souza

Luiz Fernando Gonçalves Viana

Renato Alves dos Santos

Artur Ícaro de Moraes Pinho – Bolsista

Colaboradores:

Alan Coelho Silva

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Cláudio Pereira Bentemuller

Cristiane Garcia Barbosa

João Bosco Ximenes Carmo

Kennedy Montenegro Vasconcelos

Luísa Maria Tessman

Pedro Pucci de Mesquita

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Zidiê Batista de Medeiros

Roberto Alves Gomes – Contratado

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2010 e 2011.....	24
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano	37
Gráfico 3 – Agroamigo – Valores Contratados por Ano (R\$ Mil)	37
Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos	38
Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil).....	38
Gráfico 6 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011	121

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Semiárido Nordeste.....	15
Mapa 2 – FNE – Valor Contratado por município – Primeiro Semestre de 2011	64
Mapa 3 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB	81
Mapa 4 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil.....	17
Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2011.....	19
Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2011	23
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2011.....	23
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2011.....	24
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2011	25
Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾	26
Tabela 8 – FNE – Contratações no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	28
Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	30
Tabela 10 – FNE – Contratações no Pronaf – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	34
Tabela 11 – FNE – Contratações no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	40
Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	41
Tabela 13 – FNE – Contratações no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	42
Tabela 14 – FNE – Setor Industrial – Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	43
Tabela 15 – FNE – Contratações no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	44
Tabela 16 – FNE – Setor Turismo – Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	44

Tabela 17 – FNE – Contratações por Atividade no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾ ...	46
Tabela 18 – FNE – Contratações por Região no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	46
Tabela 19 – FNE – Contratações por Estado no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	46
Tabela 20 – FNE – Contratações por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	47
Tabela 21 – FNE – Contratações por Região nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	48
Tabela 22 – FNE – Contratações por Porte nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	48
Tabela 23 – FNE – Contratações por Estado nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	49
Tabela 24 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa – Primeiro Semestre de 2011	50
Tabela 25 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2011	51
Tabela 26 – FNE – Contratações Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	52
Tabela 27 – FNE – Contratações Estaduais e Setoriais – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	52
Tabela 28 – FNE – Contratações em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	54
Tabela 29 – FNE – Contratações em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	55
Tabela 30 – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	55
Tabela 31 – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	56
Tabela 32 – FNE – Contratações Acumuladas por Região – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	56
Tabela 33 – FNE – Contratações por Região – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	57
Tabela 34 – FNE – Contratações Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	58
Tabela 35 – FNE – Contratações por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	58
Tabela 36 – FNE – Contratações Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	60
Tabela 37 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011	61
Tabela 38 – FNE – Contratações por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	61
Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011	62
Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011	63
Tabela 41 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2011	63
Tabela 42 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2011	63
Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações no Primeiro Semestre de 2011	65

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2011	66
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011	66
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2011.....	66
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contrataçõespor Região – Primeiro Semestre de 2011(1).....	67
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011 ...	67
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações (1) por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2011	67
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores das Operações ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2011	68
Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011	68
Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2011.....	68
Tabela 53 – FNE – Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – Primeiro Semestre de 2011	69
Tabela 54 – FNE – Projetos de Infraestrutura (Energias Renováveis e Telecomunicações) – Primeiro Semestre de 2011	69
Tabela 55 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2011	70
Tabela 56 – FNE – Contratações em Apoio ao PAC – Primeiro Semestre de 2011	70
Tabela 57 – FNE – Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura – Primeiro Semestre de 2011	71
Tabela 58 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados ¹ em Fruticultura Irrigada ² – Primeiro Semestre de 2011	71
Tabela 59 – FNE – Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca – Primeiro Semestre de 2011 ...	72
Tabela 60 – FNE – Projetos de produção de grãos – Primeiro Semestre de 2011	72
Tabela 61 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Primeiro Semestre de 2011	73
Tabela 62 – FNE – Projetos da Indústria Química – Primeiro Semestre de 2011	74
Tabela 63 – FNE –Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Minerais não-metálicos – Primeiro Semestre de 2011	75
Tabela 64 – FNE – Projetos relacionados ao Turismo – Primeiro Semestre de 2011	75
Tabela 65 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2011	76
Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados no Setor de Indústria Extrativa de Minerais - Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	77
Tabela 67 – FNE – Projetos de Serviços de Manutenção para Metal – Mecânica	77
Tabela 68 – FNE – Projetos Contratados por Região – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	78
Tabela 69 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados ⁽²⁾ Públicos – Primeiro Semestre de 2011	79
Tabela 70 – FNE – Projetos Contratados na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	80

Tabela 71 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Porte – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	82
Tabela 72 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Setor – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	82
Tabela 73 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Estado – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	83
Tabela 74 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Região – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	84
Tabela 75 – FNE – Projetos Contratados ¹ nas Mesorregiões SPR ² – Primeiro Semestre de 2011.....	85
Tabela 76 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	87
Tabela 77 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	88
Tabela 78 – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2011(1).....	89
Tabela 79 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	90
Tabela 80 – FNE – Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2011.....	91
Tabela 81 – FNE – Contratações na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	91
Tabela 82 – FNE – Contratações na RIDE Timon-Teresina – Por Município – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	92
Tabela 83 – FNE – Contratações na Ride Timon-Teresina – Por Setor – Primeiro Semestre de 2011 ⁽¹⁾	92
Tabela 84 – Matriz do Vetor de variáveis para o cálculo da correlação.....	107
Tabela 85 – Faixas de Classificação do Porte das Empresas, Segundo a Variável Receita Operacional Bruta Anual.....	108
Tabela 86 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE1 – Primeiro Semestre de 2011.....	111
Tabela 87 – Impactos na Economia das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado ¹ – Primeiro Semestre de 2011.....	113
Tabela 88 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte do Empreendimento (Micro, Mini e Pequeno) – Primeiro Semestre de 2011 ¹	115
Tabela 89 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 30.06.2011.....	116
Tabela 90 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 30.06.2011.....	117
Tabela 91 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 30.06.2011.....	117
Tabela 92 – FNE – Recuperação de Dívidas – Posição: 30.06.2011(1).....	118
Tabela 93 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Posição: 30/06/2011.....	119

SUMÁRIO

PREFÁCIO

1 – INTRODUÇÃO	13
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	15
3 – A EXECUÇÃO DO FNE	19
3.1 – Contratações Setoriais	26
3.1.1 – Setor Rural.....	27
3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	30
3.1.2 – Setor Agroindustrial	39
3.1.3 – Setor Industrial	41
3.1.4 – Setor Turismo	43
3.1.5 – Setor Infraestrutura	45
3.1.6 – Setor Comercial e Serviços	46
3.2 – Valores Programados e Valores Realizados.....	49
3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	50
3.3.1 – Contratações por Estado	50
3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido	56
3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido	59
3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário.....	59
3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE	62
3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições.....	65
3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE	69
3.5.1 – Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades):.....	69
3.5.2 – Prioridades Espaciais.....	77
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR.....	78
4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE	93
4.1 – Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo	93
4.1.1 – Aspectos Gerais	93
4.1.2 – Metodologia.....	95
4.1.2.1 – Definição da Amostra.....	95
4.1.2.2 – Aplicação do Questionário	96
4.1.2.3 – Análise Econômica e Estatística dos Dados	97
4.2 – Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).....	99
4.2.1 – Aspectos Gerais	99
4.2.2 – Metodologia.....	100

4.3 – Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE e do BNB na geração de emprego no período de 2000 a 2008	102
4.3.1 – Aspectos Gerais	102
4.3.2 – Aspectos Metodológicos.....	103
4.3.2.1 – Evolução do Nível de Emprego.....	103
4.3.2.2 – Mensuração do Impacto dos Investimentos	104
4.3.2.3 – Aplicação da técnica de Correlação Linear	106
4.3.2.4 – Coeficiente de correlação	107
4.3.2.5 – Classificação do Porte das Empresas.....	108
4.4 – Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011	108
4.4.1 – Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	108
4.4.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2011	110
4.4.2.1 – Os Efeitos Transbordamento do FNE	112
4.4.2.2 – Impactos das Atividades Seleccionadas dos Estados	112
4.4.2.3 – Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para mini/pequenos e médios empreendimentos	114
5 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	116
5.1 – Inadimplemento das Operações	116
5.2 – Recuperação de Crédito	118
5.3 – Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989.....	119
6 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	120
6.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2011.....	120
6.2 – Principais Ocorrências	120
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	125

PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao primeiro semestre de 2011.

Além de informações sobre a execução do fundo, estão incorporados neste relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a metodologia de avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até junho de 2011, o montante de R\$ 86,3 bilhões, em financiamentos direcionados a empreendimentos predominantemente de pequeno e médio portes dos setores rural, industrial e agroindustrial, comércio e serviços, turismo e de infraestrutura localizados nos onze estados da área de atuação do BNB.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem as operações no âmbito do FNE, ressalta-se a importância da elaboração desse relatório, que permite dar transparência à execução das ações, monitorar e avaliar sistematicamente o desempenho operacional e, à luz dos resultados alcançados, rever continuamente o processo de financiamento, sob a perspectiva da conjuntura socioeconômica da região Nordeste.

Assim, esperamos que esse relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento do processo de financiamento produtivo, no âmbito do FNE, com foco na geração de emprego e renda.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do ETENE

1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado por força do art. 159 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela lei nº 7.827, de 27.09.1989. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste.

O presente relatório apresenta os principais resultados e impactos do FNE no primeiro semestre do ano 2011, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Assim, observa-se que as operações contratadas com recursos do FNE, no primeiro semestre de 2011, alcançaram o montante de R\$ 4,5 bilhões, representando 210.394 operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no fim do primeiro semestre de 2011, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 4,9 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 6,8 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio rural absorveram R\$ 1,7 bilhão ou 38,4% do total contratado pelo FNE no primeiro semestre de 2011, enquanto que o Comércio de Serviços contratou com R\$ 1,1 bilhão (23,6% do total contratado) e o Setor Industrial foi contemplado com R\$ 789,3 milhões (17,6% do total contratado). O Setor Infraestrutura obteve R\$ 714,1 milhões (15,9% do total contratado), o Setor Agroindustrial recebeu R\$ 103,0 milhões (2,3% do total contratado) e o Setor Turismo, 96,6 milhões (2,2%).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 1,9 bilhão, de modo que mais de 392 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste, no primeiro semestre de 2011.

Os mini, micro e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Mais

de 605 mil beneficiários do FNE, no primeiro semestre de 2011, pertenciam a essa categoria.

A agricultura familiar, por meio do Pronaf, foi beneficiada com recursos do fundo no total de R\$ 596,2 milhões. Os empréstimos do FNE beneficiaram mais de 580 mil pessoas pertencentes a esse programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação e em 1.963 municípios, ou 98,7% daquela área. Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, afere-se que as contratações realizadas no primeiro semestre de 2011 pelo FNE geraram para a região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 10,2 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 5,7 bilhões; geração de 486 mil ocupações; pagamento de salários por volta de R\$ 1,7 bilhão e geração de impostos estimada em R\$ 1,4 bilhão. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente relatório está dividido em seis capítulos. A presente introdução faz uma síntese dos principais resultados das aplicações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste, apresenta um panorama da economia nordestina, que serve de subsídio para compreensão da dinâmica do Fundo.

A Execução do FNE discrimina a aplicação do Fundo, analisando em consonância com os cortes por setor, estado, região climática (dentro e fora do semiárido), porte dos empreendimentos, mesorregiões e tipologias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) além das prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Em sequência, o capítulo Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se da matriz de insumo-produto regional, bem como da metodologia de três

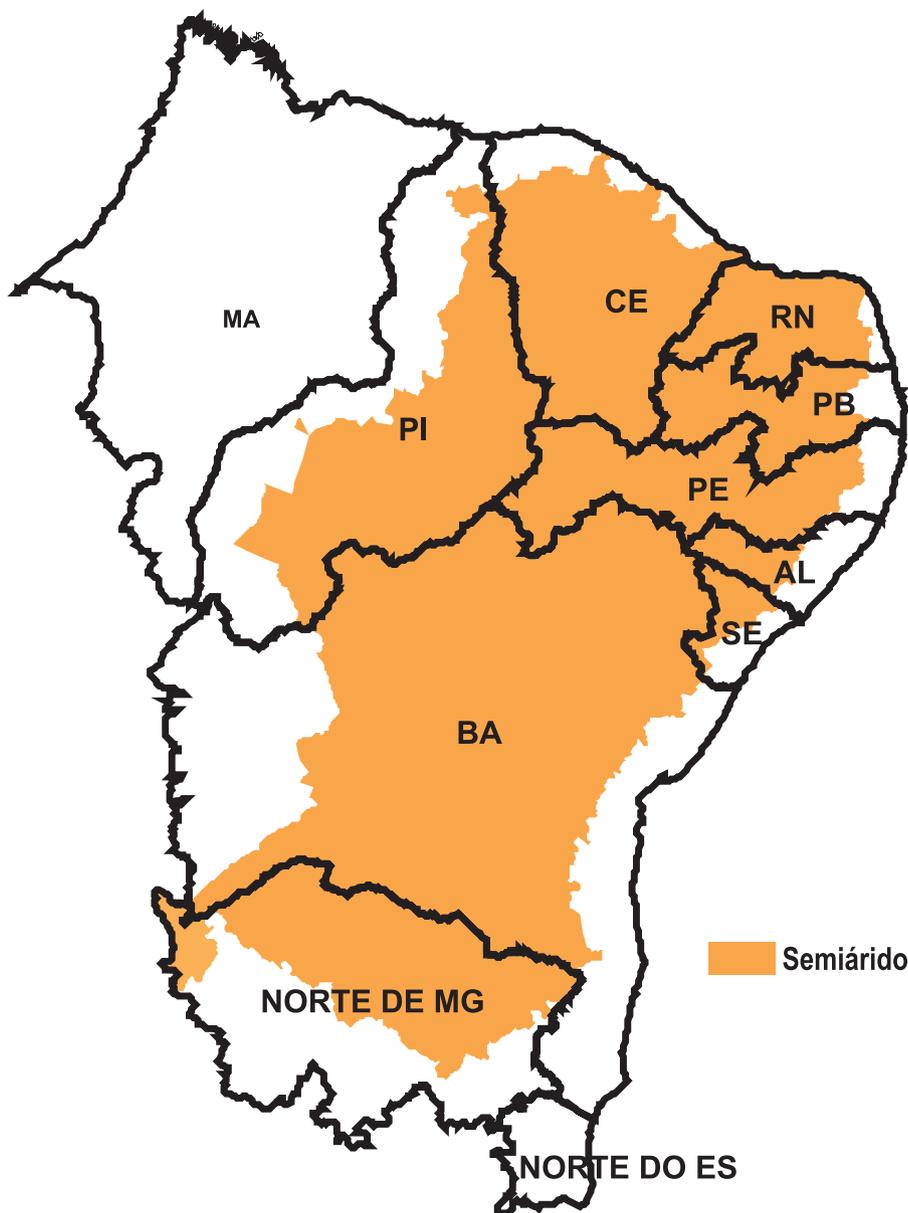
avaliações em curso, a saber: i) Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo; ii) Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); e iii) Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE e BNB na geração de emprego no período de 2000 a 2008.

Em Gestão do Ativo Operacional é analisado o comportamento da inadimplência do FNE no período e o processo de recuperação de crédito, enquanto o capítulo Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados faz uma síntese das visitas ao longo do primeiro semestre de 2011, das principais ações e ocorrências.

2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², o equivalente a 19,5% do território nacional. A Região possui uma expressiva área semiárida (Mapa 1) com 986,9 mil km² que se estende

do Piauí à Bahia. De acordo com os dados do Censo 2010, o Nordeste possui uma população de 53,1 milhões de habitantes, o que representa 27,8% da população brasileira. Registrou-se na última década uma taxa de crescimento populacional anual de 1,08%, na comparação com o Censo 2000, inferior ao da população brasileira que foi de 1,18%.



Mapa 1 – Semiárido Nordestino

Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

A redução do crescimento da população nordestina, dentre outros fatores, tem ocorrido em função da combinação da queda na taxa de fecundidade e da ampliação da expectativa de vida.

A taxa de fecundidade total no Nordeste caiu de uma média de 3,6 filhos por mulher, em 1992, para 2 filhos por mulher em 2009, segundo dados das PNADs de 1992 e 2009. Em 1970, essa média era de 5,8 filhos por mulher. Para o Brasil, atualmente essa taxa é de 1,8, ficando acima de dois filhos por mulher em todos os estados nordestinos, exceto na Bahia (1,87) e em Sergipe (1,84) que ficam abaixo desse patamar.

A esperança de vida ao nascer no Nordeste (70,4 anos), embora tenha sido ampliada em 3,7 anos na última década, ainda está bem abaixo daquela verificada nas demais regiões do País, a maior delas registrada na Região Sul: 75,2 anos. A taxa de mortalidade infantil está em 33,2 por mil, também a mais elevada do País. Em 1999, essa taxa era de 53 por mil nascidos vivos. A taxa bruta de mortalidade, por sua vez, frequência com que ocorrem os óbitos em uma população, é de 6,56% (IBGE, 1999, 2009).

Tem-se verificado também um processo de inversão do fluxo migratório da Região. Segundo dados da PNAD 2009, em comparação com 2001, houve uma redução de 37,4% no número de nordestinos residindo em outras regiões do Brasil, ao passo que ocorreu um aumento de 10,4% de residentes nordestinos provenientes de outras regiões brasileiras, notadamente nos Estados de Sergipe (36,8%) e Bahia (45,6%). Dados que corroboram a visão de que existe uma tendência à redução do histórico déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil. Tem-se observado, inclusive, aumento do número de emigrantes das regiões Sudeste e Sul com destino ao Nordeste, especialmente para o litoral e o cerrado.

A razão de dependência total do Nordeste, segundo dados da PNAD 2009, é de 52,7% enquanto a do Brasil é de 47,2%. Essa medida expressa o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos

e 65 anos ou mais de idade) sobre a população (15 a 64 anos de idade) potencialmente ativa. Vê-se, portanto, que existem cerca de 53 inativos para cada 100 ativos no Nordeste, proporção abaixo da População em Idade Ativa (PIA), que é de 61%. Isso é um indicativo de que, com uma estrutura demográfica diferenciada, o Nordeste está alguns anos atrás do Brasil no que diz respeito à passagem do bônus demográfico, o que nos permite planejar melhor e realizar investimentos para que essa oportunidade não seja desperdiçada. Em outros termos, existirá uma menor carga de dependência que se traduzirá em oportunidades, na medida em que existem expectativas de aumento da poupança doméstica e, portanto, crescimento da oferta de capital, que aliada a uma oferta maior de trabalho traduz-se em aceleração do crescimento econômico.

Essas mudanças no quadro demográfico nordestino evidenciam a necessidade de estratégias públicas adequadas à Região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, principalmente no que diz respeito a investimentos em estradas, escolas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste apresentou expressivo crescimento entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a., tendo superado a taxa de crescimento média do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na crise fiscal e financeira do país e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (ALBUQUERQUE, 2002).

Mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, em alguns anos, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de

2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superior à média brasileira, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial, as taxas de crescimento do PIB reduziram-se significativamente no Brasil e no Nordeste em 2009 (Tabela 1). Entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação econômica.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se nos últimos 50 anos um intenso processo de modernização. Em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2008, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (67,3%), Indústria (24,1%) e Agropecuária (8,6%) (BRASIL, 2006; IBGE, 2010).

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	4,8	6,1
2008	5,5	5,1
2009	-0,1	-0,6
2010 ⁽¹⁾	8,3	7,5
2011-2020 ⁽¹⁾	5,3	4,9

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1985 a 2010 para o Brasil e 1985 a 2009 para o Nordeste.

Nota: (1) Estimativas do BNB-ETENE: 2010 para o Nordeste e projeções 2011 a 2020 para o Brasil e Nordeste.

Em contrapartida, ocorreu um aumento na participação da indústria no PIB do Nordeste, com destaque para os segmentos químico e petroquímico,

papel e celulose, veículos, material elétrico, metal mecânico, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Atividades que praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século XX (ALBUQUERQUE, 2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, *shopping centers* e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (BRASIL, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e, principalmente, dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se. A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora essa Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de *softwares* e demais produtos de tecnologia da informação.

O Nordeste obteve relevantes melhorias em seus indicadores sociais entre 1960 e 2009. De acordo com os microdados da PNAD/IBGE (2009), a taxa de analfabetismo na região diminuiu de 59,3% para 19,4% no período. A esperança de vida ao nascer do nordestino aumentou de 48 para 70,4 anos. É oportuno ressaltar que é, ainda, a região brasileira com o maior número de analfabetos, 52,2% das pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade do Brasil estão no Nordeste. A taxa de escolarização cresceu 22,5% na última década, mas a média de anos de estudo das pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 6,3. Outro aspecto importante a ser mencionado é que a Região registrou um aumento de 41% no PIB *per capita*, em termos reais, no período 1985-2008.

A mudança nesses indicadores sociais propiciou uma melhoria na principal medida de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de apenas 0,306 em 1970, classificado como baixo pelos parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas, passou para um nível intermediário de 0,749 em 2007 (BRASIL, 2009). No entanto, apesar do crescimento de 144,7% nesse indicador, os esta-

dos do Nordeste continuam com o IDH inferior aos demais estados do Brasil, apresentando as piores classificações no *ranking* nacional.

Os indicadores de saneamento básico também registraram avanços, tanto que o percentual de domicílios com canalização interna de água aumentou de 16,0%, em 1970, para 78,0% em 2008; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 41,0% para 75,4% no mesmo período. A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 2,0% dos domicílios, em 1970, para 55,0% em 2008 (PNAD, 2008).

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza existente no Nordeste, a região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

3 – A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no primeiro semestre de 2011, somaram R\$ 4,5 bilhões, registrando um acréscimo de 9,5% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram contratados R\$ 4,1 bilhões. Excluindo as contratações realizadas através do Pronaf, o total das contratações do FNE no período em análise foi de R\$ 3,9 bilhões (Tabela 2).

Observa-se que o Setor Rural cresceu 21,1%, em relação ao mesmo período de 2010, seguido do Setor Comércio e Serviços, que cresceu 19,3%, Turismo, 15,4% e Infraestrutura, 8,3%. Entretanto,

os setores Agroindustrial e Industrial apresentaram decréscimo no volume de contratações entre o primeiro semestre de 2010 e o mesmo período de 2011, de 19,6% e 13,7%, respectivamente.

Assim, o BNB vem desempenhando um contínuo esforço na melhoria de seu desempenho operacional e o FNE constitui-se instrumento importante de suprimento de crédito ao setor produtivo, para minimizar os impactos negativos sobre o nível da atividade econômica e para encorajar os agentes produtivos no enfrentamento de situações econômicas adversas, sobretudo no Setor Rural.

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	199.783	597.845	1.726.263	38,4	562.942
FNE Rural – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	6.193	17.096	1.108.545	24,7	381.913
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo A)	2.864	8.592	53.510	1,2	5.091
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	173.479	520.437	327.669	7,3	21.294
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	950	2.850	2.900	0,1	46
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo D)	-	-	-	-	9
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Demais Grupos)	16.173	48.519	212.124	4,7	30.934
FNE Aquipesca – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	112	319	20.080	0,5	93.609
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	12	32	1.435	0,0	19.569
FNE Profrota Pesqueira – Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	2.679
FNE Inovação – Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	7.798

continua

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil continuação

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
AGROINDUSTRIAL	116	116	103.000	2,3	227.598
FNE Agrin – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	59	59	96.200	2,1	218.913
FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	57	57	6.800	0,2	8.685
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	-	-	-	-	-
INDUSTRIAL	1.257	1.257	789.298	17,6	1.152.630
FNE Industrial – Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	263	263	688.231	15,3	993.051
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	2.068	0,1	100.348
FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	987	987	98.955	2,2	59.220
FNE Inovação – Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	-
FNE Procultura – Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	6	6	44	-	11
TURISMO	127	127	96.619	2,2	311.479
FNE Proatur – Programa de Apoio ao Turismo Regional	16	16	71.088	1,6	291.925
FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	110	110	25.527	0,6	19.554
FNE EI – Programa FNE Empreendedor Individual	1	1	4	-	-
INFRAESTRUTURA	11	11	714.058	15,9	1.681.740
FNE Proinfra – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	10	10	664.787	14,8	456.701
FNE Verde – Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	49.271	1,1	1.225.039
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9.100	9.100	1.061.745	23,6	1.008.444
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	918	918	515.239	11,5	752.915

continua

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2011

Setores e Programas	Valores em R\$ mil				conclusão
	Nº de Operações	Contratações ⁽¹⁾		Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾	
		Quant. Benef.	Valor	%	
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	1	1	3.285	0,1	-
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	2	2	456	0,0	355
FNE Micro e Pequenas Empresas - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	8.122	8.122	542.374	12,1	255.078
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	57	57	391	0,0	96
Total	210.394	608.456	4.490.983	100,0	4.944.833

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Os setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, cerca de R\$ 1,8 bilhão, representando 40,7% do total contratado pelo FNE no período sob análise. O Setor Industrial realizou contratações de R\$ 789,3 milhões, enquanto o Setor Turismo contratou R\$ 96,6 milhões, ou 17,6% e 2,2% do total contratado através do FNE, respectivamente. No Setor Infraestrutura foram contratados R\$ 714,1 milhões, equivalentes a 15,9% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 1,1 bilhão ou 23,6% das contratações do FNE (Tabela 2).

Vale ressaltar que, do total de beneficiários do FNE no primeiro semestre de 2011 (608,5 mil), 98,3% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (597,8 mil), mantendo a importância verificada no mesmo período de 2010. No âmbito do FNE Rural, a quantidade de beneficiários pertencentes à categoria de mini, micro e pequenos produtores, 596,0 mil, representou 99,7% do número de beneficiários neste setor (Tabela 37).

O Setor Rural continuou sendo, no primeiro semestre de 2011, o setor com maior participação nas contratações do FNE, com valor contratado da ordem de R\$ 1,7 bilhão, representando 38,4% das aplicações do Fundo. Observa-se um aumento de 3,6 pontos percentuais na participação do Setor que, no mesmo período de 2010, representava 34,8% do volume de financiamentos (Tabela 2).

Do montante financiado no Setor Rural, cerca de R\$ 1,1 bilhão foi contratado no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (FNE RURAL), com participação de 64,2% nesse setor e 24,7% no FNE total, apresentando um acréscimo de 26,3% em relação ao mesmo período de 2010. No âmbito do Pronaf, foram contratados R\$ 596,2 milhões, representando 34,5% das contratações do FNE no Setor Rural e 13,3% das contratações do FNE total, com acréscimo de 27,4% das suas contratações em relação ao mesmo período de 2010 (Tabelas 2 e 10).

As contratações no Setor Agroindustrial somaram R\$ 103,0 milhões de recursos aplicados no

primeiro semestre de 2011, representando 2,3% das contratações totais do FNE, com decréscimo de 19,6% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram contratados R\$ 128,2 milhões.

Quanto aos setores Industrial e Turismo, neste relatório as análises foram realizadas de forma separadamente, diferente da abordagem constante dos relatórios anteriores, porém, seguindo a metodologia utilizada na Programação do FNE 2011.

As contratações do FNE no Setor Industrial somaram R\$ 789,3 milhões, representando 17,6% do volume contratado do FNE, apresentando decréscimo de 13,7% em relação ao mesmo período de 2010. Merece destaque o Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste, que contratou R\$ 688,2 milhões, representando 87,2% das aplicações do Setor Industrial e 15,3% do volume total aplicados pelo FNE.

O Setor de Turismo contratou volume de recursos de R\$ 96,6 milhões, equivalentes a 2,2% do volume total contratado pelo FNE, resultando em incremento de 15,4% em relação ao primeiro semestre de 2010. O Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur) contratou R\$ 71,1 milhões, representando 73,6% das contratações do setor e 1,6% das contratações do FNE no período sob análise.

Vale ressaltar que até 2010 os dois setores estavam sendo analisados de forma conjunta, sob a rubrica de Setor Industrial e Turismo. Considerando-se a análise conjunta, no primeiro semestre de 2011, o Setor Industrial e Turismo contratou R\$ 885,9 milhões, ou 19,8% do total aplicado pelo FNE, apresentando redução de 11,3% em relação ao mesmo período de 2010.

As contratações em Infraestrutura, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra) somaram R\$ 664,8 milhões, representando 14,8% das aplicações do FNE. O volume total aplicado no Setor Infraestrutura, R\$ 714,1 milhões, sendo R\$ 99,5 milhões foram contratados em consonância com o

Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89, ficou acima do valor aplicado no setor no mesmo período de 2010, R\$ 659,4 milhões (8,3%).

Em relação ao Setor Comércio e Serviços, as contratações atingiram R\$ 1,1 bilhão, totalizando 23,6% dos recursos aplicados pelo FNE e incremento de 19,3% em relação ao mesmo período de 2010. No âmbito do Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas, o Setor contratou R\$ 542,4 milhões no primeiro semestre de 2011, muito acima do valor contratado no primeiro semestre de 2010, R\$ 389,0 milhões (+ 39,4%), evidenciando apoio do BNB a esse segmento, em consonância às diretrizes do Governo Federal.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o primeiro semestre de 2011 apresentou importantes resultados, destacando-se os setores Rural, Turismo, Infraestrutura, além de Comércio e Serviços. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes que contribuíram para o desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço nas ações do BNB em aprimorar seu processo de crédito, dentre as quais se destacam: i) maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. Forte presença do BNB como agente impulsionador do crescimento e desenvolvimento da Economia Regional, cumprindo seu papel de executor da política pública do Governo Federal. Isso se faz ainda mais evidente em períodos de retração econômica, complementando a atuação dos demais agentes;
3. O Pronaf continua sendo um programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no primeiro semestre de 2011; a ampliação das

aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do primeiro semestre de 2011, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 4,9 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 34,0% do Setor de Infraestrutura; 23,3% do Setor Industrial; 20,4% do Setor Comércio e Serviços; 11,4% do Setor Rural; 6,3% Setor Turismo; e 4,6% do Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 4,9 bilhões refere-se tão somente às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2), demonstrando clara necessidade de ampliação dos recursos do Fundo.

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R\$ 6,8 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções os seguintes estados por ordem decrescente: Ceará (R\$ 2,0 bilhões), Pernambuco (R\$ 1,5 bilhão), Bahia (R\$ 1,4 bilhão), Piauí (R\$ 419,6 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 392,2 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram, até 30.06.2011, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 5,7 bilhões, representando 84,2% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 33,3 bilhões em 31.12.2010, para R\$ 35,5 bilhões em 30.06.2011, apresentando crescimento nominal de 6,7%. Referido acréscimo líquido (R\$ 2,2 bilhões) decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (R\$ 2,6 bilhões) (Tabela 4).

Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2011

Valores em R\$ mil	
Estados	Projetos em Negociação (1) (2)
Alagoas	33.615
Bahia	1.362.859
Ceará	1.981.680
Espírito Santo	4.467
Minas Gerais	206.902
Maranhão	207.791
Paraíba	312.552
Pernambuco	1.527.701
Piauí	419.569
Rio Grande do Norte	392.230
Sergipe	162.403
Extrarregionais	140.760
Total	6.752.529

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões. (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2011

Valores em R\$ mil	
(1) Até 31.12.2010	33.326.631
Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	32.938.613
Resultados Acumulados	388.018
(2) No 1º Semestre de 2011	2.223.125
Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	2.625.616
Resultado do Exercício	(401.825)
Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(666)
Patrimônio Líquido em 30.06.2011 (1) + (2)	35.549.756

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No primeiro semestre de 2011, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 2,6 bilhões (Tabelas 4 e 5), representando acréscimo de 29,1% em relação ao mesmo período de 2010, cujos repasses totalizaram cerca de R\$ 2,0 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que durante todos os meses do primeiro semestre os repasses mensais de recursos foram maiores em 2011, quando comparados com o ano de 2010. Esses recursos destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistemas de arrecadação tributária.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 2,5 bilhões no primeiro semestre de 2010, para R\$ 3,1 bilhões em 2011, com incremento nominal de 19,9%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do primeiro semestre de 2011, de 15,2% em relação ao final do

exercício de 2010. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 4,2 bilhões ao final do primeiro semestre de 2011, dos quais R\$ 2,8 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, e R\$ 1,4 bilhão para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	456.738	456.738
Fevereiro	492.028	948.766
Março	321.232	1.269.998
Abril	425.792	1.695.790
Maior	488.721	2.184.511
Junho	441.105	2.625.616

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

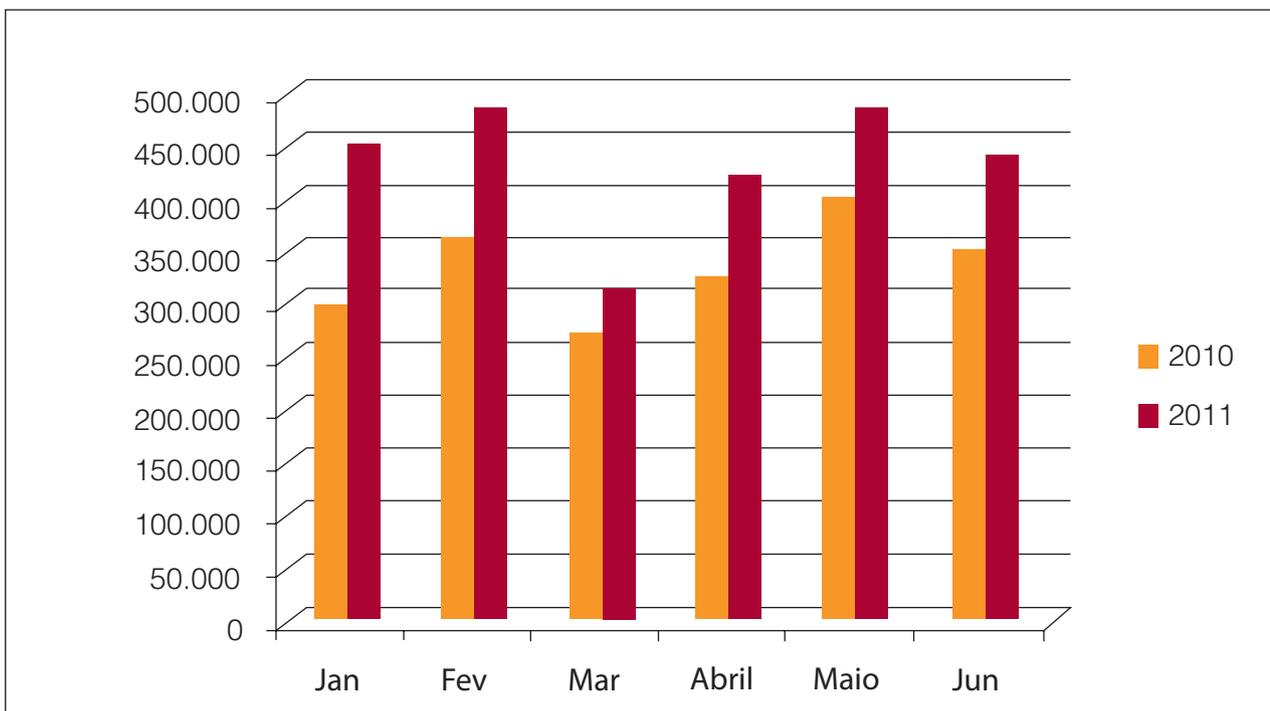


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2010 e 2011

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2011

	Valores em R\$ mil
Disponibilidades em 31.12.2010	3.653.134
Disponibilidades para Novas Contratações	1.896.520
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	1.756.614
Disponibilidades em 30.06.2011	4.208.851
Disponibilidades para Novas Contratações	1.428.096
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.780.755
Variação das Disponibilidades	555.717
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	2.625.616
- Remuneração das Disponibilidades	209.623
- Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	3.054.850
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	107.235
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	44.333
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	313
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	4.621
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	1.846
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	319
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	11.082
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	1.908
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repases Outras Instituições	(4.542.441)
- Taxa de Administração	(481.873)
- Del credere do BNB - Repases Lei 7.827 Art. 9º A	(23.939)
- Del credere do BNB - Demais Operações	(372.210)
- Del credere Instituições Operadoras	(1.927)
- Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(38.879)
- Prêmio de Performance do BNB sobre operações PRONAF	(76)
- Despesa Auditoria Externa	(30)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(4)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(123)
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(3.576)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(405)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(7.490)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(8.074)
- Bônus Adimplência Ops. Repases BNB - Art. 9º A Lei 7.827	(6.315)
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	(16.261)
- Outros Eventos	(2.406)
Total	555.717

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 – Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no primeiro semestre de 2011, sofreram poucas alterações quando comparadas com o mesmo período de 2010. As variações mais significativas foram observadas no Setor Rural, que aumentou sua participação de 34,8%, no primeiro semestre de 2010, para 38,4% no mesmo período de 2011, e no Setor Industrial e Turismo, que reduziu sua participação de 24,3% para 19,8% nos mesmos períodos, respectivamente (Tabela 7).

O meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as contratações do setor continuaram se destacando no quadro de financiamentos no primeiro semestre de 2011, ficando 3,6 pontos percentuais acima da participação no mesmo período do ano anterior (Tabela 7).

O fortalecimento do meio rural é fundamental para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, a implantação de empreendimentos bem-sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades.

Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, como estratégia não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume, na sua área, papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, refletindo-se em oportunidade para os agentes de negócios do meio rural.

Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações⁽¹⁾

Ano	Em Porcentagem					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	34,8	3,1	24,3	16,1	21,7	100,0
2011	38,4	2,3	19,8	15,9	23,6	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto ao Setor Industrial e Turismo, este teve sua menor participação nos últimos seis anos, atingindo 19,8% no primeiro semestre de 2011, abaixo da representatividade no mesmo período do ano anterior, 24,3% (Tabela 7).

O Setor Agroindustrial continua ocupando a quinta posição nas contratações do FNE, tendo reduzido sua participação de 3,1% no primeiro semestre de 2010, para 2,3% no mesmo período de 2011 (Tabela 7).

3.1.1 – Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no primeiro semestre de 2011, totalizaram cerca de R\$ 1,7 bilhão, representando 38,4% do volume de recursos contratados com recursos do FNE (Tabela 8), com incremento de 21,1% em relação ao mesmo período de 2010 (R\$ 1,4 bilhão). A quantidade de beneficiários atingiu 597.845, equivalente a 98,3% dos beneficiários de recursos do FNE, mantendo a mesma proporção observada no mesmo período de 2010 (Tabela 37).

A esse respeito, considere-se a atenção do BNB quanto ao retorno das aplicações realizadas pelo Fundo, ao mesmo tempo em que o Banco vem adotando políticas de estímulo ao financiamento direcionado para os agricultores familiares e aos mini e pequenos produtores rurais.

No que tange aos valores contratados por atividades no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R\$ 816,2 milhões, respondendo por 47,3% das contratações do FNE Setor Rural e por 18,2% das aplicações do FNE. Observou-se aumento de 28,4% em relação ao mesmo período de 2010, quando foram aportados R\$ 635,5 milhões em valores nominais.

Na agricultura de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 766,2 milhões, respondendo por 44,4% das contratações do setor e por 17,1% das contratações realizadas pelo Fundo, no primeiro semestre de 2011. O volume de recursos aplicados obteve incremento de

16,5% em relação ao mesmo período de 2010 (R\$ 657,9 milhões).

Juntas, as atividades agropecuárias, excluindo-se a aquicultura e a pesca, responderam no primeiro semestre de 2011 por 91,7% dos recursos contratados no Setor Rural e por 35,2% das contratações totais do FNE (Tabela 8).

A aquicultura e a pesca, cujas contratações no primeiro semestre de 2011 totalizaram R\$ 21,4 milhões, responderam por 1,2% das contratações dirigidas ao Setor Rural e por 0,5% das contratações totais do Fundo (Tabela 8).

O item denominado “outras atividades rurais” foram responsáveis por 7,1% das contratações do Setor Rural, o que representou aumento em relação ao mesmo período de 2010, quando essa participação foi de 6,4%. No que se refere à participação nas contratações totais do FNE, essas atividades apresentaram participação de 2,7% no primeiro semestre de 2011 (Tabela 8).

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de R\$ 646,4 milhões, respondendo por 37,4% das contratações do Setor Rural e por 14,4% do FNE no período sob análise. Em relação ao mesmo período de 2010, a atividade apresentou incremento de 31,4%, quando contratou R\$ 491,8 milhões.

Outras atividades financiadas foram a Ovinocultura (R\$ 78,4 milhões), a Avicultura (R\$ 43,4 milhões) e a Suinocultura (R\$ 31,7 milhões), com participação de 4,5%, 2,5% e 1,8%, respectivamente, no Setor Rural (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos do Setor Rural no período foram grãos (15,5%), fruticultura (10,4%), fibras e têxteis (7,4%) e gramíneas (5,6%), com aplicações de R\$ 267,2 milhões, R\$ 179,1 milhões, R\$ 128,1 milhões e R\$ 95,9 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 87,5% das contratações na agricultura, no primeiro semestre de 2011 e 38,8% das contratações do Setor Rural (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Contratações no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	816.162	47,3	18,2
Bovinocultura	646.371	37,4	14,4
Avicultura	43.442	2,5	1,0
Ovinocaprinocultura	78.442	4,5	1,7
Suinocultura	31.655	1,8	0,7
Apicultura	4.901	0,3	0,1
Equinocultura	426	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	1.032	0,1	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	9.893	0,6	0,2
AQUICULTURA E PESCA	21.384	1,2	0,5
Carcinicultura	10.925	0,6	0,2
Piscicultura	10.459	0,6	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	523.344	30,3	11,7
Grãos	255.091	14,8	5,7
Fibras e Têxteis	119.484	6,9	2,7
Fruticultura	77.429	4,5	1,7
Gramíneas	36.773	2,1	0,8
Raízes e Tubérculos	13.144	0,8	0,3
Bebidas e Fumos	19.154	1,1	0,4
Outras Atividades ⁽³⁾	2.269	0,1	0,1
AGRICULTURA IRRIGADA	242.882	14,1	5,4
Fruticultura	101.640	5,9	2,3
Bebidas e Fumo	24.125	1,4	0,5
Gramíneas	59.119	3,4	1,3
Grãos	12.059	0,7	0,3
Fibras e Têxteis	8.633	0,5	0,2
Olericultura	13.880	0,8	0,3
Raízes e Tubérculos	19.701	1,1	0,4
Flores	60	-	0,0
Oleaginosas	899	0,1	0,0

continua

Tabela 8 – FNE – Contratações no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil
conclusão

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Mudas e Sementes	2.074	0,1	0,0
Cactáceas	13	-	0,0
Outras Atividades ⁽⁴⁾	679	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	122.491	7,1	2,7
Processamento e Benef Cana-de-Açúcar	15.845	0,9	0,4
Process.e Benef Castanha de Caju	16	-	0,0
Process.e Benef Frutas e Hortaliças	94	0,0	0,0
Florestamento e Reflorestamento	1.066	0,1	0,0
Extração Vegetal	4.010	0,2	0,1
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁵⁾	101.460	5,9	2,3
Total	1.726.263	100,0	38,4

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosa, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, à ecologia, silvicultura, dentre outras.

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro aumentou sua participação relativa de 28,8% (R\$ 409,9 milhões), no primeiro semestre de 2010, para 30,3% no mesmo período de 2011, quando contratou R\$ 523,3 milhões. As principais culturas apoiadas foram grãos (14,8%), fibras e têxteis (6,9%), fruticultura (4,5%) e gramíneas (2,1%) (Tabela 8).

No caso da agricultura irrigada, no primeiro semestre de 2011, o segmento contratou R\$ 242,9 milhões, ou 14,1% de representatividade no Setor Rural. As principais culturas apoiadas foram fruticultura (5,9%), gramíneas (3,4%) e bebidas e fumo (1,4%) (Tabela 8).

Quanto ao item “outras atividades rurais”, observa-se que os volumes contratados no primeiro semestre de 2011 (R\$ 122,5 milhões) sofreram incremento de 34,4% em relação ao mesmo perí-

odo de 2010 (R\$ 91,1 milhões). As atividades não agrícolas no Setor Rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, à ecologia, à silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do setor 5,9% de participação no primeiro semestre de 2011, com volume contratado de R\$ 101,5 milhões, 26,5% superior ao mesmo período de 2010, que teve valor de R\$ 80,2 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 760,3 milhões no fim do primeiro semestre de 2011, contra R\$ 639,9 milhões no primeiro semestre de 2010, representando incremento de 18,8% nas contratações. Registre-se, ainda, que do total de recursos contratados na região semiárida no primeiro semestre de 2011 (R\$ 1,9 bilhão), a participação do FNE Setor Rural foi de 40,6%. Enquanto isso, as contratações do FNE Se-

tor Rural fora do semiárido, no primeiro semestre de 2011, foram da ordem de R\$ 965,9 milhões, representando 36,9% das contratações dos recursos do FNE nessa região, as quais totalizaram R\$ 2,6 bilhões (Tabelas 1.A e 2.A).

Os estados que apresentaram os melhores desempenhos em volume de recursos contratados no semiárido em 2011, no âmbito do FNE Setor Rural, foram a Bahia, com 27,9% do total aplicado nessa região, seguido de Ceará com 17,9%; Pernambuco, com 16,3%, e Minas Gerais, com 11,2% (Tabela 1.A).

O FNE Setor Rural destinou R\$ 849,3 milhões aos mini, micro e pequenos produtores no primeiro semestre de 2011, representando 49,2% dos recursos desse setor, atendendo a 596.031 beneficiários ou 99,7% dos seus beneficiários. Aos médios produtores foram destinados R\$ 179,0 milhões ou 10,4% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural, e aos grandes produtores foram destinados, aproximadamente, R\$ 698,0 milhões, representando 40,4% dos recursos contratados (Tabelas 37 e 38)

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, pois este é o setor que possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os demais setores atendidos pelo FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.947 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 97,9% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 9 e 40).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R\$ 500,1 milhões); Maranhão (R\$ 352,1 milhões); Ceará (R\$ 170,7 milhões) e Pernambuco (R\$ 149,1 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 67,9% do volume de recursos contratados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho foram Espírito Santo (R\$ 27,2 milhões), Paraíba (R\$ 46,7 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 51,7 milhões); e Alagoas (R\$ 51,8 milhões) (Tabe-

la 9). O Estado do Maranhão foi o que apresentou maior crescimento na contratação de recursos entre o primeiro semestre de 2010 e o mesmo período de 2011, 66,7%, enquanto o Rio Grande do Norte reduziu sua participação em 33,0% entre os dois períodos.

Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	51.783	3,0
Bahia	500.090	29,0
Ceará	170.720	9,9
Espírito Santo	27.234	1,6
Maranhão	352.103	20,4
Minas Gerais	145.391	8,4
Paraíba	46.678	2,7
Pernambuco	149.099	8,6
Piauí	133.471	7,7
Rio Grande do Norte	51.680	3,0
Sergipe	98.014	5,7
Total	1.726.263	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, e em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas

na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Pronaf representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, passando a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o Pronaf é um programa em permanente construção. Assim, desde sua criação, o Programa tem passado por uma série de

modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do Pronaf na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 6,0 mil. Os créditos atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários,

entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos quando estes participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou explorarem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Agricultores Familiares (Comum) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (PRONAF Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito para Cotas-partes de Agricultores Familiares Cooperativados (PRONAF Cota-Parte) – Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 70,0% de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares enquadrados no Pronaf e que, no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enqua-

Custeio – Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 5.000,00 juros de 1,5% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00, juros de 3% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 4,5% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 40.000,00, juros de 5,5% ao ano
Investimento – Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 7.000,00, juros de 1% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 7.000,00 até R\$ 18.000,00 juros, de 2% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 18.000,00 até R\$ 28.000,00 juros, de 4% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 28.000,00 até R\$ 36.000,00 juros, de 5% ao ano

drados no Pronaf. Financia a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção e aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.¹

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades

familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no Pronaf, para o financiamento das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo e para fruticultura, olericul-

¹ O BNB não operacionaliza essa linha

tura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar é proveniente dessas atividades.

É importante observar que as regras para o Pronaf são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2011/2012 disponibilizou R\$ 16,0 bilhões, valor 666% maior do que os R\$ 2,4 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2002/2003. No Plano Safra 2010/2011, foi criado o seguro de clima para operações de investimento, no âmbito do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

As contratações realizadas pelo BNB no Pronaf, por intermédio dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2011, totalizaram R\$ 596,2 milhões. Foram beneficiadas 580.398 pessoas no primeiro semestre de 2011, representando 95,4% do total de beneficiários do FNE e 97,1% do Setor Rural. Considera-se como beneficiário do Pronaf o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no Pronaf totalizou 13,3% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 4,5 bilhões) no primeiro semestre de 2011 (Tabelas 2, 10 e 37). Em relação ao mesmo período de 2010, as contratações do Pronaf pelo FNE tiveram incremento de 27,4% nos valores contratados.

Tabela 10 – FNE – Contratações no Pronaf – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Grupo	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	2.864	1,5	53.510	9,0
PRONAF-Grupo B	173.479	89,7	327.669	55,0
PRONAF-Grupo C	950	0,5	2.900	0,5
PRONAF-Grupo D	-	-	-	-
PRONAF-Grupo E	-	-	-	-
PRONAF-Grupo A/C	1.060	0,6	3.825	0,6
PRONAF-Semiárido	1.370	0,7	11.838	2,0
PRONAF-Floresta	48	0,0	674	0,1
PRONAF-Mulher	206	0,1	2.065	0,4
PRONAF-Jovem	29	0,0	246	0,0
PRONAF-Agroecologia	-	-	-	-
PRONAF-Agroindústria	4	-	39	0,0
PRONAF/Estiagem 2010	904	0,5	1.739	0,3
PRONAF-Mais Alimentos	6.152	3,2	136.138	22,8
PRONAF-Mais Alimentos Revitaliza	37	0,0	807	0,1
PRONAF-Eco	67	0,0	1.128	0,2
PRONAF-Comum	6.296	3,3	53.625	9,0
Total	193.466	100,0	596.203	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao volume de recursos contratado nos grupos do Pronaf, observa-se que o Grupo B tem a maior participação (55,0%), contratando R\$ 327,7 milhões e beneficiando 520.437 pessoas.

Os grupos A e Pronaf-Comum contrataram, em cada grupo, aproximadamente, 9,0% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. O Grupo A, que beneficiou 8.592 pessoas, é destinado aos agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. No Grupo Agricultores Familiares (Comum), dirigido aos agricultores cuja renda familiar nos últimos 12 meses anteriores à contratação foi de até R\$ 110 mil, apresentou 18.888 beneficiários.

Os três grupos acima referidos receberam 72,9% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Destaquem-se, ainda, as contratações no Pronaf - Mais Alimentos, para o qual o FNE contratou recursos da ordem de R\$ 136,1 milhões e beneficiou, aproximadamente, 18.456 pessoas, e o Pronaf Semiárido, que absorveu R\$ 11,8 milhões (Tabelas 2 e 10).

No primeiro semestre de 2011, o Banco aplicou R\$ 415,3 milhões, correspondentes a 15,8% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao Banco (R\$ 2,6 bilhões) em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/95, que estabelece a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra para implantação das atividades².

² **Fonte:** Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

No primeiro semestre de 2011, o BNB implementou diversas ações objetivando o aperfeiçoamento operacional do Pronaf e a ampliação do atendimento de clientes, dentre as quais se destacam:

- Criação do prêmio BNB Agricultura Familiar com o objetivo de reconhecer os produtores de sucesso financiados pelo Pronaf;
- Realização, em todos os estados atendidos pelo Banco, de encontros para planejamento com os Gerentes de Negócios do Pronaf;
- Implantação de curso para Gerentes de Negócios Pronaf;
- Elaboração e divulgação do Guia de Gestão das Carteiras do Pronaf e Mini e Pequeno Produtor Rural - 2011;
- Elaboração do Caderno de Indicadores Técnicos para uso pelas agências e parceiros do Programa com o objetivo de disciplinar o processo de elaboração de projetos no âmbito do Pronaf, promovendo maior qualidade e agilidade no atendimento do financiamento ao agricultor familiar;
- Elaboração de treinamento sobre Análise de Indicadores Técnicos para Gerentes de Negócios Pronaf com o objetivo de conferir maior tempestividade no recebimento das propostas;
- Implantação do Analisador do Pronaf que consiste em ferramenta informatizada para análise das propostas;
- Incentivo à bancarização dos Agricultores Familiares e Mini e Pequenos Produtores Rurais, proporcionando a abertura de contas e fornecimento de cartão para esse público;
- Implementação de convênio com o Governo do Estado do Ceará para operacionalização de recursos do Fundo do Desenvolvimento da agricultura Familiar (FEDAF) com o objetivo de financiar atividades agropecuárias estratégicas para a agricultura familiar.

Agroamigo

Em 2004, o Banco do Nordeste iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), através de um projeto-piloto em duas agências, com dois assessores em cada uma.

A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o Agroamigo foi ampliado para todas as agências do Banco do Nordeste, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo “B”, utilizando metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;
- Uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Esse assessor deverá ter suas origens na área de sua atuação; conhecer as potencialidades econômicas locais; ser comprometido com o desenvolvimento local; inspirar confiança na comunidade; ter formação de técnico agrícola ou área afim.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Agroamigo estava presente, em jun./2011, em 159 agências, assistindo 1.945 municípios por intermédio de 647 assessores de microcrédito, todos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do programa.

No primeiro semestre de 2011, foram contratadas 173.292 operações, totalizando R\$ 327,3 milhões (Gráficos 2 e 3). Desde o início da operacionalização do Agroamigo, em 2005, até junho de 2011, foram contratadas 1.321.020 operações, no montante de R\$ 2,0 bilhões.

O Agroamigo contava assim, no Primeiro Semestre de 2011, com 699.501 clientes ativos, com uma carteira ativa de R\$ 923,4 milhões (Gráficos 4 e 5).

Destacam-se, abaixo, as principais ações no âmbito do Agroamigo, o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, no primeiro semestre de 2011, visando ao seu aperfeiçoamento administrativo e ao fortalecimento de sua imagem institucional:

- Aprimoramento da análise de crédito, considerada a dimensão familiar dos clientes;
- Aprimoramento do modelo de gerenciamento financeiro e orçamentário;

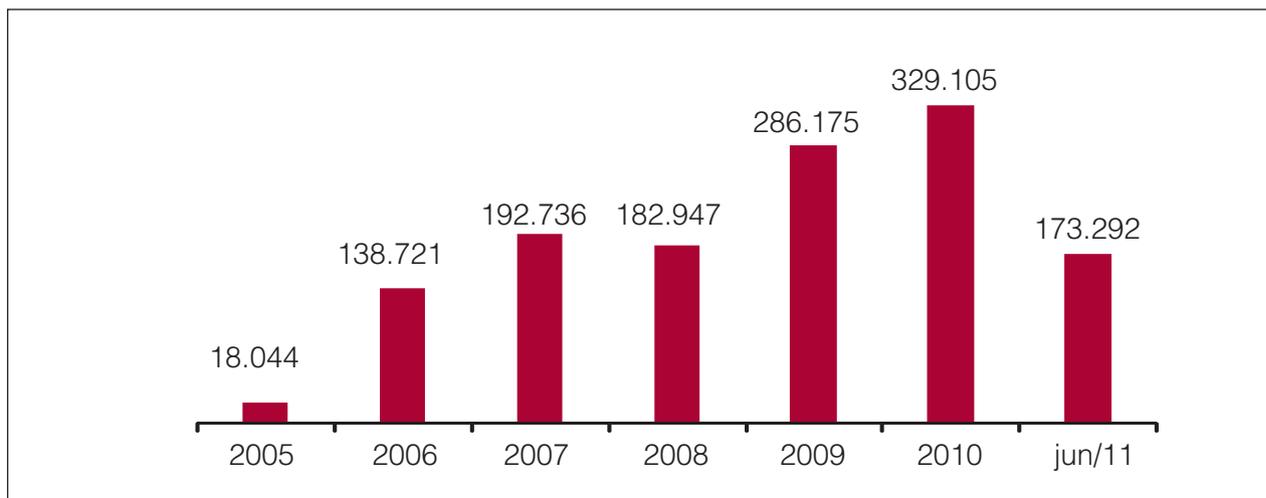


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

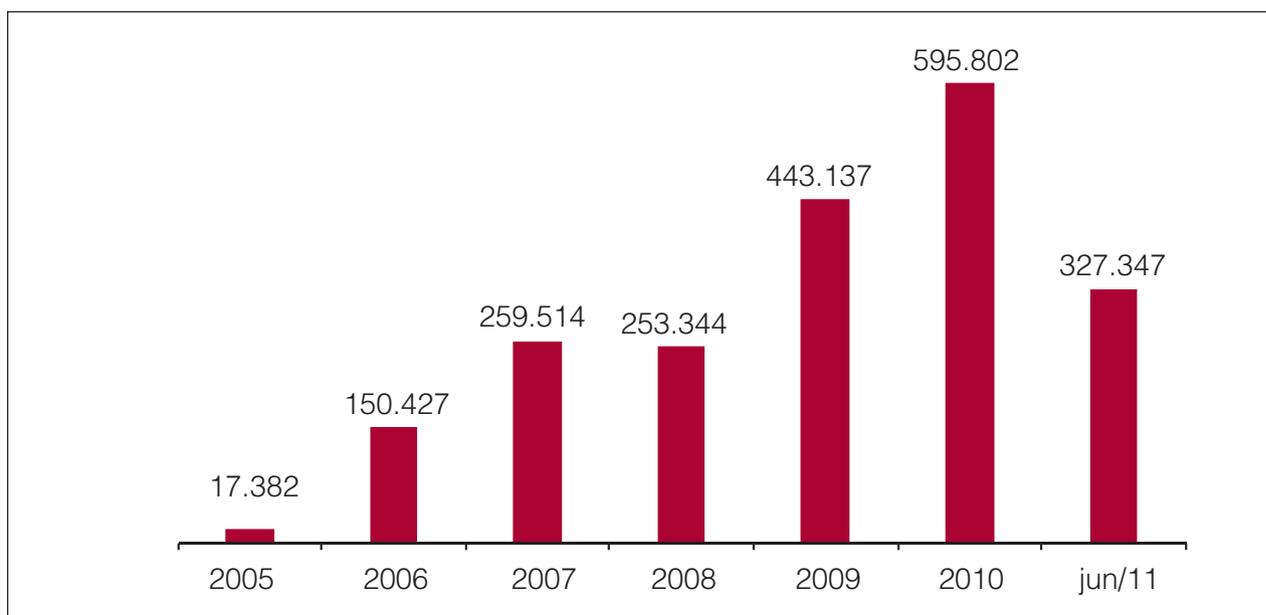


Gráfico 3 – Agroamigo – Valores Contratados por Ano (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

- Aprimoramento do modelo de monitoração presencial nas Unidades, visando promover a conformidade dos processos nas Unidades;
- Consolidação das equipes das Gerências Estaduais do Agroamigo;
- Consolidação das ferramentas de controle gerencial e avaliação de desempenho;
- Disponibilização de cursos da Comunidade Virtual de Aprendizagem para os colaboradores do Instituto Nordeste Cidadania (INEC);

- Disponibilização do Relatório Anual 2010, para público interno e externo (Internet);
- Divulgação interna do Guia de Gerenciamento do Agroamigo;
- Elaboração de *spots* (chamadas de rádio) para utilização nos municípios e comunidades, com as seguintes temáticas: convocação para a renovação dos financiamentos e regularização de dívidas;

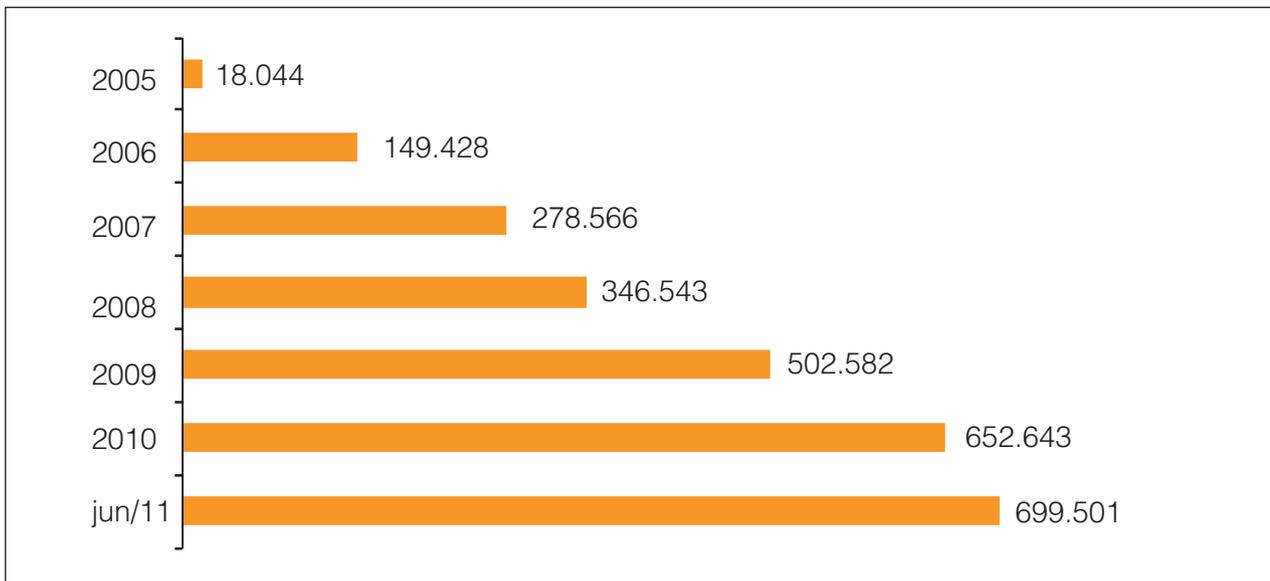


Gráfico 4 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário

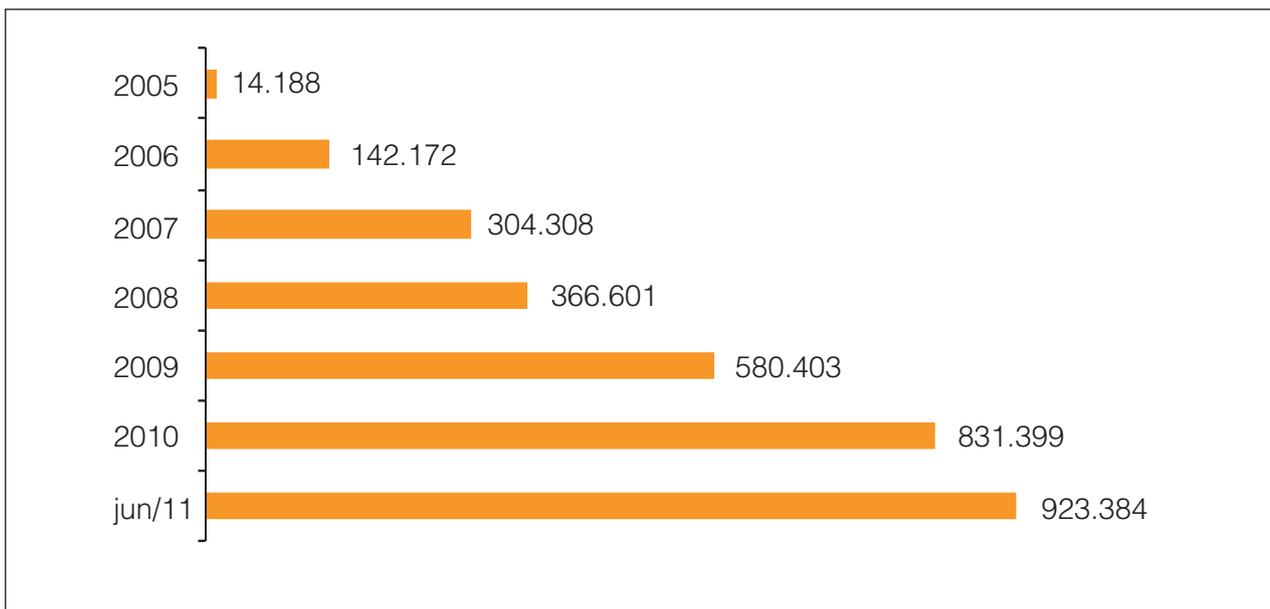


Gráfico 5 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

- Envio das informações do programa ao *Micro-credit Summit Campaign*;
- Implantação de política para promoções e eventos locais;
- Inclusão, na metodologia, da fase de validação técnica das propostas de crédito por parte da equipe de assessores nas Unidades, para posterior repasse às agências;
- Instituição da ferramenta de Categorização de Carteiras, para avaliação de desempenho dos assessores de microcrédito rural;
- Instituição de campanhas de incentivo e recompensas aos assessores: “Comemorando Resultados”, “Campanha Programa de Ação”, “Campanha Assessor de Sucesso” e “Campanha Recuperagro”;
- Instituição de novo modelo de capacitação para os assessores de microcrédito rural;
- Nova participação no Prêmio Banco do Nordeste de Microcrédito;
- Realização de aplicação de pesquisa de satisfação com clientes do programa, em parceria com o Ambiente de Marketing, com resultados satisfatórios;
- Realização de visita técnica a GTZ, Alemanha, para intercâmbio com outras práticas de microfinanças;
- Realização dos “Cafés com o Agroamigo” nos municípios;
- Recebimento de mais 100 motos do MDA, pelo INEC, para operacionalização do programa; e
- Reforço da sistemática de visitas às Unidades e parceiros locais por parte das Gerências Estaduais do Agroamigo.

O Agroamigo foi recentemente reconhecido e premiado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) como prática inovadora na gestão pública brasileira, obtendo o 2º lugar dentre 117 experiências nacionais.

Apesar dos avanços em relação ao Pronaf, o grande obstáculo a ser vencido é a criação de condições para que os agricultores familiares possam ampliar suas rendas, aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos, além do acesso a novas tecnologias de produção. Ademais, há de se considerar as diferentes capacidades dos agricultores para apropriação dos meios de produção e de seu desenvolvimento. O público do Pronaf caracteriza-se pela diversidade, na medida em que coexistem, sob a mesma política, agricultores integrados ao mercado e aqueles cuja condição de agricultor somente pode ser exercida com a permissão dos patrões.

3.1.2 – Setor Agroindustrial

De acordo com a programação do FNE de 2011, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (Agrin) tem por objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financiar a implantação, a expansão, a modernização, a reforma e a realocação de empreendimentos agroindustriais. Vale ressaltar que não apenas o FNE Agroindustrial, mas também alguns outros setores do FNE contam com o apoio do programa FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento às MPes, que visa fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do primeiro semestre de 2011, R\$ 103,0 milhões, o que representou 2,3% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 11). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no mesmo período de 2010, no valor de R\$ 128,2 milhões, observa-se uma redução de 19,6% entre os dois períodos.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a indústria de laticínios foi responsável pelo maior

volume de recursos, tendo sido contratados, nesta atividade, R\$ 30,6 milhões, representando 29,6% das contratações no setor. Juntamente com as atividades de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar (R\$ 22,5 milhões), processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R\$ 18,2 milhões) e processamento e beneficiamento de óleos e gorduras vegetais e animais (R\$ 17,8 milhões), esses quatro segmentos foram responsáveis por 86,4% das contratações do setor (Tabela 11).

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R\$ 17,0 milhões, representando cerca de 16,5% das contratações realizadas por esse segmento e 0,9% do total contratado na região semiárida. As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 83,5% do valor contratado pelo Setor Agroindustrial (R\$ 86,0 milhões) e 3,3% do total contratado pelo FNE fora do semiárido, no primeiro semestre de 2011 (Tabelas 1.A e 2.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 116 empreendimentos, sendo 59 de mini, micro e pequeno portes

(50,9%), 34 de médio porte (29,3%) e 23 agroindústrias de grande porte (19,8%) (Tabela 37).

Em relação ao porte dos beneficiários, o Setor Agroindustrial destinou R\$ 6,9 milhões para mini e pequenos empreendimentos, perfazendo 6,7% do total das contratações do setor, no primeiro semestre de 2011. Os empreendimentos de médio porte obtiveram R\$ 11,9 milhões, correspondendo a 11,5% das contratações. Para os grandes empreendimentos foram destinados R\$ 84,3 milhões, totalizando 81,8% das contratações do setor (Tabela 38).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 35 municípios, que representam 1,8% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 40). O Estado de Sergipe foi responsável por mais da metade do volume de recursos contratados, com R\$ 54,8 milhões, o que representa 53,3% do total de recursos destinados ao setor, sendo seguido por Maranhão, R\$ 19,4 milhões (18,8%), Bahia com R\$ 8,0 milhões (7,8%) e Ceará, R\$ 8,0 milhões (7,7%), neste Primeiro Semestre de 2011 (Tabela 12)

Tabela 11 – FNE – Contratações no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	8.640	8,4	0,2
Laticínios	30.554	29,6	0,7
Process. Benef. Óleos e Gosduras Vegetais e Animais	17.820	17,3	0,4
Benef. Fibras	59	0,1	-
Proces.Benef.Castanha de Caju	23	0,0	-
Process. Benef. Cana de Açucar	22.471	21,8	0,5
Ind.Prod.Alimentícios	279	0,3	-
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Acool	780	0,8	-
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	18.214	17,7	0,4
Outras Atividades ⁽²⁾	4.160	4,0	0,1
Total	103.000	100,0	2,3

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tuberculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

**Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial –
Contratações Estaduais – Primeiro
Semestre de 2011⁽¹⁾**

Valores em R\$ mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	928	0,9
Bahia	8.037	7,8
Ceará	7.955	7,7
Espírito Santo	5.000	4,9
Maranhão	19.366	18,8
Minas Gerais	103	0,1
Paraíba	2.874	2,8
Pernambuco	838	0,8
Piauí	840	0,8
Rio Grande do Norte	2.210	2,1
Sergipe	54.849	53,3
Total	103.000	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Estado do Maranhão foi o que apresentou maior incremento no volume de recursos, tendo contratado R\$ 213 mil no primeiro semestre de 2010, frente a R\$ 19,4 milhões no mesmo período de 2011.

3.1.3 – Setor Industrial

O FNE Setor Industrial é composto pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (Industrial), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e a inserção internacional (BNB, 2011).

Vale ressaltar que também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-Verde), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas

Empresas (MPE-Indústria), Programa de Financiamento à Inovação (Inovação), Programa de Financiamento à Cultura (Procultura) e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI). O FNE EI foi lançado em 2011 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos Empreendedores Individuais (EIs), contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade do segmento, financiando aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e construção/reforma de instalações físicas, destinados à atividade dos beneficiários.

No período referente ao primeiro semestre de 2011, o FNE Setor Industrial contratou cerca de R\$ 789,3 milhões, correspondendo a 17,6% das contratações totais do FNE no período (Tabela 13), representando redução no volume de aplicações de 13,7% em relação ao mesmo período de 2010.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se totalizando R\$ 648,0 milhões, ou seja, participação de 82,1% nas contratações do setor e de 14,4% no total contratado no âmbito do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de minerais não metálicos (R\$ 435,0 milhões), seguida da metal-mecânica (R\$ 107,2 milhões).

O segmento de bens de consumo não duráveis obteve participação de 16,5% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 129,9 milhões no primeiro semestre de 2011, ou seja, 2,9% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a de produtos alimentícios (R\$ 38,9 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R\$ 9,3 milhões no primeiro semestre de 2011, o que corresponde a 1,2% do total contratado no Setor Industrial e 0,2% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 13). O Setor Mobiliário, assim como ocorreu no mesmo período de 2010, contratou a totalidade desses recursos (Tabela 13).

Tabela 13 – FNE – Contratações no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	129.940	16,5	2,9
Calçados	31.940	4,1	0,7
Produtos Alimentícios	38.896	4,9	0,9
Têxteis	7.307	0,9	0,2
Gráfica	20.195	2,6	0,4
Cosméticos	3.513	0,5	0,1
Celulose e Papel	1.588	0,2	0,0
Bebidas	7.131	0,9	0,2
Eleto-eletrônica	2.242	0,3	0,1
Vestuários e Acessórios	15.340	1,9	0,3
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	160	0,0	-
Outras Atividades ⁽²⁾	1.628	0,2	0,0
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	647.952	82,1	14,4
Indústria Siderúrgica	-	-	-
Produtos Químicos	8.321	1,0	0,2
Produtos Plásticos	23.233	2,9	0,5
Tintas, Vernizes e Esmaltes	3.130	0,4	0,1
Minerais não Metálicos (Incluído Extr. Min. Não Metal.)	435.000	55,1	9,7
Metal-mecânica	107.151	13,6	2,4
Madeira, exceto Mobiliário	2.759	0,3	0,1
Extração de Minerais Metálicos	8.684	1,1	0,2
Produtos de Borracha	544	0,1	0,0
Resinas e Elastômeros	17.028	2,2	0,4
Outras Atividades ⁽³⁾	42.102	5,3	0,9
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	9.338	1,2	0,2
Mobiliário	9.338	1,2	0,2
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	2.068	0,2	0,1
Total	789.298	100,0	17,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a Laticínios, Proces. Benef. óleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se a Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Álcool e Ind. Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Artificiais

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 539,9 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial no primeiro semestre de 2011, correspondendo a 68,4% das contratações desse setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semi-

árido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 28,8% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por cerca de R\$ 249,4 milhões, o que representa 31,6% do total contratado nesse setor e 9,5% do

total de recursos destinados à Região fora do semi-árido (Tabela 2.A).

O FNE beneficiou 1.257 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no primeiro semestre de 2011. Em relação ao porte dos empreendimentos, 79,3% dos beneficiários no setor situaram-se nas categorias micro, mini e pequeno portes, enquanto que 15,4% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 5,3% destinaram-se aos beneficiários de grande porte (Tabela 37).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 61,1% dos recursos do setor (R\$ 482,1 milhões); a de médio porte respondeu por 26,0% das contratações (R\$ 205,5 milhões); e a categoria de micro, mini e pequeno beneficiários foi responsável por 12,9% das contratações do setor (R\$ 101,8 milhões), conforme (Tabela 38).

Tabela 14 – FNE – Setor Industrial – Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	10.602	1,3
Bahia	148.230	18,8
Ceará	113.154	14,3
Espírito Santo	1.786	0,2
Maranhão	111.828	14,2
Minas Gerais	4.533	0,6
Paraíba	19.333	2,4
Pernambuco	54.365	6,9
Piauí	6.419	0,8
Rio Grande do Norte	302.667	38,3
Sergipe	16.381	2,1
Total	789.298	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 1.106 municípios no primeiro semestre de 2011, o que representa 55,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). Os estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará e Maranhão receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 85,6% das contratações do FNE no Setor Industrial (Tabela 14).

O incremento no segmento do FNE Setor Industrial mostra-se favorável para o segundo semestre de 2011, tendo em vista que o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 1,2 bilhão, no fim do primeiro semestre desse mesmo ano (Tabela 2).

3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo contratou R\$ 96,6 milhões no período em análise, representando 2,2% das contratações totais do FNE no período (Tabela 15). Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu 15,4% em relação ao primeiro semestre de 2010, quando foram contratados R\$ 83,7 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 87,0% dos recursos desse setor (R\$ 84,0 milhões), e essa relevante participação pode ser atribuída à característica de capital intensivo da atividade (Tabela 15). Até o fim do primeiro semestre de 2011, foram realizadas 127 operações no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 37).

O Setor Turismo é composto pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da região, em bases sustentáveis (BNB, 2011). Além do FNE Proatur, o Setor Turismo conta, ainda, com o programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI) (Tabela 2).

Tabela 15 – FNE – Contratações no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividades	Valores em R\$ mil		
	Valor	% Setor	% FNE
TURISMO	96.619	100,0	2,2
Hospedagem	84.035	87,0	1,9
Transportes	5.910	6,1	0,1
Alimentação	883	0,9	0,0
Entreterimento	5.362	5,6	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	429	0,4	0,0
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	-	-	-
Total	96.619	100,0	2,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Artesanato e Transporte Turístico.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 49,7 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo no primeiro semestre de 2011, correspondendo a 51,4% das contratações desse setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 2,7% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 46,9 milhões, o que representa 48,6% do total contratado nesse setor e 1,8% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 88,2% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias micro, mini e pequeno porte, enquanto que 10,2% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 1,6% destinaram-se aos beneficiários de grande porte (Tabela 37).

Quanto ao volume de recursos, nas contratações do setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 17,7% dos

recursos do setor (R\$ 17,1 milhões); a de médio porte respondeu por 55,8% das contratações (R\$ 53,9 milhões); e a categoria de micro, mini e pequeno beneficiários foi responsável por 26,5% das contratações do setor (R\$ 25,6 milhões), conforme Tabela 38.

O FNE Setor Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 83 municípios em 2011, o que representa 4,2% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). Os estados de Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Bahia receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 78,7% das contratações do FNE no Setor (Tabela 16).

Tabela 16 – FNE – Setor Turismo – Contratações Estaduais – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Valores em R\$ mil	
	Valor	%
Alagoas	13.274	13,7
Bahia	11.231	11,6
Ceará	8.556	8,9
Espírito Santo	988	1,0
Maranhão	11.473	11,9
Minas Gerais	359	0,4
Paraíba	563	0,6
Pernambuco	40.120	41,5
Piauí	6.203	6,4
Rio Grande do Norte	2.741	2,8
Sergipe	1.111	1,2
Total	96.619	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O incremento no segmento do FNE Setor Turismo mostra-se favorável para o segundo semestre de 2011, tendo em vista que o valor das propostas

em carteira totalizou R\$ 311,5 milhões, no fim do primeiro semestre desse mesmo ano (Tabela 2).

3.1.5 – Setor Infraestrutura

Base de sustentação para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que esse desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Assim sendo, tal setor passa a desempenhar um papel essencial na busca do acesso a serviços básicos e melhorias no bem-estar da população.

Deve-se observar que a infraestrutura física, em nível regional, desempenha papel fundamental e integrador nas economias, oferecendo suporte às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições necessárias para a implementação das políticas públicas sociais, criando um ambiente favorável à expansão dos negócios.

A infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação ainda precária em termos de infraestrutura. Essas condições podem limitar o crescimento da Região e impedir avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que os projetos de infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, dependem do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, quanto a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (Proinfra) financia a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, distribuição de energia elétrica, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações e exploração de gás natural.

O Setor Infraestrutura através do FNE contratou mais de R\$ 714,1³ milhões no primeiro semestre de 2011, o que correspondeu a 15,9% do total contratado pelo FNE. Em relação ao primeiro semestre de 2010, houve um acréscimo de 8,3% ante os R\$ 659,5 milhões contratados no mesmo período do ano anterior. Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido setor.

No primeiro semestre de 2011, as contratações atenderam a demanda de três atividades: Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água (R\$ 490,8 milhões), representando 68,7% das contratações do Setor; Infraestrutura para Engenharia Elétrica e Telecomunicações (R\$145,0 milhões), ou seja, 20,3% do Setor; e Transporte Ferroviário (R\$ 78,3 milhões), com 11,0% (Tabela 17).

No que tange à distribuição dos recursos por região climática, R\$ 110,0 milhões (15,4%) do valor contratado nesse setor foram destinados à região semiárida, enquanto R\$ 604,0 milhões (84,6%) foram regiões fora do semiárido (Tabela 18). Essa diferença na participação intrarregional pode ser explicada pelas características do próprio setor, que em poucos projetos, dependendo dos valores financiados e dos municípios demandantes (Tabela 40-A), pode modificar a configuração dos números, pois a destinação dos recursos depende de bons projetos estruturantes, sejam no semiárido ou fora dele.

3 Incluídos os valores aplicados pelo FNE com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89.

Tabela 17 – FNE – Contratações por Atividade no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividade	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água (*)	490.760	68,7	10,9
Infraestr. p/ Eng. Elétrica e Telecomunicações	144.979	20,3	3,2
Transporte Ferroviário	78.319	11,0	1,7
Total	714.058	100,0	15,9

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

* Essa atividade se refere somente a Produção e Distribuição de Energia Elétrica.

Tabela 18 – FNE – Contratações por Região no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Região	Valores em R\$ Mil	
	Valor	% Setor
Semiárida	110.018	15,4
Fora do Semiárido	604.040	84,6
Total	714.058	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição dos recursos por estado, na área de atuação do FNE, seis foram beneficiados. Destacam-se, no primeiro semestre de 2011, o Estado do Ceará, com a aplicação de 52,3% dos recursos (R\$ 373,2 milhões), Pernambuco (15,8%) e Piauí (9,8%), conforme Tabela 19. Nesse mesmo período, em 2010, foram três os estados beneficiados com recursos para o setor.

Os recursos foram destinados a oito municípios, representando 0,4% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40). No primeiro semestre de 2010, quatro municípios foram beneficiados. Dentre os municípios financiados no primeiro semestre de 2011, destacam-se São Gonçalo do Amarante-CE, com R\$ 250,0 milhões (35,0%), Recife-PE, com R\$ 112,8 milhões (15,8%), e Ribeiro Gonçalves-PI com R\$ 70,0 milhões (9,8%), conforme a Tabela 40-A. Os efeitos, porém, desses

financiamentos, tendem a beneficiar o tecido econômico e social regional.

Tabela 19 – FNE – Contratações por Estado no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Bahia	47.995	6,7
Ceará	373.234	52,3
Maranhão	60.743	8,5
Pernambuco	112.815	15,8
Piauí	70.000	9,8
Rio Grande do Norte	49.271	6,9
Total	714.058	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.6 – Setor Comercial e Serviços

O FNE Setor Comercial e Serviços contratou no primeiro semestre de 2011 cerca de R\$ 1,1 bilhão, representando 23,6% do total do FNE (Tabela 20). Em relação ao número de operações, observa-se, no período em questão, a contratação de 9.100 operações no setor (Tabela 23). Ressalta-se que o limite de financiamento de 10,0% dirigidos ao referido setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20,0% podendo chegar a 30,0%, desde que autorizado pelo con-

selho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do setor, as atividades ligadas ao Setor Comercial obtiveram a significativa participação de 55,3% (R\$ 587,5 milhões), enquanto o segmento de Serviços obteve 44,7%, com R\$ 474,2

milhões dos valores contratados. Observa-se incremento de 36,0% e 8,5% no Setor de Serviços e Comércio, respectivamente, das aplicações em relação ao mesmo período de 2010.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram saúde (R\$ 108,2 milhões), edifícios e obras de engenharia civil (R\$ 73,3 milhões) e transporte rodoviário (R\$ 65,8 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 42,6% dos recursos do setor, totalizando R\$ 452,1 milhões (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE – Contratações por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividade	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	587.521	55,3	13,1
Comércio Varejista	452.092	42,6	10,1
Comércio Atacadista	111.489	10,5	2,5
Alimentação	12.129	1,1	0,3
Intermediários do Comércio	1.107	0,1	-
Outros	10.704	1,0	0,2
SERVIÇOS	474.224	44,7	10,5
Imobiliárias e Aluguéis	23.871	2,2	0,5
Saúde	108.189	10,2	2,4
Serv. Auxiliar à Indústria	521	0,0	-
Telecomunicações	1.494	0,1	-
Educação	27.151	2,6	0,6
Transporte Rodoviário	65.792	6,2	1,5
Reparação e conservação	11.755	1,1	0,3
Serviços Pessoais	7.042	0,7	0,2
Edifícios e Obras de Eng.Civil	73.312	6,9	1,6
Entretenimento e Lazer	2.162	0,2	-
Informática	4.985	0,5	0,1
Aluguel Máq. e Equipamento	29.964	2,8	0,7
Ativ. Aux. Transportes	35.597	3,4	0,8
Serv. Aux. Adm. Empresas	5.955	0,6	0,1
Outros	76.434	7,2	1,7
Total	1.061.745	100,0	23,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 397,0 milhões dos recursos do FNE Setor Comercial e Serviços no primeiro semestre de 2011, correspondendo a 37,4% dos valores contratados pelo setor (Tabela 21).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais são as maiores demandantes de recursos deste setor, e que as mesmas se situam fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 22), o FNE Setor Comercial e Serviços destinou 25,5% das contratações, ou seja, R\$ 271,2 milhões, para empreendimentos de grande porte. Os médios empreendimentos ficaram com 23,0% (R\$ 243,7 milhões), enquanto os mini, micro e pequenos empreendimentos obtiveram 51,5% (R\$

546,8 milhões). Esse movimento sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado pelos mini/micro/pequenos empreendimentos, daí a importância de financiamento ao setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comercial e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Bahia, com 21,0% (R\$ 223,1 milhões), Ceará, 20,7% (R\$ 220,2 milhões), Pernambuco, 13,2% (R\$ 140,6 milhões) e Maranhão, 12,6% (R\$ 134,2 milhões). Juntos, estes estados participaram com 67,5% do total dos valores contratados (Tabela 23).

Tabela 21 – FNE – Contratações por Região nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Região	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semiárido	4.846	53,3	396.984	37,4
Fora do Semiárido	4.254	46,7	664.761	62,6
Total	9.100	100,0	1.061.745	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 22 – FNE – Contratações por Porte nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Porte	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Mini/Micro/Pequeno	8.185	89,9	546.787	51,5
Médio	753	8,3	243.745	23,0
Grande	162	1,8	271.213	25,5
Total	9.100	100,0	1.061.745	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 23 – FNE – Contratações por Estado nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alagoas	253	2,8	57.416	5,4
Bahia	1.599	17,6	223.080	21,0
Ceará	1.646	18,1	220.195	20,7
Espírito Santo	65	0,7	15.868	1,5
Maranhão	783	8,6	134.189	12,6
Minas Gerais	548	6,0	33.451	3,2
Paraíba	650	7,1	43.418	4,1
Pernambuco	1.366	15,0	140.551	13,2
Piauí	687	7,5	86.644	8,2
Rio Grande do Norte	870	9,6	61.178	5,8
Sergipe	633	7,0	45.755	4,3
Total	9.100	100,0	1.061.745	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle e Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que três estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao mesmo período de 2010; Alagoas (287,7%), Piauí (89,0%) e Bahia (62,4%). Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio/Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 200 municípios, representando 10,1% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 40).

3.2 – Valores Programados e Valores Realizados

Nesse primeiro semestre de 2011, a distribuição percentual dos recursos do FNE contratados nos Setores/Programas de Indústria, Turismo e Infraestrutura e de Comércio e Serviços atenderam quase exatamente à distribuição percentual programada para o exercício de 2011. Com relação aos Setores/Programas Rural e Agroindustrial as contratações realizadas ultrapassaram em 6,6 pontos percentuais à programação e as contratações realizadas em Programas Multissetoriais ficaram 9,3 pontos percentuais abaixo da progra-

mação para o mesmo exercício de 2011, conforme apresenta a Tabela 24.

Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, é importante ressaltar que o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, de acordo com a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, parágrafo 3º, do Art. 43. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores demandados para esse segmento são crescentes, tendo em vista a estrutura econômica regional, caracterizando-se por ser potencialmente gerador de empregos.

No que se refere ao total de recursos, está programada, para 2011, a aplicação de R\$ 10,6 bilhões. Nesse primeiro semestre, 42,4% dessa meta foi cumprida. Para o segundo semestre de 2011, há uma expectativa de aumento no volume de aplicações, devido aos esforços das unidades operadoras do BNB em estimular a demanda por investimentos no setor produtivo, à luz das políticas e programas dos governos municipais e estaduais, e da programação elaborada para o exercício, visando ao cumprimento integral da meta programada.

Tabela 24 – FNE – Contratações Programadas e Realizadas, por Setor e Programa – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Setor/Programa	Programado (%)	Valores em R\$ mil	
		Realizado	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	33,9	1.821.028	40,5
Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾	29,6	1.424.106	31,7
Comércio e Serviços ⁽²⁾	10,9	515.239	11,5
Programas Multissetoriais ⁽³⁾	25,6	730.610	16,3
Total	100,0	4.490.983	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Excluídos os Programas Multissetoriais (PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde, MPE’s e FNE-Pró-Recuperação Ambiental). (3) PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde, MPE’s e FNE-Pró-Recuperação Ambiental (Rural, Industrial e Comércio e Serviços).

3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 – Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2011 totalizaram quase R\$ 4,5 bilhões, representando um acréscimo em torno de 9,5% em relação ao valor de R\$ 4,1 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2010. Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 938,7 milhões), Ceará (R\$ 893,8 milhões), Maranhão (R\$ 689,7 milhões), Pernambuco (R\$ 497,8 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 469,7 milhões). Apesar da variação positiva no valor total das contratações em relação ao primeiro semestre de 2010, sete estados apresentaram redução nesses valores, no primeiro semestre de 2011, quando comparados com os valores do primeiro semestre de 2010. No entanto, quando se analisa o volume de propostas em carteira, observa-se significativa tendência de incremento das contratações para o segundo semestre de 2011 (Tabela 25).

As propostas em carteira totalizaram R\$ 4,9 bilhões no final do primeiro semestre de 2011, e com relação ao primeiro semestre de 2010, apresentaram crescimento de 20,4%. Os maiores volumes

em carteira ficaram com os estados da Bahia (R\$ 1,5 bilhão), Ceará (R\$ 1,2 bilhão), Pernambuco (R\$ 662,3 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 391,1 milhões), conforme Tabela 25.

A demanda total de recursos pelos estados no primeiro semestre de 2011 (R\$ 9,4 bilhões) apresentou acréscimo de 14,9% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2010 (R\$ 8,2 bilhões). Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão apresentaram as maiores demandas por Estado e juntos esses três estados resumem 70,9% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 25.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2011, verifica-se que quatro unidades federativas não atingiram o piso mínimo, estabelecido internamente, de 4,5% do total de contratações do Fundo: Espírito Santo (0,8%), Alagoas (3,0%), Minas Gerais (4,1%), Paraíba (2,5%) e Sergipe (4,2%), o que poderá ser revertido até o fim do exercício de 2011. No que tange ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 25).

Tabela 25 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Valores em R\$ mil				
	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira (2)	Demanda Total	%
Alagoas	134.003	3,0	77.802	211.805	2,2
Bahia	938.663	20,9	1.478.434	2.417.097	25,6
Ceará	893.814	19,9	1.235.455	2.129.269	22,6
Espírito Santo	50.876	1,1	25.173	76.049	0,8
Maranhão	689.702	15,4	293.750	983.452	10,4
Minas Gerais	183.837	4,1	67.850	251.687	2,7
Paraíba	112.866	2,5	197.940	310.806	3,3
Pernambuco	497.788	11,1	662.329	1.160.117	12,3
Piauí	303.577	6,8	336.293	639.870	6,8
Rio Grande do Norte	469.747	10,5	391.133	860.880	9,1
Sergipe	216.110	4,8	178.674	394.784	4,2
Total	4.490.983	100,0	4.944.833	9.435.816	100,0

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2011, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste no ano de 1999, iniciando-se, a partir desse ano, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados da área de atuação do Banco. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 21,9 bilhões), Ceará (R\$ 14,2 bilhões), Pernambuco (R\$ 11,0 bilhões) e Maranhão (R\$ 9,2 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,2% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 26).

As contratações para o Setor Rural totalizaram R\$ 1,7 bilhão no primeiro semestre de 2011, re-

presentando crescimento de 21,1% em relação ao mesmo período de 2010 (R\$ 1,4 bilhão). Nesse setor, os estados que mais receberam recursos foram Bahia (R\$ 500,1 milhões), Maranhão (R\$ 352,1 milhões) e Ceará (R\$ 170,7 milhões). Os valores contratados nesses três estados significam 59,3% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia, nesse primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

As contratações no FNE Setor Rural, referentes ao primeiro semestre de 2011, quando comparadas com o mesmo período de 2010, apresentaram variações negativas apenas nos estados do Piauí (-7,6%) e do Rio Grande do Norte (-33,0%). As maiores variações positivas ocorreram nos estados do Maranhão (66,7%), Paraíba (35,4%), Espírito Santo (33,5%) e Bahia (32,3%), conforme se observa na Tabela 27.

Tabela 26 – FNE – Contratações Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões

Estado	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	4.273.605	5,0
Bahia	21.885.062	25,3
Ceará	14.220.344	16,5
Espírito Santo	889.063	1,0
Maranhão	9.242.480	10,7
Minas Gerais	4.269.453	5,0
Paraíba	4.900.938	5,7
Pernambuco	10.995.599	12,7
Piauí	5.647.620	6,5
Rio Grande do Norte	5.818.177	6,7
Sergipe	4.191.970	4,9
Total	86.334.312	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

Tabela 27 – FNE – Contratações Estaduais e Setoriais – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	51.783	928	10.602	13.274	-	57.416	134.003
Bahia	500.090	8.037	148.230	11.231	47.995	223.080	938.663
Ceará	170.720	7.955	113.154	8.556	373.234	220.195	893.814
Espírito Santo	27.234	5.000	1.786	988	-	15.868	50.876
Maranhão	352.103	19.366	111.828	11.473	60.743	134.189	689.702
Minas Gerais	145.391	103	4.533	359	-	33.451	183.837
Paraíba	46.678	2.874	19.333	563	-	43.418	112.866
Pernambuco	149.099	838	54.365	40.120	112.815	140.551	497.788
Piauí	133.471	840	6.419	6.203	70.000	86.644	303.577
Rio Grande do Norte	51.680	2.210	302.667	2.741	49.271	61.178	469.747
Sergipe	98.014	54.849	16.381	1.111	-	45.755	216.110
Total	1.726.263	103.000	789.298	96.619	714.058	1.061.745	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento Agroindustrial, o total contratado alcançou, no primeiro semestre de 2011, R\$ 103,0 milhões, representando redução de 19,6% sobre o primeiro semestre de 2010. Dos onze estados da área de atuação do Banco, sete estados apresentaram variação negativa nas contratações do Setor Agroindustrial quando se compara o primeiro semestre de 2011 com o mesmo período de 2010. A variação positiva foi decorrente do incremento, no Estado do Maranhão, de mais de 90,0 vezes seu volume de recursos contratados no setor, e no Ceará, da ordem de 177,1% (Tabela 27). Tal crescimento se deve a operações de grande porte realizadas no Maranhão, em Porto Franco, na atividade de processamento e beneficiamento de óleos vegetais de soja e no Ceará em operações de processamento e beneficiamento de frutas para fabricação de sucos, no município de Jaguaribe. Essas operações foram responsáveis por 23,2% do total contratado nesse segmento, no primeiro semestre de 2011⁴.

Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações, no setor Agroindustrial, no primeiro semestre de 2011, estão nos estados de Sergipe (R\$ 54,8 milhões), Maranhão (R\$ 19,4 milhões), e Bahia e Ceará, em torno de 8,0 milhões cada, conforme a Tabela 27.

No Setor da Indústria, as operações totalizaram R\$ 789,3 milhões. Ressalte-se o bom desempenho do Rio Grande do Norte cujas contratações atingiram R\$ 302,7 milhões, e dos estados de Bahia, Ceará e Maranhão que contrataram em média R\$ 124,4 milhões, no primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

No Setor do Turismo, as operações totalizaram R\$ 96,6 milhões, destacando-se os estados de Pernambuco (R\$ 40,1 milhões), Alagoas (R\$ 13,3 milhões), Bahia e Maranhão, ambos com aproximadamente R\$ 11,0 milhões em contratos nesse setor, no primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 714,1 milhões no primeiro semestre de 2011, com aumento

de 8,3%, na comparação com o primeiro semestre de 2010. Do total de recursos contratados nesse setor, aproximadamente 52,3% se destinaram ao Estado do Ceará. Além deste Estado, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia realizaram contratações no primeiro semestre de 2011 (Tabela 27).

O Setor Comércio e Serviços elevou em 19,3% o valor contratado no primeiro semestre de 2011 (R\$ 1,1 bilhão), comparado com o mesmo período de 2010 (R\$ 890,1 milhões). Seis estados elevaram o valor de suas contratações nesse setor (Tabela 27). As maiores expansões ocorreram nos estados de Alagoas (287,7%), Piauí (89,0%) e Bahia (62,4%).

Quanto ao montante de contratações, no primeiro semestre de 2011, os maiores destaques foram Bahia (R\$ 938,7 milhões), Ceará (R\$ 893,8 milhões), Maranhão (R\$ 689,7 milhões), Pernambuco (497,8 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 469,7 milhões), por ordem decrescente de valores contratados (Tabela 27).

O número de beneficiários do FNE totalizou 608,5 mil no primeiro semestre de 2011, registrando ampliação de 14,6% em relação ao número de beneficiários no primeiro semestre de 2010. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (122,5 mil), seguido do Ceará (85,3 mil), Pernambuco (77,7 mil) e Maranhão (65,6 mil). Os demais estados apresentaram número de beneficiários entre 59,8 mil e 28,8 mil, destoando desses parâmetros apenas o Estado do Espírito Santo que apresentou 717 beneficiários (Tabela 28).

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2011 foi de R\$ 7.380,95, valor 4,5% inferior ao valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2010, que foi de R\$ 7.726,92. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no Estado do Espírito Santo (R\$ 70.956,76) cujo valor diverge, inclusive, da média das três maiores relações contratação/beneficiário, apresentada pelos estados do Rio Grande do Norte, Maranhão

4 Base do Ativo do BNB.

e Ceará que ficou em torno de R\$ 11.517,49. As menores relações valor contratado por beneficiário apresentaram-se nos estados de Paraíba (R\$ 2.604,32), Minas Gerais (R\$ 3.074,71) e Alagoas (R\$ 3.586,42), conforme a Tabela 28.

Bahia, o estado mais populoso da região Nordeste, foi o que mais contratou recursos do FNE no primeiro semestre de 2011. Pernambuco, o segundo estado em número de habitantes, foi o quarto colocado em valor contratado e o Ceará o terceiro mais populoso do Nordeste ficou em segundo lugar entre os estados do Nordeste em relação ao total de recursos contratados no primeiro semestre de 2011 (Tabela 29).

Considerando-se toda a área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 79,20 por habitante, superior aos R\$ 71,67 por habitante, no mesmo período de 2010. O Rio Grande do Norte apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$ 148,27/habitante, seguido pelos

estados do Ceará (R\$105,80/habitante), Maranhão (R\$104,98/habitante) e Sergipe (R\$ 104,50/habitante) (Tabela 29).

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, as Tabelas 30 e 31 apresentam a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE–Setor Rural representou aproximadamente 4,3% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do Banco. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Sergipe e Piauí, em torno de 9,3% e 7,1%, respectivamente. Nos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pernambuco a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou entre 4,8% e 4,0%; e nos estados de Alagoas e Paraíba em torno de 3,0%. Apenas no Estado do Espírito Santo essa relação se apresenta distante desses parâmetros, em torno de 1,2% (Tabela 30).

Tabela 28 – FNE – Contratações em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	134.003	37.364	3.586,42	9
Bahia	938.663	122.459	7.665,12	1
Ceará	893.814	85.263	10.483,02	2
Espírito Santo	50.876	717	70.956,76	11
Maranhão	689.702	65.554	10.521,13	3
Minas Gerais	183.837	59.790	3.074,71	8
Paraíba	112.866	43.338	2.604,32	10
Pernambuco	497.788	77.732	6.403,90	4
Piauí	303.577	52.774	5.752,40	6
Rio Grande do Norte	469.747	34.672	13.548,31	5
Sergipe	216.110	28.793	7.505,64	7
Total	4.490.983	608.456	7.380,95	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 29 – FNE – Contratações em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	134.003	3.121	42,94	10
Bahia	938.663	14.021	66,94	6
Ceará	893.814	8.448	105,80	2
Espírito Santo	50.876	807	63,01	8
Maranhão	689.702	6.570	104,98	3
Minas Gerais	183.837	2.817	65,26	7
Paraíba	112.866	3.767	29,96	11
Pernambuco	497.788	8.796	56,59	9
Piauí	303.577	3.119	97,33	5
Rio Grande do Norte	469.747	3.168	148,27	1
Sergipe	216.110	2.068	104,50	4
Total	4.490.983	56.703	79,20	-

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Contagem da População 2007.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 30 – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)*	PIB Setor Primário (B)*	A / B (%)
Alagoas	51.783	1.590.695	3,3
Bahia	500.090	10.393.127	4,8
Ceará	170.720	4.301.676	4,0
Espírito Santo ⁽²⁾	27.234	2.281.591	1,2
Maranhão	352.103	8.879.793	4,0
Minas Gerais ⁽³⁾	145.391	3.459.242	4,2
Paraíba	46.678	1.628.889	2,9
Pernambuco	149.099	3.738.447	4,0
Piauí	133.471	1.884.851	7,1
Rio Grande do Norte	51.680	1.179.973	4,4
Sergipe	98.014	1.050.726	9,3
Total	1.726.263	40.389.010	4,3

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2008.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) O PIB Rural do norte do Espírito Santo foi estimado em 2,8% do PIB Total do Estado. (3) O PIB Rural do norte de Minas Gerais foi estimado em 1,1% do PIB Total do Estado.

(*): Valores de 2008 corrigidos para junho de 2011 pelo IGP - DI médio desse ano.

No setor secundário, a importância relativa do Fundo foi de 0,7% na Indústria e de 0,1% no Turismo, com participações mais expressivas apresenta-

das pelos estados de Rio Grande do Norte (4,6%), Maranhão (1,7%) e Ceará (0,8%) no Setor Industrial (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (B)	PIB Setor Secundário (C)*	A / C (%)	B / C (%)
Alagoas	10.602	13.274	4.671.272	0,2	0,3
Bahia	148.230	11.231	34.134.239	0,4	0,0
Ceará	113.154	8.557	14.390.552	0,8	0,1
Espírito Santo ⁽²⁾	1.785	988	3.055.793	0,1	0,0
Maranhão	111.828	11.473	6.748.711	1,7	0,2
Minas Gerais ⁽³⁾	4.532	359	10.662.192	0,0	0,0
Paraíba	19.333	563	5.724.463	0,3	0,0
Pernambuco	54.366	40.119	15.148.880	0,4	0,3
Piauí	6.420	6.203	2.798.980	0,2	0,2
Rio Grande do Norte	302.667	2.741	6.577.661	4,6	0,0
Sergipe	16.381	1.111	6.712.916	0,2	0,0
Total	789.298	96.619	110.625.658	0,7	0,1

Fontes: BNB-ETENE e IBGE - Contas Regionais 2008.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) O PIB Industrial do Norte do Espírito Santo foi estimado em 3,8% do PIB Total do Estado. (3) O PIB Industrial do Norte de Minas Gerais foi estimado em 3,3% do PIB Total do Estado.

(*): Valores de 2008 corrigidos para junho de 2011 pelo IGP-DI médio desse ano.

3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, é que o FNE alocou R\$ 35,1 bilhões para esse espaço no período 1989 ao primeiro semestre de 2011. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 51,3 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 32).

No primeiro semestre de 2011, o FNE aplicou R\$ 1,9 bilhão na região do semiárido nordestino, ou seja, 41,7% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 392 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espa-

ço territorial, equivalendo a 64,5% do total de beneficiários do Fundo, no período sob análise (Tabela 33).

Tabela 32 – FNE – Contratações Acumuladas por Região – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Região	Valor ⁽²⁾	%
Semiárido	35.066.419	40,6
Fora do Semiárido	51.267.893	59,4
Total	86.334.312	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

Tabela 33 – FNE – Contratações por Região – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Semiárido	392.194	64,5	1.873.891	41,7
Fora do Semiárido	216.261	35,5	2.617.092	58,3
Total	608.455	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se o crescimento dos valores aplicados no semiárido em relação aos ingressos dos recursos. Assim, em 2010, as contratações no semiárido ultrapassaram em 11,9% os ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração (R\$ 4,6 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 4,1 bilhões de ingresso de recursos). Referida relação é de 98,6% quando se considera o período de 1989 ao primeiro semestre de 2011 (R\$ 35,1 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 35,5 bilhões de ingressos de recursos) e representa um significativo trabalho de estímulo ao financiamento de empreendimentos na região do semiárido nordestino, uma vez que no período de 1989 ao primeiro semestre de 2010, essa relação era de 86,9%.

Considerando-se apenas o primeiro semestre de 2011, essa relação é de 71,4% (R\$ 1.873.891 mil de contratações no semiárido e R\$ 2.625.616 mil de ingressos de recursos), de acordo com as Tabelas 5 e 33.

Esse resultado vem refletir o esforço do BNB no cumprimento do que preceitua a legislação do FNE, no que se refere à participação de 50% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas

atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25%, enquanto para aqueles das demais regiões esse bônus é de 15% (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

O estabelecimento desse limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da Sudene não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte do Espírito Santo. É importante lembrar que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do Estado de Minas Gerais que compõem os vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido e o financiamento de empreendimentos nessas localidades torna mais difícil o alcance do limite mínimo de aplicações no semiárido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo é importante ressaltar que o maior montante de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos na região semiárida, uma vez que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido resultaria em aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando, assim, a alocação de recursos na Região Nordeste como um todo e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, deve-se considerar as peculiaridades dos estados da região Nordeste. Existem unidades

federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. O Maranhão, apesar de não apresentar escassez de chuvas, de registrar significativos índices de crescimento econômico e de assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste registra, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam: a) municípios com menores índices de IDH do Nordeste; b) municípios com menor renda familiar do Nordeste; c) municípios com níveis de alfabetização mais baixos do País, o que se reflete no grau de qualificação profissional dos trabalhadores (UNICEF/IBGE, 1994); e d) o estado figura na última posição do *ranking* nacional de PIB e de renda *per capita*, referente ao ano de 2004.

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

As questões acima suscitam uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia local menos dinâmica, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os como localizados ou não no semiárido. Outros aspectos igualmente importantes deveriam ser considerados na identificação dos estados que requerem maior incentivo e, conseqüentemente, maior aporte de recursos do Fundo, como, por exemplo, os seguintes indicadores: PIB *per capita*, renda *per capita*, IDH, fornecimento de serviços básicos, alfabetização, mortalidade infantil e pobreza, dentre outros.

Como forma de exemplificar que esses aspectos podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre essas regiões geográficas, dificultando o cumprimento da legislação sobre a alocação de metade dos recursos no semiárido apresentam-se, nas

Tabelas 34 e 35 os valores totais contratados dentro e fora do semiárido, subtraindo-se as contratações do Estado do Maranhão. Assim, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2011, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 40,6 para 45,5% portanto 4,9 pontos percentuais a mais, aproximando-se do que preceitua a legislação do FNE.

Tabela 34 – FNE – Contratações Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil		
Região	Valor ⁽²⁾	%
Semiárido	35.066.419	45,5
Fora do Semiárido	42.025.413	54,5
Total	77.091.832	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

Considerando, ainda, a exclusão das contratações realizadas no Maranhão no primeiro semestre de 2011 (R\$ 689,7 milhões), a participação percentual do semiárido, neste período, eleva-se de 42,1% para 49,3%, ficando muito próximo do limite mínimo de aplicação de recursos no semiárido requerido pela legislação do Fundo (Tabelas 33 e 35).

Tabela 35 – FNE – Contratações por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil				
Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	392.194	72,2	1.873.891	49,3
Fora do Semiárido	150.708	27,8	1.927.390	50,7
Total	542.902	100,0	3.801.281	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

Apesar das questões acima colocadas, o Banco do Nordeste tem adotado ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.

Ao longo dos últimos vinte anos, o Banco vem envidando esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando uma maior captação de recursos por essa sub-região. O próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2011, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50% (R\$ 5,3 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2011 (R\$ 10,6 bilhões).

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina e, nas mesorregiões de Águas Emendadas, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Bico do Papagaio, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% sobre os encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncoras e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão socioeconômica de mini e pequenos produtores.

Ressalte-se que todo o direcionamento estratégico do Banco se dá no sentido de envidar esforços para aplicar a metade dos recursos no semiárido. Assim, mantém-se a diretriz de priorizar projetos que contemplem atividades produtivas que possam ser desenvolvidas nessa região.

Espera-se, com essas ações, alavancar ainda mais as aplicações no semiárido, aproximando-se do que determina a legislação do FNE.

3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 38,1% do total de con-

tratações do FNE, o que equivale a R\$ 32,8 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2011. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 11,2 bilhões, ou seja, 12,9% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 42,3 bilhões, o equivalente a 49,0% do total de contratações do FNE (Tabela 36).

Tabela 36 – FNE – Contratações Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Porte	Valor ⁽²⁾	%
Mini/Pequeno	32.845.633	38,1
Médio	11.155.715	12,9
Grande	42.332.964	49,0
Total	86.334.312	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2011.

Os empreendedores de mini, micro e pequeno portes predominaram nos setores Rural, Agroindustrial, Industrial, Turismo e Comércio e Serviços atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2011, em termos de quantidade de beneficiários. No segmento de Infraestrutura, em decorrência da natureza da atividade do setor, foram atendidos apenas empreendimentos de médio e grande portes. Os beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes totalizaram 605,4 mil, o que equivale a 99,5% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE, no período em foco.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (597,8 mil), segmento que registra 596,0 mil beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem às categorias de micro, mini e pequeno portes (Tabela 37).

Os beneficiários de médio porte obtiveram maior destaque nos setores Rural; Comércio e Serviços; e Industrial. Nos seis setores, somaram 0,4% de todos os beneficiários do Fundo, no primeiro semestre de 2011 (Tabela 37).

No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação percentual mais destacada desse porte ocorreu nos setores de Infraestrutura, 72,7% dos beneficiários e Agroindustrial e Industrial, 19,8% e 5,3% dos beneficiários, respectivamente (Tabela 37).

Quanto aos valores contratados, 34,1% dos recursos do FNE foram destinados aos mini e pequenos produtores, no primeiro semestre de 2011, perfazendo um total de R\$ 1,5 bilhão, apresentando incremento de 31,5%, quando comparado ao mesmo período de 2010. Os valores para este porte de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 849,3 milhões) e Comércio e Serviços (R\$ 546,8 milhões), conforme a Tabela 38.

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2011, obtiveram recursos da ordem de R\$ 804,0 milhões, com incremento de 7,7% no volume de recursos, em relação ao primeiro semestre de 2010. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 48,0% no primeiro semestre de 2011, com redução de 5,4 pontos percentuais quando comparado ao primeiro semestre de 2010. Em termos de volume de recursos contratados por essa categoria, houve redução de 1,6% em relação ao primeiro semestre de 2010 (R\$ 2,191 milhões), conforme a Tabela 38.

Tabela 37 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)
Mini/Micro/ Pequeno	596.031	99,7	59	50,9	997	79,3	112	88,2	-	-	8.185	90,0	605.384	99,5
Médio	1.434	0,2	34	29,3	193	15,4	13	10,2	3	27,3	753	8,3	2.430	0,4
Grande	380	0,1	23	19,8	67	5,3	2	1,6	8	72,7	162	1,8	642	0,1
Total	597.845	100,0	116	100,0	100,0	100,0	127	100,0	11	100,0	9.100	100,0	608.456	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 38 – FNE – Contratações por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Porte	Rural		Agro-in- dustrial		Indústria		Turismo		Infraes- trutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)
Mini/Pe- queno	849.261	49,2	6.889	6,7	101.765	12,9	25.579	26,5	-	-	546.787	51,5	1.530.281	34,1
Médio	179.023	10,4	11.853	11,5	205.461	26,0	53.901	55,8	110.014	15,4	243.745	23,0	803.997	17,9
Grande	697.979	40,4	84.258	81,8	482.072	61,1	17.139	17,7	604.044	84,6	271.213	25,5	2.156.705	48,0
Total	1.726.263	100,0	103.000	100,0	789.298	100,0	96.619	100,0	714.058	100,0	1.061.745	100,0	4.490.983	100,0

Valores em R\$ Mil

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.989 municípios. Destes, 1.963 foram atendidos com operações do FNE durante o primeiro semestre de 2011, representando 98,7% dos municípios atendidos pelo Fundo, 2,1 pontos percentuais acima do registrado no mesmo período de 2010, aproximando-se da totalidade dos municípios que compõem a área de abrangência do FNE, no período sob análise. Os estados do Ceará e Sergipe tiveram todos os municípios atendidos pelo FNE, nesse primeiro semestre de 2011 e os demais estados têm mais de 95% de seus municípios atendidos, exceto o Estado do Espírito Santo no qual em 89,3% dos municípios foram financiados empreendimentos com recursos do FNE, demonstrando a amplitude da abrangência territorial da atuação do Fundo (Tabela 39).

Dividindo-se o valor total contratado no âmbito do FNE, no primeiro semestre de 2011 (R\$ 4,5 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.963), encontra-se uma mé-

dia de R\$ 2,3 milhões contratados por município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 97,9% da área de atuação do Fundo, o que corresponde a 1.947 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.106 municípios nos Setores Industrial e Turismo, equivalente a 55,6% da área de abrangência do Fundo (Tabela 40).

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 1.121 municípios no primeiro semestre de 2011. Em seguida, 772 municípios receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 70 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 41 e Mapa 2).

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 42 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,5% de todas as operações do Fundo, no primeiro semestre de 2011. No que se refere aos valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 3,0 bilhões ou 66,7% dos recursos contratados).

Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011

Estado	Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	98	96,1
Bahia	417	411	98,6
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	25	
Maranhão	217	213	98,2
Minas Gerais	168	167	99,4
Paraíba	223	221	
Pernambuco ⁽¹⁾	185	184	99,5
Piauí	223	221	99,1
Rio Grande do Norte	167	164	98,2
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.989	1.963	98,7

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011

Setor	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº. de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.947	97,9
Agroindustrial	35	1,8
Industrial	1.106	55,6
Turismo	83	4,2
Infraestrutura	8	0,4
Comércio/Serviços	200	10,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 41 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2011

Faixa de Valor Contratado	Nº. de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	309	15,7
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	812	41,4
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	320	16,3
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	452	23,0
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	63	3,2
> R\$ 100 milhões	7	0,4
Total	1.963	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

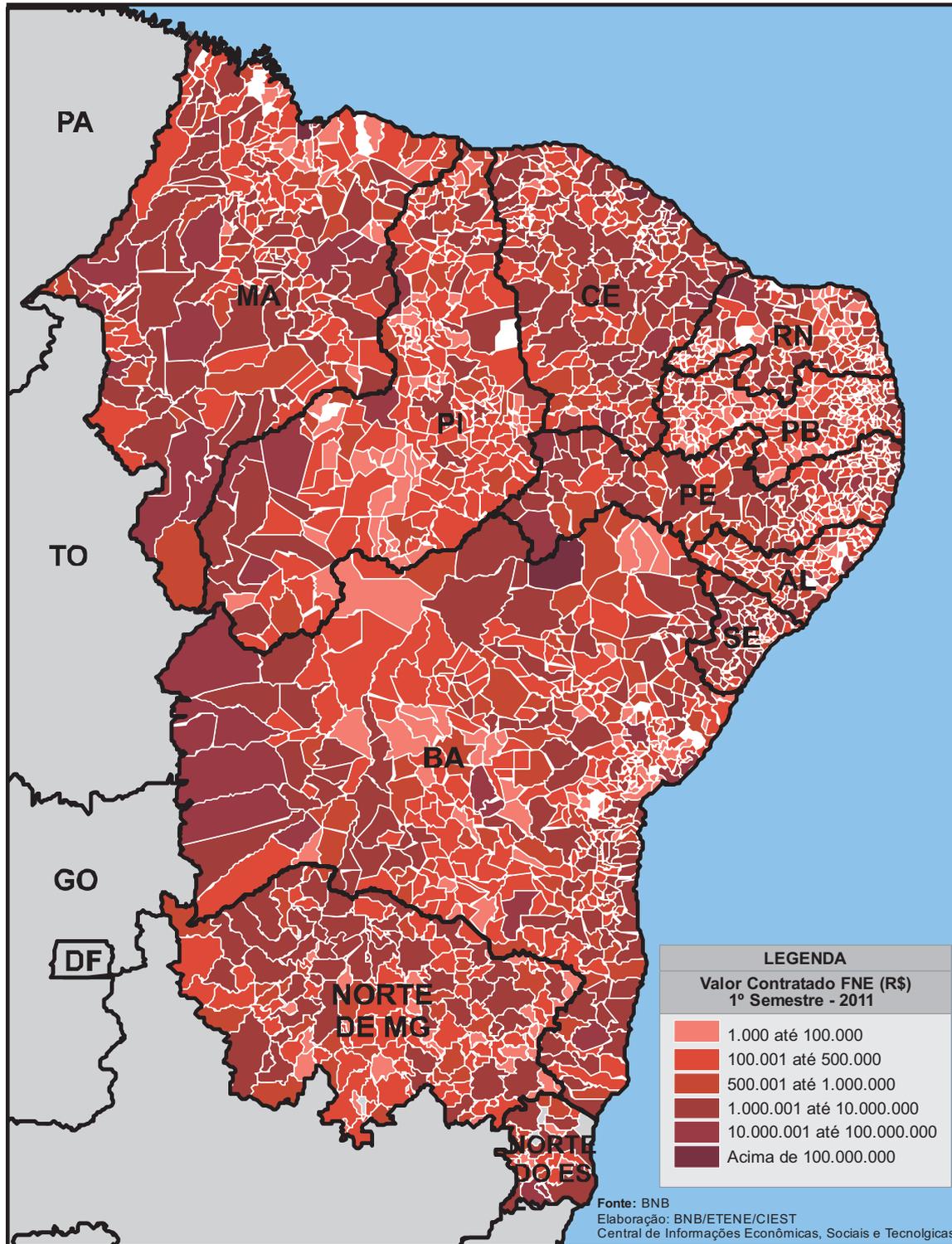
Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve duas operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Tabela 42 – FNE – Contratações por Tipo de Município⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2011

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado (em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽⁵⁾	3.170	1,5	672.069	15,0
Baixa Renda ⁽²⁾	64.123	30,5	821.533	18,3
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	71.747	34,1	1.172.358	26,1
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	71.354	33,9	1.825.023	40,6
Total	210.394	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.



Mapa 2 – FNE – Valor Contratado por Município – Primeiro Semestre de 2011

Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições

De acordo com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Nessa perspectiva, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No primeiro semestre de 2011, duas dessas instituições realizaram financiamentos que absorveram cerca de R\$ 780,0 mil. Esse desempenho, quando comparado com igual período do ano anterior, representa 7,1% do montante contratado no primeiro semestre de 2010.

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) foi responsável pela aplicação de R\$ 595 mil (76,3%) e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) contratou duas operações que somaram R\$ 185 mil, valor que representa 12,4% do total de recursos aplicados, no primeiro semestre de 2010 (Tabela 43).

O Banese, que no exercício de 2010 foi responsável por 91,0% do volume de recursos aplicados pelas instituições repassadoras de crédito do FNE, não realizou contratações no primeiro semestre de 2011.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados no primeiro semestre de 2011, 76,3% foram destinados à indústria (Tabela 44). O restante (23,7%) beneficiou o Setor Rural que, no primeiro semestre de 2010, absorveu 34,3% do montante aplicado pelos bancos repassadoros. Neste período de 2010, como em 2009, o destaque nas aplicações coube ao Setor de Comércio e Serviços, com 60,2% e 74,3%, respectivamente.

Conforme Tabela 45, as contratações do Setor Rural deram-se na pecuária, especificamente para a atividade de bovinocultura. Já o montante contratado no âmbito do Setor Industrial foi destinado a atividades relacionadas a bens de consumo intermediário. Não houve contratações nos setores de Comércio e Serviços, Turismo e Agroindustrial.

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadoros – Contratações no Primeiro Semestre de 2011

UF	Bancos Repassadoros	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	1	33,3	595	76,3
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	-	-	-	-
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESEN-BAHIA)	2	66,7	185	23,7
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG	-	-	-	-
Total		3	100,0	780	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2011

Setor / Programa	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
RURAL	2	2	185	23,7	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	2	2	185	23,7	-
INDUSTRIAL	1	1	595	76,3	-
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1	1	595	76,3	-
Total	3	3	780	100,0	-

Fontes: AGN, BANESE E DESENBÁHIA.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	2	185	100,0
Bovinocultura	2	185	100,0
Total	2	185	100,0

Fontes: AGN, BANESE E DESENBÁHIA.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à pontualidade nos recebimentos, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE permanece com a AGN, embora esta tenha reduzido referido índice de 5,3%, no fim de 2010, para 3,4% no encerramento do primeiro semestre

de 2011. Inversamente, a Desenbahia praticamente dobrou sua taxa em relação a 2010, saindo de 0,7% no primeiro semestre e 0,6% no fim do exercício de 2010 para 1,3% no primeiro semestre de 2011. Banese e BDMG seguem com taxa de inadimplência igual a zero (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2011

Instituição Financeira	% de Inadimplência
Agência de Fomento do R. G. Norte S.A. - AGN	3,4
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-
Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBÁHIA	1,3

Fontes: AGN, BANESE, BDMG e DESENBÁHIA.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

Observando-se as contratações dos bancos repassadores de acordo com a região, verifica-se que 76,3% do valor total contratado no primeiro semestre de 2011 contemplaram empreendimentos fora do semiárido, conforme Tabela 47.

Na análise dos beneficiários por porte e setor, no primeiro semestre de 2011, verifica-se que 66,7% das operações foram firmadas com empresas de micro e pequeno porte do setor rural. O restante foi contratado com o segmento de médio porte do Setor Industrial, de acordo com as Tabelas 48 e 49.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Região – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valor (1)	%
Semiárido	2	66,7	185	23,7
Fora do Semiárido	1	33,3	595	76,3
Total	3	100,0	780	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2011

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Turismo		Infra-Estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Mini/Micro/Pequeno	2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,7
Médio	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	1	33,3
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	100,0	-	1	100,0	-	-	-	-	-	3	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infra Estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	185	-	-	-	-	185
Médio	-	-	595	-	-	595
Grande	-	-	-	-	-	-
Total	185	-	595	-	-	780

Fontes: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em 30.06.2011, considerando operações contratadas a partir de 2005, o saldo devedor das quatro instituições financeiras repassadoras do FNE é da ordem de R\$ 156,1 milhões, distribuído da seguinte forma: Banco do Estado de Sergipe (Banese), 41,8% do total do saldo devedor; Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), 28,9%; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 25,4%; e Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN),

4,0%. Desse montante, 24,1% referem-se ao Setor Industrial, 21,6% ao Setor Rural e 54,3% a outros setores, conforme Tabela 50.

No que se refere à dispersão territorial, verifica-se que os financiamentos dos bancos repassadoros, no período observado, distribuíram-se por apenas três municípios, conforme Tabela 52. Estas contratações se deram nos setores Rural e Industrial (Tabela 51).

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadoros – Saldos Devedores das Operações – Posição: 30.06.2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Setor	Instituições Repassadoras - Saldo devedor			
	AGN	BANESE	DBMG	DESENBÁHIA
Industrial	1.903	25.337	-	10.352
Rural	331	18.315	-	15.045
Outros	3.948	21.572	39.635	19.687
Total	6.182	65.224	39.635	45.084

Fontes: AGN, BANESE, DESENBÁHIA e BDMG.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadoros – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2011

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	2
Agroindustrial	-
Industrial	1
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	-

Fontes: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadoros – Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Município	Valor Contratado	%
SÃO JOSÉ DE MIPIBU (RN)	595	76,3
RIBEIRA DO POMBAL (BA)	11	1,4
ITAPETINGA (BA)	174	22,3
TOTAL	780	100,0

Fontes: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Resolução nº. 032/2010, de 30/07/2010, do CONDEL/SUDENE aprovou a Proposição nº. 031/2010, referente às Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, para o exercício 2011.

Assim, o presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o primeiro semestre do exercício de 2011.

3.5.1 – Prioridades Setoriais (Projetos e/ou Atividades):

I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: software e hardware, semicondutores, eletroeletrônicos, bens de capital, fármacos e medicamentos; e em atividades capazes de gerar novos usos e produtos (atividades portadoras de futuro, especialmente: microeletrônica, biotecnologia, nanotecnologia, mecatrônica);

No primeiro semestre de 2011, o Banco do Nordeste aplicou R\$ 5,3 milhões nas opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, nos segmentos de *software* e *hardware* e de fármacos e medicamentos, conforme demonstrado na Tabela 53.

Tabela 53 – FNE – Opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – Primeiro Semestre de 2011

Segmento	Nº de Operações	Valores em R\$ mil
		Valor (R\$)
Software e hardware	40	5.161,4
Fármacos e medicamentos	3	159,8
Total	43	5.321,1

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

No segmento de *software* e *hardware*, as contratações realizadas compreenderam as atividades de desenvolvimento de programas de informática, consultoria em sistemas de informática, serviços de engenharia, centro de processamento de dados, fabricação de computadores, entre outros.

II. Projetos de infraestrutura: energia (inclusive aquelas de fontes renováveis), transporte (inclusive multimodais), armazenagem, telecomunicações, abastecimento de água e esgotamento sanitário, gasodutos, portos, e terminais;

Nessa prioridade, em relação a projetos de energia a partir de fontes renováveis, foram investidos R\$ 49,3 milhões para o financiamento a uma usina de energia eólica localizada no Estado do Rio Grande do Norte, no primeiro semestre de 2011, conforme apresentado na Tabela 54.

No segmento de telecomunicações, de acordo com a Tabela 54, os recursos aplicados foram da ordem de R\$ 101 milhões no período.

Tabela 54 – FNE – Projetos de Infraestrutura (Energias Renováveis e Telecomunicações) – Primeiro Semestre de 2011

Segmento	Nº de Operações	Valores em R\$ mil
		Valor (R\$)
Energias renováveis	1	49.271,1
Telecomunicações	19	101.031,6
Total	20	150.302,7

Fonte: Planilha de contratações (Ambiente de Controle de Operações de Crédito).

III. Projetos relacionados à indústria e montagem de veículos automotores inclusive veículos pesados (ônibus, tratores, caminhões, locomotivas) e de materiais de transporte inclusive acessórios, componentes, autopeças, reboques e carrocerias;

Neste item serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 55, em apenas uma

operação o produto Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Ferroviários alocou 52,9% dos recursos dessa indústria. Tal investimento foi realizado no município de Barbalha-CE e está relacionado com o projeto da ferrovia Transnordestina. No tocante ao número de operações, o produto Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão foi responsável por 60,0% das operações, ou seja, seis contratações, distribuídas entre os municípios de Itabaiana-SE e Umarizal-RN, cada um com uma operação; e Juazeiro-BA e Mossoró-RN, ambos com duas operações.

IV. Projetos relacionados a empreendimentos que se articulem e potencializem, econômica e socialmente, os efeitos das inversões do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do PRODETUR;

Nos primeiros seis meses do corrente ano o FNE destinou R\$ 430,0 milhões nessa prioridade, com destaque para o setor energético que absorveu 100% dos recursos. Tais recursos foram destinados às atividades de Geração de Energia Elétrica com participação de 69,6% e Transmissão de Energia Elétrica (30,4%), conforme a Tabela 56.

Tabela 55 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2011

Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
				Valor	%
Ind.Transportes	Fab.Cabines, carrocerias e reboques p/caminhão	6	60,0	674	4,1
	Fab.Pecas/Acessórios	2	20,0	64	0,4
	Constr./Reparo Embarcações para esporte e lazer	1	10,0	7.000	42,6
	Fab.Pecas/Acess.p/veículos ferroviários	1	10,0	8.696	52,9
Total		10	100,0	16.434	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 56 – FNE – Contratações em Apoio ao PAC – Primeiro Semestre de 2011

UF	ATIVIDADE	VALOR
RN	Geração de Energia Elétrica	49.271
CE	Geração de Energia Elétrica	250.000
PE	Transmissão de Energia Elétrica	60.747
PI/MA	Transmissão de Energia Elétrica	70.000
TOTAL		430.018

Fonte: Ambiente de Negócios com Governo e Pessoa Física.

Quanto às ações do Prodetur, o presente relatório não as contempla, tendo em vista estas ações não possuem recursos do FNE.

V. Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura, com ênfase na melhoria dos índices zootécnicos, na produtividade, na organização, e na gestão da unidade produtiva.

A Tabela 57 apresenta os projetos contratados relacionados à avicultura, à bovinocultura e à ovinocaprinocultura. Assim, foram contratados aproximadamente R\$ 768,3 milhões em 131.601 operações. Destaque para a bovinocultura que respondeu por 72,8% das operações e por 84,1% do valor contratado.

Tabela 57 – FNE – Projetos relacionados à ovinocaprinocultura, à bovinocultura e à avicultura – Primeiro Semestre de 2011

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Avicultura	10.978	8,3	43.442	5,7
Bovinicultura	95.797	72,8	646.371	84,1
Ovinocaprinocultura	24.826	18,9	78.442	10,2
Total	131.601	100,0	768.255	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

VI. Projetos Agroindustriais;

Ver item 3.1.2

VII. Projetos de agricultura irrigada, fruticultura, em polos agrícolas, agroindustriais e/ou de áreas comprovadas aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;

Conforme acordado com o MI, a Tabela 58 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada, sem

distinguir, contudo, aqueles localizados em polos agrícolas, agroindustriais e/ou em áreas de comprovada aptidão edafoclimática, inclusive com zoneamento ecológico econômico aprovado;

Observa-se que a cultura da banana concentrou 75,9% do montante contratado, ficando também com a maior quantidade de operações (33,6%). Em seguida, em termos de contratos firmados, aparecem as culturas do maracujá e da manga com participação de 24,3% e 15,0%, respectivamente.

Tabela 58 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados¹ em Fruticultura Irrigada² – Primeiro Semestre de 2011

Produto	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Abacaxi	2	1,9	4	0,1
Acerola	2	1,9	121	1,8
Banana	36	33,6	5.076	75,9
Caju	1	0,9	151	2,3
Coco	4	3,7	271	4,0
Goiaba	3	2,8	51	0,8
Laranja	1	0,9	7	0,1
Limão	3	2,8	91	1,3
Mamão	11	10,3	167	2,5
Manga	16	15,0	672	10,0
Maracujá	26	24,3	76	1,1
Uva	2	1,9	4	0,1
Total	107	100,0	6.691	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados apenas projetos de ampliação.

VIII. Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca;

De acordo com a Tabela 59, entre os financiamentos do BNB, destinados a essa prioridade, destacam-se aqueles concedidos no âmbito da atividade de Aquicultura, que detêm 56,3% do valor contratado. Esse bom desempenho da aquicultura se deve em grande parte à atividade de carcinicultura que em apenas 20 (vinte) operações, contratou R\$ 10,9 milhões, sendo que desse valor R\$ 10,6 milhões, ou seja, 97,2% foram destinados a projetos localizados nos municípios de Acaraú e Granja, ambos na região norte Estado do Ceará, evidenciando assim o potencial da atividade naquela região. Vale ressaltar ainda que o grande volume de recursos alocados para esta atividade está relacionado à sua estrutura produtiva, que exige maiores inversões.

Observa-se, também, que a pesca utilizou 30,6% do montante dos recursos, sendo responsável por 48,7% das operações contratadas no período, fator que pode contribuir para a modernização da atividade, tendo em vista ser esta uma importante fonte de renda para a população nordestina, mas que ainda carece de infraestrutura de apoio, conforme evidenciado em Vidal e Gonçalves (2010).

Tabela 59 – FNE – Projetos de floricultura, apicultura, aquicultura e pesca – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil			
Atividade	Nº de Operações	Valor	%
Apicultura	1.242	4.901	12,9
Aquicultura	1.700	21.384	56,3
Flores	11	60	0,2
Pesca	2.805	11.607	30,6
Total	5.758	37.952	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Vale ressaltar que as atividades Apicultura e Flores foram responsáveis pela contratação de aproximadamente R\$ 5,0 milhões em 1.253 operações, representando, juntas, 13,1% do total contratado, nessa prioridade.

IX. Projetos de produção de grãos;

No que tange à produção de grãos, pode-se observar que no primeiro semestre de 2011 o produto que obteve maior número de operações foi o milho com 3.551 contratos, representando 44,2% do total das 8.044 operações contratadas. Em seguida, tem-se a cultura do feijão, com 386 operações, representando, 4,8% das operações realizadas no período (Tabela 60). Ao considerarmos essas culturas inclusive na forma de consórcio (feijão e milho), constata-se que esses produtos, ambos tradicionais na agricultura regional, respondem juntos por 51,8% dos contratos firmados para a produção de grãos.

Quanto ao volume aplicado segundo o produto, percebe-se que a maior parcela dos recursos foi aplicada para a produção de soja, totalizando aproximadamente R\$ 162,8 milhões, representando 60,9% do volume total aplicado na atividade de produção de grãos. A produção de milho, com aplicações da ordem de aproximadamente R\$ 84,4 milhões, representou 31,6% do volume total contratado (Tabela 60).

Tabela 60 – FNE – Projetos de produção de grãos – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil					
Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Grãos	Arroz	177	2,2	7.338	2,7
	Feijão	386	4,8	3.759	1,4
	Feijão e Milho	227	2,8	1.728	0,6
	Milheto	3	0,0	16	0,0
	Milho	3.551	44,2	84.357	31,6
	Soja	147	1,8	162.799	60,9
	Sorgo	9	0,1	301	0,1
	Milho Doce	4	0,1	89	0,0
	Outros	3.540	44,0	6.763	
	Total		8.044	100,0	267.150

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

A partir do cruzamento do número de operações com o valor aplicado, percebe-se que a produção de soja é intensiva no uso de capital, uma vez que sua produção captou aproximadamente R\$ 162,8 milhões em apenas 147 operações. Isto é, apenas 1,8% do número total de operações foram responsáveis pela aplicação de 60,9% do volume de recursos destinados à atividade de produção de grãos.

X. Projetos voltados para a produção de alimentos básicos para o consumo da população;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, por ocasião do agravamento da crise de alimentos no mundo, com registro de alta excessiva nos preços das *commodities* agrícolas. Para atenuar referida situação, esta linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de

palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao aumento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros. O limite de crédito é de R\$ 130 mil, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e taxa de juros de 2% a.a.

No primeiro semestre de 2011, o BNB aplicou em sua área de atuação aproximadamente R\$ 137,0 milhões nessa linha especial de crédito, o que representa 23,0% do valor investido pela instituição ao amparo do FNE Pronaf. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 65,8% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 61, a ovinocultura (10,1%) e o Café com participação de 2,8%.

Tabela 61 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil				
Programa	Produto	Nº de Operações	Valor	%
PRONAF MAIS ALIMENTOS (FNE)	Apicultura	56	1.020	0,7
	Avicultura	54	1.128	0,8
	Chuchu	62	1.191	0,9
	Pesca	108	1.871	1,4
	Milho	19	1.248	0,9
	Maracujá	73	1.359	1,0
	Caju	34	1.417	1,0
	Banana	73	1.976	1,4
	Caprinocultura	259	3.581	2,6
	Café	145	3.846	2,8
	Ovinocultura	762	13.825	10,1
	Bovinocultura	4.064	90.148	65,8
	Outras	480	14.336	10,5
Total		6.189	136.946	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XI. Projetos da Indústria Química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 62 mostra os projetos relacionados à Indústria Química. Nessa prioridade foram contratados R\$ 8,3 milhões em 13 operações efetivadas. Destaque para a região do polo petroquímico de Camaçari-BA que foi responsável por 56,5%⁵ dos recursos investidos.

XII. Projetos relacionados à indústria de minerais não-metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 63, nessa prioridade foram identificados os projetos relacionados à indústria metal-mecânica e à indústria de minerais não-metálicos. Assim, constata-se que a indústria de minerais não metálicos obteve uma expressiva participação nas contratações (73,8%). Dentro deste segmento, destaque para a Indústria de Cimento que alocou 87,6%⁶ dos recursos.

XIII. Projetos relacionados ao turismo;

Em março de 2010 foi lançada, em Fortaleza, a linha de financiamento Proatur Copa, em parceria

com o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e a Sudene, com participações de representantes de vários estados da região Nordeste. Referida linha está apoiada nas condições de financiamento do Programa de Apoio ao Turismo Regional – FNE Proatur aprovadas para 2010, notadamente quanto ao aumento do prazo de financiamento de hotéis de 15 para 25 anos e permissão para o financiamento de arenas multiusos (áreas esportivas adaptadas para atendimento a vários tipos de eventos), tendo como objetivo principal o provimento da infraestrutura turística necessária às cidades-sede da região Nordeste (Fortaleza, Recife, Natal e Salvador) e seu entorno, com vistas à realização do evento Copa 2014.

A Tabela 64 apresenta informações acerca de projetos relacionados ao fluxo turístico na região. Com base no levantamento das atividades financiadas no Turismo, constata-se que o ramo hoteleiro foi responsável por 86,9% dos recursos, o que atende necessidade específica desse segmento, conforme identificado em Sousa *et al.* (2010).

Tabela 62 – FNE – Projetos da Indústria Química – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil				
Atividade	Produto	Nº de Operações	Valor	%
	Fab. Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo	2	1.666	20,0
	Fab. de outros produtos químicos não especificados ou não classificados	4	732	8,8
	Fab. Corantes, Pigmentos e Silica-Gel	1	2.900	34,9
Ind. Prod. Químicos	Fab. Gases Industriais	1	25	0,3
	Fab. Prod. Petroquímicos Básicos	1	1.800	21,6
	Fab. Prod. Quím. Orgânicos, Exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/Resinas	3	1.179	14,2
	Fabricação de desinfetantes domissanitários	1	18	0,2
Total		13	8.320	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

5 Base do Ativo do BNB.

6 Base do Ativo do BNB.

Tabela 63 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Minerais não-metálicos – Primeiro Semestre de 2011

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Ind. Metal-Mecânica	65	27,1	107.493	26,2
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	175	72,9	302.343	73,8
Total	240	100,0	409.836	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 64 – FNE – Projetos relacionados ao Turismo – Primeiro Semestre de 2011

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda,Albergue com restaurantes	46	36,2	71.830	74,3
Hotéis, Pousadas, Resorts, Hotéis Fazenda,Albergue sem restaurantes	23	18,1	12.205	12,6
Parques de diversão e parques temáticos	1	0,8	5.162	5,3
Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	19	15,0	3.060	3,2
Locação de automóveis sem condutor	12	9,4	2.680	2,8
Restaurantes e Similares	15	11,8	883	0,9
Aluguel transportes	3	2,4	199	0,2
Outras Atividades	8	6,3	600	0,6
Total	127	100,0	96.619	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XIV. Projetos da indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No primeiro semestre de 2011, o BNB financiou 320 operações relacionadas às indústrias de calçados, mobiliários e vestuário e acessórios, totalizando R\$ 56,8 milhões, sobressaindo-se as atividades Indústria de Calçados e Indústria de Vestuário e Acessórios, que absorveram, respecti-

vamente, 56,2% e 27,1%, desses recursos, ficando a Indústria de Mobiliários com participação de 16,7% (Tabela 65). Importante destacar que nessa prioridade 75,7%⁷ dos recursos foram destinados a empresas instaladas no semiárido nordestino, o que tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento econômico de diversos municípios localizados nessa região.

⁷ Base do Ativo do BNB.

Tabela 65 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil					
Atividade	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Ind.Calçados	Fab.Calçados de Couro	9	2,8	6.444	11,3
	Fab.Calçados de Plástico	14	4,4	10.745	18,9
	Fab.Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	15	4,7	14.642	25,8
	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	1	0,3	109	0,2
Sub Total		39	12,2	31.940	56,2
Ind.Mobiliário	Fab.Armários embutidos de madeira	2	0,6	1.386	2,4
	Fab.Colchões	4	1,3	494	0,9
	Fab.Moveis com predominância de metal	22	6,9	721	1,3
	Fab.Moveis estofados	7	2,2	669	1,2
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	45	14,1	5.994	10,6
	Serrarias com desdobramento de madeira	2	0,6	188	0,3
Subtotal		82	25,6	9.452	16,7
Ind.Vestuário e Acessórios	Confec. de peças de vest. , exceto roupas íntimas e as confec. sob medida	46	14,4	2.912	5,1
	Fab. Art. do Vestuário	112	35,0	6.784	11,9
	Fab.Acess.do Vestuário	35	10,9	5.391	9,5
	Fab.Tecidos e Art.de Malha	3	0,9	227	0,4
	Fabr. de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	3	0,9	105	0,2
Subtotal		199	62,2	15.419	27,1
Total		320	100,0	56.811	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XV. Apoio a projetos de extração de minerais metálicos e não metálicos, petróleo e gás natural;

De acordo com a Tabela 66, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos,

93,7%. Esse bom desempenho da atividade deve-se aos investimentos realizados na extração de cobre, tendo em vista que esse segmento foi responsável por 92,9%⁸ dos recursos aplicados.

⁸ Base do Ativo do BNB.

Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados no Setor de Indústria Extrativa de Minerais - Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
Extração de minerais metálicos	8	40,0	8.996	6,3
Extração de minerais não-metálicos	12	60,0	133.109	93,7
Total	20	100,0	142.105	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

XVI. Apoio a projetos de serviços de manutenção da Indústria Metal-Mecânica;

A Tabela 67 traz informações acerca dos financiamentos das atividades relacionadas à Indústria Metal-Mecânica, inclusive detalhando os objetivos desses financiamentos. Assim, percebe-se que nesse segmento, os projetos relacionados à manuten-

ção dos empreendimentos, foram responsáveis por 64,6% do número de operações, vindo em seguida os projetos de modernização com 20,0%. No que tange aos valores contratados, destaque para os projetos de expansão que responderam por 94,8% dos recursos investidos nessa prioridade.

Tabela 67 – FNE – Projetos de Serviços de Manutenção para Metal – Mecânica

Atividade	Objetivo	Nº de Operações	%	Valores em R\$ mil	
				Valor	%
IND. METAL-MECÂNICA	AMPLIAÇÃO	5	7,7	2.011	1,9
	EXPANSÃO	2	3,1	101.942	94,8
	IMPLANTAÇÃO	2	3,1	78	0,1
	MANUTENÇÃO	42	64,6	2.450	2,3
	MODERNIZAÇÃO	13	20,0	964	0,9
	OUTROS	1	1,5	47	0,0
Total		65	100,0	107.492	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

XVII. Projetos do Setor de Comércio e serviços gerais;

Ver item 3.1.6.

3.5.2 – Prioridades Espaciais

Projetos localizados no semiárido, qualquer que seja o porte. O semiárido tem tratamento diferenciado tanto pela destinação de recursos, com a determinação constitucional de 50% do orçamento

do FNE, como pelas condições de financiamento, definidas em todos os programas do Fundo.

Conforme a Tabela 68, a região semiárida foi responsável por 64,0% das operações realizadas no primeiro semestre de 2011. No entanto, o maior volume de recursos do FNE, cerca de 58,3%, foi destinada à região fora do semiárido.

Diante da exigência legal de aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo na região se-

miária, merece registro o detalhamento da análise quanto ao comportamento das aplicações nessas duas regiões, constantes do subitem 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido, no qual constam informações a respeito das contratações acumuladas na região semiárida, além das ações realizadas pelo BNB, no sentido de atingir o percentual estabelecido pela legislação do Fundo.

Cabe ressaltar que tais ações repercutem de forma satisfatória quando se compara a participação do semiárido no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período em 2010: o volume de recursos contratados saltou de 38,2% para 41,7%. Essa participação é ainda maior (49,3%) quando se comparam as regiões excetuando-se o Estado do Maranhão, que possui características distintas dos demais estados nordestinos, conforme descrito no subitem 3.3.2.

Tabela 68 – FNE – Projetos Contratados por Região – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil		
Região	Nº. de Operações	Valor
Semiárido	134.670	1.873.891
Fora do Semiárido	75.724	2.617.092
Total	210.394	4.490.983

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

- Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.

Ver item 3.6 - i

- Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;

Para esta prioridade, foi acordado com o MI o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 69 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados por intermédio dos

subprogramas Agrin, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agrin e MPE Agroindústria, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados, os quais foram destinados a seis perímetros, abrangendo cinco estados da área de atuação do Fundo.

Entre estes projetos merece destaque o perímetro irrigado São Gonçalo, situado no município de Sousa-PB, que em duas operações contratou 62,3% dos recursos nessa prioridade (Tabela 69). Em seguida, em termos de valores contratados, vem o perímetro Barreiras Norte e S. Desidério/B. Sul, localizado no município de Barreiras-BA, que contratou R\$ 220 mil (19,5%).

- Projetos localizados nas RIDEs e mesorregiões de atuação da secretaria de programas regionais – SPR, a saber: Chapada do Araripe, do Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins, assistidos pelo FNO), Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó.

Ver itens 3.6 – ii e 3.6 - iii deste Relatório.

3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

- Projetos localizados em espaços definidos como prioritários na PNDR.*

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos naquelas regiões definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política de Estado, priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações

sócioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da

magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do país (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

Tabela 69 – FNE – Contratações⁽¹⁾ de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados⁽²⁾ Públicos – Primeiro Semestre de 2011

(Valores em R\$ mil)

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº. de Operações	%	Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL (BA)	Barreiras	1	14,3	220	19,5
	CERAIMA	Guanambi	1	14,3	67	5,9
CE	MORADA NOVA E TABULEIRO DE RUSSAS (CE)	Russas	1	14,3	9	0,8
MG	LAGOA GRANDE (MG)	Janaúba	1	14,3	103	9,1
PB	SÃO GONÇALO (PB) (PB)	Sousa	2	28,6	702	62,3
RN	ITANS (RN)	Caicó	1	14,3	26	2,3
Total			7	100,0	1.127	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF-Agroindústria, PRONAF-AGRINF e MPE-Agroindústria.

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

Nessa prioridade foram aplicados nos primeiros seis meses de 2011, 85,0% dos recursos contratados pelo Fundo. Com base na Tabela 70, verifica-se certo equilíbrio entre a quantidade de projetos

financiados para as tipologias Estagnada e Dinâmica⁹, sendo o desempenho desta última categoria ligeiramente superior, vindo logo em seguida a tipologia Baixa Renda. Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia Estagnado de Média Renda fica com a maior participação (40,6%). Comparando o quadro atual com o mesmo período do exercício anterior, constata-se a maior participação dos municípios enquadrados como prioritários, que naquele período participavam com 80,5% dos recursos ora alocados. Outro ponto que merece atenção é que os municípios da tipologia Estagnado de Média Renda aparecem nesse primeiro semestre

⁹ A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB Programação FNE 2010.

de 2011 com a maior participação no tocante aos recursos contratados, superando assim os municípios tidos como Dinâmicos de Média Renda. Esse aspecto é bastante positivo ao considerar-

mos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios estagnados poderão contribuir de forma decisiva, no intuito de dinamizar essas economias.

Tabela 70 – FNE – Projetos Contratados na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Alta Renda ⁽²⁾	3.170	1,5	672.069	15,0
Baixa Renda ⁽³⁾	64.123	30,5	821.533	18,3
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	71.747	34,1	1.172.358	26,1
Estagnado de Média Renda ⁽⁵⁾	71.354	33,9	1.825.023	40,6
Total	210.394	100,0	4.490.983	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998.

O Mapa 3 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se nas regiões no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. O que se pode constatar diante desse quadro é que o FNE tem contribuído decisivamente para o desempenho econômico dos demais municípios da região, onde foram contratados R\$ 3,8 bilhões (85,0%) em 207.224 operações (98,5%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas em áreas menos favorecidas localizadas na região Nordeste.

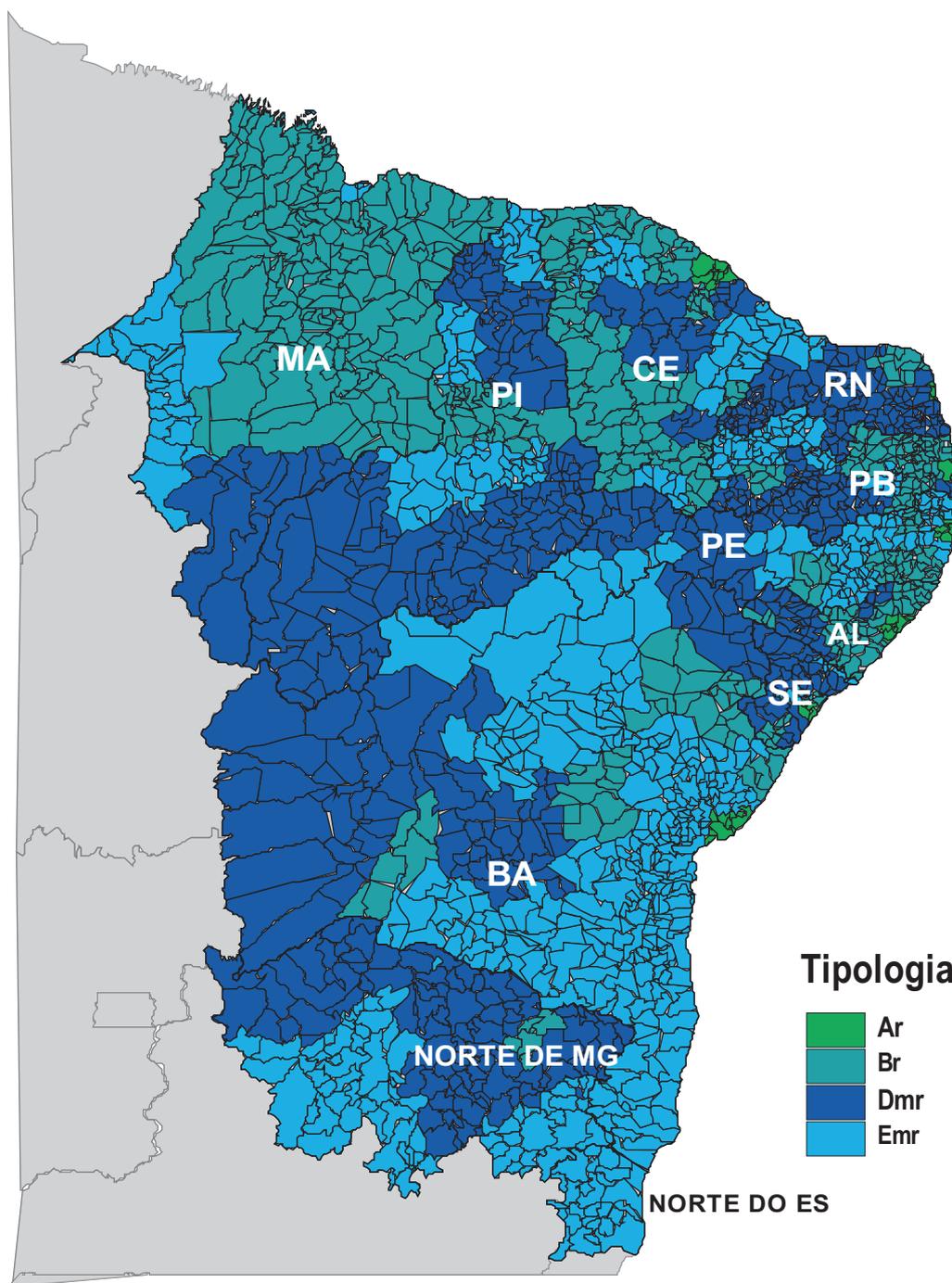
i.i Contratações por Tipo de Município e Porte

De acordo com a Tabela 71, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro foram responsáveis, dentro das áreas prioritárias, por 95,3% dos contratos firmados no âmbito das tipologias da PNDR, havendo certo equilíbrio na distribuição entre

as tipologias baixa renda, dinâmico de média renda e estagnado de média renda, evidenciando a preocupação em atender a população dessas regiões mais carentes, principalmente os pequenos empreendedores. No que concerne aos recursos contratados, constata-se que os empreendimentos de grande porte foram responsáveis por 46,5% do volume financiado, seguido pelos mini/micro com participação de 21,2%, dentro das áreas prioritárias.

i.ii Contratações por Tipo de Município e Setor

Como pode ser observado na Tabela 72, o Setor Rural foi responsável por 95,7% das operações realizadas nas áreas prioritárias, conforme as tipologias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (45,0%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da Região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das



Mapa 3 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

Legenda: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = Estagnado de média renda.

regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase toda a sua totalidade, baseia-se na agropecuária. Em seguida aparece o Setor Comércio e Serviços, que com 7.661 operações nas áreas prioritárias, foi responsável por 19,3% do volume de recursos, com destaque para o de-

sempenho dos municípios classificados como Estagnados de Média Renda, onde foram contratados aproximadamente R\$ 444,6 mil, o que corresponde a 60,4% dos recursos desse Setor dentro das áreas prioritárias, no primeiro semestre de 2011.

Tabela 71 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Porte – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	1.726	29.359	1.017	119.433	339	142.070	88	381.207	3.170	672.069
Baixa Renda	61.851	246.201	1.936	116.731	262	72.975	74	385.626	64.123	821.533
Dinâmico de Média Renda	68.529	270.548	2.506	178.979	444	165.808	268	557.023	71.747	1.172.358
Estagnado de Média Renda	67.095	291.938	3.379	277.092	668	423.144	212	832.849	71.354	1.825.023
Total	199.201	838.046	8.838	692.235	1.713	803.997	642	2.156.705	210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 72 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Setor – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	1.419	8.577	18	3.603	259	89.886	30	20.399	5	223.298	1.439	326.306	3.170	672.069
Baixa Renda	62.173	427.782	19	2.307	134	14.444	20	10.310	1	250.000	1.776	116.690	64.123	821.533
Dinâmico de Média Renda	68.958	740.994	24	57.908	322	69.674	34	10.332	2	119.271	2.407	174.179	71.747	1.172.358
Estagnado de Média Renda	67.233	548.910	55	39.182	542	615.294	43	55.578	3	121.489	3.478	444.570	71.354	1.825.023
Total	199.783	1.726.263	116	103.000	1.257	789.298	127	96.619	11	714.058	9.100	1.061.745	210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iii - Contratações por Tipo de Município por Estado

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 73, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (20,2%), seguido do Ceará (13,7%) e de Pernambuco com 12,8% das operações efetuadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos firmados na tipologia *baixa renda*, verifica-se que o Maranhão aparece com

o maior número de operações (18.497). Vale lembrar que o Estado do Maranhão possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados do Nordeste. Assim, verifica-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia baixa renda, nos municípios maranhenses, o FNE tem dado especial atenção a esse quadro, tentando através desses financiamentos, melhorar as condições de vida da população mais carente na área de abrangência do BNB.

Tabela 73 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Estado – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
AL	AR	143	59.105
	BR	6.946	54.244
	DMR	5.560	20.654
BA	AR	306	154.845
	BR	6.627	46.195
	DMR	8.177	262.276
CE	EMR	27.101	475.347
	AR	1.378	195.769
	BR	16.631	384.106
ES	DMR	5.119	95.699
	EMR	6.609	218.239
	EMR	306	50.876
MA	BR	18.497	251.935
	DMR	1.294	91.675
	EMR	2.708	346.092
MG	BR	487	5.377
	DMR	11.904	113.183
	EMR	7.997	65.277
PB	AR	311	23.284
	BR	5.674	28.600
	DMR	3.497	26.569
	EMR	5.495	34.413
PE	AR	454	191.293
	BR	4.474	25.384

continua

Tabela 73 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Estado – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em reais				conclusão
Estados	Tipologia	Quant.	Valor	
PI	DMR	8.818	82.516	
	EMR	13.288	198.596	
	BR	2.723	9.884	
RN	DMR	10.718	194.563	
	EMR	4.711	99.130	
	AR	218	22.543	
SE	BR	770	4.278	
	DMR	9.962	132.893	
	EMR	1.334	310.033	
	AR	360	25.230	
	BR	1.294	11.530	
	DMR	6.698	152.330	
	EMR	1.805	27.020	
Total	-	210.394	4.490.983	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

i.iv - Contratações por Tipo de Município e Região

Levando-se em consideração as tipologias adotadas na PNDR percebe-se com base nas informações constantes na Tabela 74, que em suas áreas prioritárias dentro da região semiárida, os mu-

nicipios classificados como *Dinâmico de Menor Renda* se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com 42,9%. Quanto ao aporte de recursos, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 56,6% de participação.

Tabela 74 – FNE – Contratações por Tipo de Município e Região – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	663	7.155
	BR	30.829	194.870
	DMR	57.466	615.705
	EMR	45.712	1.056.161
Outras Regiões	AR	2.507	664.914
	BR	33.294	626.663
	DMR	14.281	556.653
	EMR	25.642	768.862
Total	-	210.394	4.490.983

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii. *Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR), quais sejam: Chapada do Araripe; Xingó; Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO); Seridó; Vale do Jequitinhonha / Vale do Mucuri; Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão).*

O Mapa 4 mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR. Cabe ressaltar que nessa prioridade, conforme Programação do FNE 2011, foram incluídos os municípios pertencentes à mesorregião de Águas Emendadas localizados na região norte do Estado de Minas Gerais. Vale salientar também que houve um reordenamento na composição da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, que abrange os municípios localizados nos estados de Maranhão e Piauí.

Constam, na Tabela 75, os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB, contrataram aproximadamente R\$ 673,3 milhões, totalizando 35.465 operações.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada do Araripe que ao contratar R\$ 178,8 milhões distribuídos em

8.816 operações, respondeu por 26,6% do valor total contratado e por 24,9% do número de contratos.

A mesorregião do Xingó, com participação de 32,4% no número de operações, figura como a mesorregião com maior número de projetos financiados (11.504), com um volume contratado de R\$ 121,6 milhões.

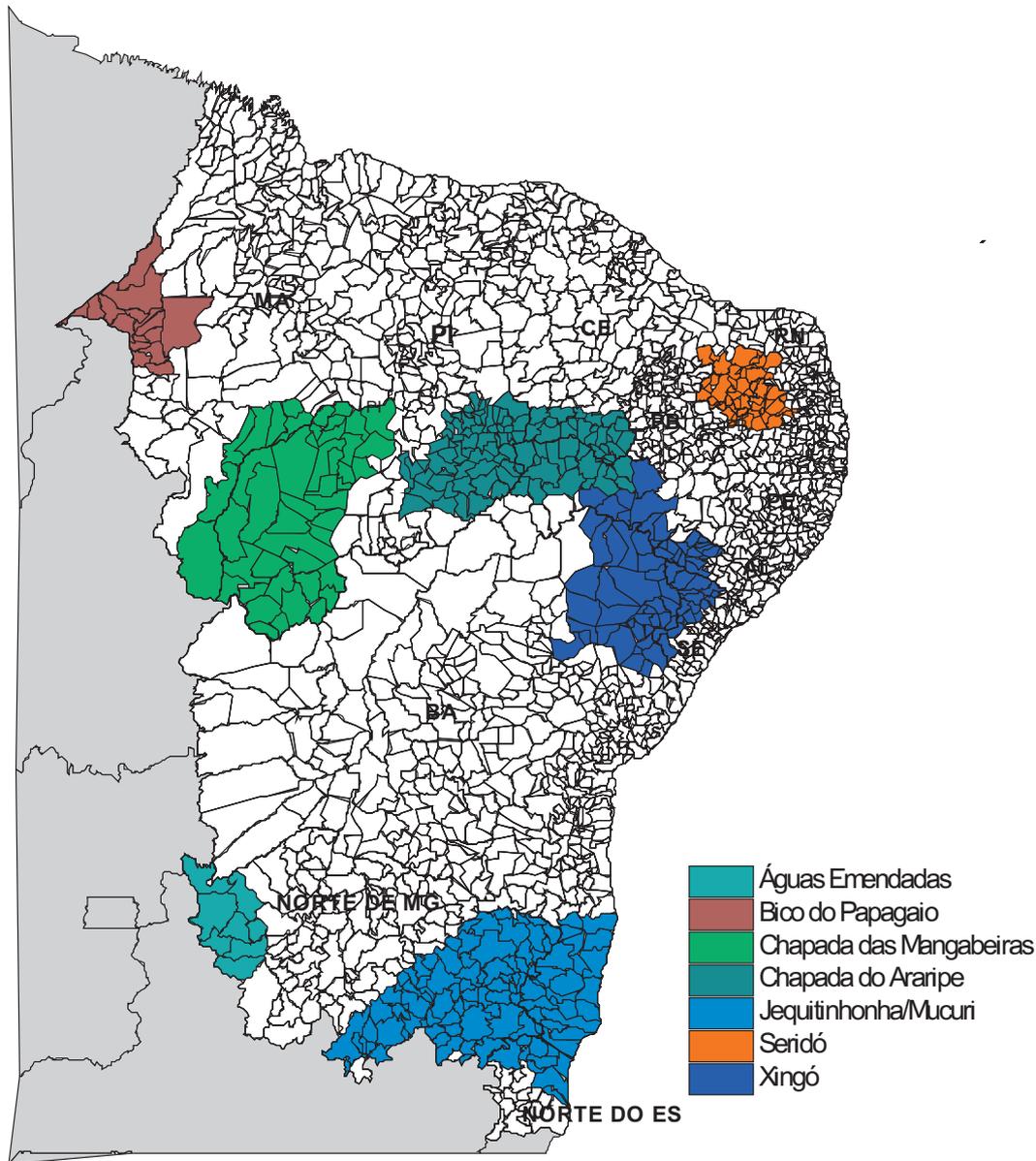
Merece destaque, ainda, a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R\$ 157,0 milhões em 1.621 operações. Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense, e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios a exemplo de Tasso Fragoso-MA, Uruçuí-PI e Baixa Grande do Ribeiro-PI, também aparecem como principais produtores de algodão de seus respectivos estados, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE.

Tabela 75 – FNE – Projetos Contratados¹ nas Mesorregiões SPR² – Primeiro Semestre de 2011

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ mil	
			Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	2.150	6,1	81.378	12,1
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	1.621	4,6	157.047	23,3
CHAPADA DO ARARIPE	8.816	24,9	178.811	26,6
JEQUITINHONHA/MUCURI	6.115	17,2	94.713	14,1
SERIDÓ	5.018	14,1	37.472	5,6
ÁGUAS EMENDADAS	241	0,7	2.281	0,3
XINGÓ	11.504	32,4	121.611	18,1
Total	35.465	100,0	673.313	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.



Mapa 4 – Mesorregiões na Área de Atuação do BNB

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

ii.i Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme a Tabela 76, verifica-se que do total das 35.465 operações contratadas nas mesorregiões, 35.059 delas foram destinadas a empreendimentos classificados como mini, mi-

cro e pequeno portes, o que representa 98,9% das operações, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

Tabela 76 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Porte						Total			
	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande			
	Quant.	Valor Contra- tado	Quant.	Valor Contra- tado	Quant.	Valor Contra- tado	Quant.	Valor Contra- tado		
Chapada das Mangabeiras	1.471	5.517	91	4.798	16	5.209	43	141.523	1.621	157.047
Chapada do Araripe	8.491	39.175	285	34.645	37	35.779	3	69.212	8.816	178.811
Vale do Jequitinhonha/ Mucuri	5.872	23.913	156	16.414	66	23.802	21	30.584	6.115	94.713
Xíngó	10.977	58.140	398	28.744	112	20.698	17	14.029	11.504	121.611
Bico Papagaio	1.990	10.654	100	10.801	44	17.660	16	42.263	2.150	81.378
Seridó	4.650	14.188	340	19.116	28	4.168	-	-	5.018	37.472
Águas Emendadas	234	984	4	215	3	1.082	-	-	241	2.281
Total	33.685	152.571	1.374	114.733	306	108.398	100	297.611	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.ii Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as aplicações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 77, verifica-se que os estados da Bahia e Pernambuco responderam juntos por 42,4% do número de operações realizadas nas mesorregiões. Vale lembrar que a mesorregião do Xingó, que teve participação de 32,4% no total de operações

realizadas nas mesorregiões, abrange os estados de Alagoas, Bahia Pernambuco e Sergipe, contribuindo assim para essa concentração. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Piauí e Ceará, com participação de 23,7% e 19,6%, respectivamente.

ii.iii Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 78, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 80,8% das operações, ficando essas áreas com 54,9% dos recursos contratados.

Tabela 77 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	210	848
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	1.884	61.572
	Xingó	5.348	45.573
Ceará	Chapada do Araripe	3.167	131.893
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	6	702
	Bico do Papagaio	2.150	81.378
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.231	33.141
	Águas Emendadas	241	2.281
Paraíba	Seridó	1.750	5.217
Pernambuco	Chapada do Araripe	5.129	43.736
	Xingó	2.690	22.572
Piauí	Chapada das Mangabeiras	1.615	156.345
	Chapada do Araripe	520	3.182
Rio Grande do Norte	Seridó	3.268	32.255
Sergipe	Xingó	3.256	52.618
Total		35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 78 – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil			
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		28.661	369.979
	Chapada das Mangabeiras	852	13.833
	Chapada do Araripe	8.816	178.811
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.471	18.252
	Xingó	11.504	121.611
	Seridó	5.018	37.472
Fora do Semiárido		6.804	303.334
	Chapada das Mangabeiras	769	143.214
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.644	76.461
	Bico Papagaio	2.150	81.378
	Águas Emendadas	241	2.281
Total		35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

ii.iv Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 79, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 337,4 milhões (50,1%), contratados em 34.102 operações (96,2%). Dentro desse segmento, as mesorregiões Chapada do Araripe e Xingó respondem juntas por 57,6% da quantidade de operações contratadas, ficando ainda a mesorregião do Xingó com o maior volume de recursos (25,9%).

O Setor Infraestrutura aparece como segundo maior em ordem de importância no tocante aos investimentos, com participação de 19,4% dos valores contratados.

Já o Setor Comércio e Serviços aparece como segundo maior em número de contratos (1.080). Nesse Setor se verifica que a mesorregião Chapada do Araripe foi a maior responsável tanto pelo número de contratos (25,7%) quanto no volume de contratações (28,4%).

Tabela 79 – FNE – Contratações em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JE-QUITINHONHA / MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPA-GAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Setor Rural	1.533	82.655	8.439	37.113	5.957	71.898	11.195	87.370	4.688	16.681	2.055	39.859	235	1.783	34.102	337.359
Setor Agroindustrial	0	0	2	190	5	2.113	1	14	2	958	1	422	0	0	11	3.697
Setor Industrial	4	79	91	41.210	14	3.473	47	10.410	87	7.843	6	4.024	1	80	250	67.119
Setor Turismo	1	371	5	7.254	3	581	5	1.632	4	206	1	10.525	1	179	20	20.748
Infraestrutura	1	70.000	1	60.747	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	130.747
Setor Comércio e Serviços	82	3.942	278	32.297	136	16.648	256	22.185	237	11.784	87	26.548	4	239	1.080	113.643
Total	1.621	157.047	8.816	178.811	6.115	94.713	11.504	121.611	5.018	37.472	2.150	81.378	241	2.281	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: 1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – Rides de Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) são regiões prioritárias definidas pela Lei No 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base nas Tabelas 80 e 81, que foram investidos na Ride Petrolina-Juazeiro, aproximadamente, R\$ 223,7 milhões, em 2.283 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que respondeu por 90,4% do número de contratos firmados, sendo que destes, 58,4% foram destinados à ovinocaprinocultura, e cerca de 17,0% desti-

nados a atividades relacionadas à fruticultura¹⁰. A região pertencente a essa Ride é reconhecida propícia ao desenvolvimento tanto da ovinocaprinocultura como também da fruticultura, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, percebe-se que o FNE tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, através do financiamento das atividades relacionadas a essas cadeias produtivas.

No tocante aos valores contratados, o Setor Industrial e Turismo foi responsável pelo maior montante (56,6%).

Tabela 80 – FNE – Contratações na Ride Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ Mil			
Municípios da RIDE Petrolina - Juazeiro	Nº de Operações	Valor	%
Casa Nova	242	5.703	2,5
Curaçá	88	906	0,4
Juazeiro	532	160.981	72,0
Lagoa Grande	252	811	0,4
Orocó	131	537	0,2
Petrolina	678	51.561	23,1
Santa Maria da Boa Vista	61	670	0,3
Sobradinho	299	2.491	1,1
Total	2.283	223.660	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 81 – FNE – Contratações na Ride Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil			
Setor	Nº Operações	Valor	%
Rural	2.064	72.308	32,3
Agroindustrial	1	14	0,0
Industrial/Turismo	24	126.572	56,6
Comércio e Serviços	194	24.766	11,1
Total	2.283	223.660	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹⁰ Base do Ativo do BNB.

Na RIDE Timon-Teresina, de acordo com a Tabela 82, foram realizadas 1.489 operações, das quais 85,2% foram destinadas ao Setor Rural, com destaque para as atividades de Ovinocaprinocultura, Suinocultura e Avicultura com 384, 319 e 283 contratos, respectivamente¹¹.

No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente R\$ 62,4 milhões (Tabela 83).

Tabela 82 – FNE – Contratações na Ride Timon-Teresina – Por Município – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Município	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Altos	229	664	0,9
Beneditinos	58	105	0,1
Coivaras	75	324	0,4
Currálinhos	11	22	0,0
Demerval Lobão	43	1.185	1,6
Jose de Freitas	75	256	0,4
Lagoa Alegre	98	215	0,3
Lagoa do Piauí	34	59	0,1
Miguel Leão	5	9	0,0
Monsenhor Gil	17	86	0,1
Pau D´arco do Piauí	46	88	0,1
Teresina	360	61.779	85,6
Timon	372	6101	8,5
União	66	1265	1,8
Total	1.489	72.158	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 83 – FNE – Contratações na Ride Timon-Teresina – Por Setor – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Setor	Qtde Oper	Valores em R\$ Mil	
		VI. Contratado	%
Rural	1.269	4.917	6,8
Agroindustrial	3	290	0,4
Industrial/Turismo	32	4.565	6,3
Comércio e Serviços	185	62.386	86,5
Total	1.489	72.158	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹¹ Base do Ativo do BNB.

4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 – Avaliação da Situação Atual dos Clientes do Programa Agroamigo

4.1.1 – Aspectos Gerais

O Agroamigo é o Programa de Microcrédito Rural do BNB. Seu processo metodológico enfatiza a concessão de crédito de modo customizado, por intermédio de profissional especializado e primando pelo acompanhamento das atividades financiadas, de acordo com as diretrizes da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, que instituiu, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO)¹².

Nessa perspectiva, o Agroamigo tem como objetivo expandir e qualificar o processo de crédito no âmbito do Pronaf, Grupo B, inclusive quanto à redução dos níveis de inadimplência, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado, além da oferta de serviços de microfinanças, buscando aproximar-se do cliente da área rural, identificar suas necessidades financeiras e agilizar o processo de crédito, com redução de custo tanto para o cliente quanto para o Banco.

Assim, qualificar o processo de crédito do Pronaf B consiste em prover, em função da metodologia adotada, um conjunto de mecanismos e instrumentos que permitam racionalizar os recursos (financeiros, pessoal, estrutura e logística) disponíveis e, ao mesmo tempo, elevar a eficácia do programa, não apenas do ponto de vista do seu responsável e mantenedor, mas, principalmente, na perspectiva dos agricultores, alvos diretos da política, e da sociedade como um todo. Desse modo, o Agroamigo busca melhorar os resultados da atividade produtiva dos beneficiários do Pronaf Grupo B.

A concepção do programa visa à qualificação do processo de crédito do Pronaf B, pela efetivação das seguintes ações:

1. Atender os beneficiários do Pronaf Grupo B, por meio de metodologia específica de microcrédito rural e profissional especializado, os Assessores de Microcrédito Rural (AMR).
2. Planejar a atuação no município através da realização de estudo prévio das áreas prioritárias passíveis de atendimento de acordo com critérios como: quantidade de estabelecimentos rurais, parcerias locais, distância e acesso às comunidades e taxa de inadimplência no Pronaf B convencional.
3. Conceder crédito orientado e acompanhado.
4. Expandir de forma quantitativa e qualitativa o atendimento aos agricultores familiares.
5. Promover palestras informativas nas comunidades rurais do município para apresentação do programa e esclarecimento de dúvidas para aqueles que desejam acessar o crédito ou simplesmente conhecer seu processo e condições.
6. Agilizar a concessão do crédito, reduzindo significativamente o tempo entre a elaboração da proposta e a liberação do crédito, personalizando o atendimento, com cordialidade, respeito e pontualidade nos compromissos assumidos com o cliente.
7. Estimular atividades não agrícolas, uma vez que estas atividades, em geral, não estão diretamente ligadas à sazonalidades e às intempéries climáticas, podendo gerar renda constante.
8. Adequar o valor do financiamento, prazo, carência e quantidade de parcelas às necessidades do cliente e de seu empreendi-

¹² (BRASIL. LEI Nº 11.110, 2008).

mento, considerando suas potencialidades e limitações.

9. Aproximar-se do cliente do meio rural, através de visitas individuais e de eventos grupais, realizados nas próprias comunidades.
10. Estimular, sempre que possível, o trabalho em grupo e a capacitação dos agricultores familiares, tendo em vista o fortalecimento de suas unidades produtivas.
11. Incentivar os agricultores a buscar conhecimento no sentido de melhorar seus produtos e serviços, selecionar melhor seus fornecedores e canais de comercialização, bem como controlar despesas e receitas para fins de apuração do resultado econômico das atividades desenvolvidas.
12. Acompanhar o crédito de modo individual, com visita prévia logo após a tomada da proposta e por meio de visitas posteriores à liberação do crédito, por amostragem. Em caso de dúvida ou necessidade de confirmar informações prestadas pelos clientes, devem ser visitados todos quantos se encontrarem nessa situação, de modo a promover a educação para o crédito e antecipar-se a eventuais problemas que venham a comprometer o resultado do empreendimento e o retorno do financiamento.
13. Acompanhar os reembolsos, com vistas a manter elevado o nível de adimplência.
14. Ofertar, no futuro, outros serviços microfinanceiros, tais como abertura de conta-corrente, poupança e algumas modalidades de seguro.
15. Racionalizar custos com vistas à sustentabilidade econômica e financeira do programa.

De outra forma, com vistas a elevar o grau de efetividade social do programa, além da adequação

das condições do financiamento como prazo, carência e quantidade de parcelas, busca-se observar os seguintes aspectos: dimensionamento e fluxo das receitas e despesas da atividade financiada; chamar a atenção para fenômenos de concentração de determinadas atividades, a fim de antecipar-se a problemas de saturação do mercado inerente à atividade explorada pelo cliente; identificar os fornecedores e canais de comercialização acessados por ele; e, por fim, conhecer os mecanismos de controle utilizados por esses agricultores.

Com a adequada aplicação da metodologia de microcrédito rural espera-se alcançar os mais importantes objetivos estabelecidos quando da criação do Pronaf, a saber: melhorar a renda familiar dos agricultores beneficiados; criar e manter ocupações no meio rural; aumentar a oferta de alimentos; melhorar a qualidade de vida da população rural.

No período de 2005 a 2009, o Agroamigo atendeu 818.558 famílias de 1.725 municípios, contraindo um montante de R\$ 1,1 bilhão. Em 2009, o valor contratado foi de R\$ 443,5 milhões com valor médio contratado de R\$ 1.548,00¹³.

Diante da abrangência e importância dessa política pública faz-se necessário conhecer os resultados e impactos do programa, oferecer subsídios para seu aperfeiçoamento e produzir, a partir da análise das variáveis subjacentes aos objetivos da política e à sua implementação, base de conhecimento imprescindível para a tomada de decisão, para a prestação de contas, bem como para o possível desenvolvimento de políticas complementares. Ademais, a pesquisa avaliativa de programas sociais, na medida em que identificam fatores associados ao êxito ou ao fracasso de determinada política, configura-se como importante etapa do processo de planejamento.

No âmbito do BNB, o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) exerce, den-

¹³ Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.

tre suas atribuições, a função de realizar pesquisas, estudos e avaliações dos programas de desenvolvimento implementados. Os processos de avaliação de programas são atribuições específicas da Célula de Avaliações de Políticas e Programas – Capp, unidade administrativa que compõe a estrutura organizacional do referido escritório.

O BNB, através da Capp, vem realizando avaliações de seus diversos programas, tendo desenvolvido metodologia própria, com o apoio de consultores externos, para avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (SOUSA et al., 2010). Para a consecução dos referidos estudos são considerados dados primários (pesquisa de campo) e dados secundários institucionais e externos.

Decorridos cinco anos da inauguração do Agroamigo, o Banco na qualidade de operador dessa política pública precisa conhecer que resultados podem ser identificados, considerando-se as razões que motivaram a criação do programa bem como as finalidades do Pronaf, no âmbito dessa metodologia de microcrédito rural.

Diante do exposto, considera-se relevante e necessária a contratação de consultoria a fim de construir metodologia específica para avaliação do Agroamigo, bem como para realizar pesquisa avaliativa do programa, com o apoio do BNB/Etene. A metodologia a ser desenvolvida deve contemplar os seguintes aspectos:

1. Análise da concepção, alterações e evoluções do programa;
2. Análise da execução;
3. Resultados e impactos da política.

Assim, o projeto ora pleiteado e detalhado a seguir tem o objetivo de proporcionar apoio técnico ao BNB/Etene para avaliação do Agroamigo, ao diagnosticar a situação atual dos beneficiários do programa, sob os aspectos de produção,

ocupação e renda, em toda a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (nove estados da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo).

Objetivos Específicos:

Coordenar a realização da avaliação do Agroamigo, em todas as etapas, responsabilizando-se pela entrega em tempo hábil de todos os produtos pactuados, inclusive do relatório final da pesquisa. Referida pesquisa abrangerá toda a área de atuação do BNB: nove estados que compõem a Região Nordeste, além do norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo. Respeitando a proporcionalidade das operações por estado e por região (semiárido e fora dele). Entre outras questões relevantes num processo avaliativo, a avaliação do Agroamigo deverá contemplar as seguintes variáveis:

- Características socioeconômicas;
- Produção (inclui diversificação produtiva);
- Mão de Obra;
- Uso de Tecnologia (inclui impacto ambiental);
- Consumo;
- Riqueza e ativos;
- Vulnerabilidade a choques;
- Mercado;
- Percepção dos agricultores quanto ao programa;
- Ater;
- Controles Gerenciais.

4.1.2 – Metodologia

4.1.2.1 – Definição da Amostra

A amostra será gerada a partir do cadastro de clientes do Programa *Agroamigo*. Ela será constituída de maneira a contemplar a diversidade regional na área de atuação do programa e a permitir

a inclusão de indivíduos com diferentes graus de exposição ao mesmo. Esta etapa será dividida em duas partes: (a) determinação dos municípios em que serão efetuadas entrevistas; e (b) escolha dos indivíduos a serem entrevistados em cada um dos municípios selecionados. Tanto a escolha de municípios quanto de indivíduos envolverá sorteios construídos de maneira a atender as características desejadas para a amostra. A seguir descrevemos em maior detalhe as partes (a) e (b) acima referidas.

(a) *Determinação dos municípios*: serão selecionados 80 municípios, de acordo com os seguintes critérios: inicialmente será determinada a distribuição regional desejada para as localidades a serem selecionadas. Escolhe-se, então, o número de municípios em cada região de cada estado. Todos os estados de atuação do BNB serão contemplados, considerando municípios tanto dentro como fora da região do semiárido. Pode-se, ainda, considerar outros critérios para seleção, tais como população e a presença de áreas produtivas específicas. Uma vez escolhida a quantidade de municípios por área, será feito um sorteio para determinar especificamente onde serão feitas as entrevistas. O sorteio será feito dando a cada localidade um peso proporcional ao número de clientes no programa *Agroamigo*.

(b) *Escolha dos indivíduos a serem entrevistados*: após a definição dos municípios em que serão feitas as entrevistas, serão selecionados os indivíduos que serão entrevistados por localidade. Isso será realizado aleatoriamente de maneira a gerar a composição de tipos de clientes desejada. A amostra será de 20 entrevistados por município, totalizando assim 1.600 indivíduos. Para contribuir com nossa análise de inadimplência, 10% da amostra (ou seja, 160 indivíduos) serão compostos por clientes inadimplentes. Além disso, serão selecionados 300 indivíduos contemplados pelo programa *Pronaf B*. Entre os clientes não inadimplentes do programa *Agroamigo*, serão entrevistados 1.140 indivíduos, sendo 380 clientes em processo de incorporação ou recém-incorporados ao programa, 380 com algum

tempo de exposição, e 380 clientes mais antigos (com longa exposição ao programa).

Com base no cadastro do BNB para os municípios selecionados, serão sorteados clientes em cada uma das cinco categorias acima descritas: clientes inadimplentes, clientes do *Pronaf B*, além de adimplentes do *Agroamigo* com nenhuma, pouca ou prolongada exposição ao programa. Tal processo será conduzido até que se esgote o número de indivíduos previsto em cada categoria, e que se obtenha 25 indivíduos em cada município. Note-se que, apesar de serem realizadas 20 entrevistas por localidade, serão considerados 25 indivíduos por conta da possibilidade de alguns deles não serem encontrados pela equipe de campo.

Todos os sorteios serão efetuados com base no cadastro dos programas *Agroamigo* e *Pronaf B*, em parceria com o BNB.

4.1.2.2 – Aplicação do Questionário

A aplicação do questionário envolverá três partes: (a) elaboração de um questionário preliminar; (b) realização de um questionário piloto e revisão do questionário, e (c) realização da coleta de dados em campo.

As questões contidas no questionário, a serem elaboradas pela equipe da Fipe tratarão de aspectos tais como quantidade de indivíduos envolvidos na produção, características da atividade econômica e do processo produtivo, insumos utilizados, produção para consumo próprio e para o mercado, renda, riqueza, consumo e vulnerabilidade a choques. Serão elaboradas entre 50 e 80 questões. Todas as questões serão numéricas ou de múltipla escolha, o que facilitará a leitura do questionário e permitirá comparabilidade. Serão feitas tanto questões referentes ao estado atual dos clientes quanto questões retrospectivas.

O questionário será então submetido a um teste a partir da aplicação de um piloto em dois municípios no Nordeste. Nesse piloto, serão rea-

lizadas entre 10 e 20 entrevistas. Seu objetivo é verificar a adequação das questões, a clareza e o desempenho dos entrevistadores, e a acurácia das respostas obtidas. Nesse estágio, a aplicação do questionário será acompanhada por integrantes da equipe da Fipe. Poderão ser testadas mais de uma versão do questionário.

Com base nos resultados do piloto, será feita uma revisão do questionário. Em seguida, a pesquisa de campo será empreendida por uma equipe contratada pela Fipe. A equipe de entrevistadores será orientada pelos pesquisadores da FIPE antes da aplicação do piloto e do questionário definitivo. Além disso, será produzido um guia contendo orientações aos entrevistadores.

4.1.2.3 – Análise Econômica e Estatística dos Dados

A primeira etapa da análise econômica e estatística dos dados envolverá a geração e interpretação de indicadores descritivos. Com base nos dados tanto do cadastro do BNB como das entrevistas realizadas pela equipe de campo, serão reportadas estatísticas como médias e desvios padrões das principais variáveis para diferentes grupos e regiões. O objetivo desse exercício é gerar uma descrição simples do perfil dos clientes do programa e sua história econômica recente.

Em seguida, serão realizados exercícios econométricos com o objetivo de verificar os fatores geradores de inadimplência, estimar os impactos do acesso ao programa nas variáveis econômicas relevantes, e comparar o programa Agroamigo ao Pronaf B tradicional.

No que toca à análise dos impactos do programa Agroamigo, será estimada a seguinte equação linear:

$$Y_{it} = \beta X_{it} + \gamma T_{it} + \delta_t + \mu_i + e_{it}$$

Em que:

Y_{it} é a variável dependente referente ao indiví-

duo i no período t , para a qual se deseja estimar o impacto da exposição ao programa (por exemplo, renda, riqueza, produção etc.).

δ_t é um conjunto de *dummies* de tempo, incluídas para captar fatores agregados, que afetam uniformemente todos os indivíduos em determinado ano t .

μ_i é o efeito fixo, o qual capta fatores não observáveis específicos de determinado indivíduo i , mas que não variam no tempo.

T_{it} é o tempo de exposição ao programa do indivíduo i no período t .

X_{it} é um vetor de características do indivíduo i no período t .

e_{it} é um componente de erro referente ao indivíduo i no período t ¹⁴.

Serão utilizadas duas estratégias para estimar o impacto do programa. A primeira consiste em considerar apenas informações contemporâneas fornecidas pelos indivíduos (ou seja, dados referentes ao momento da entrevista), explorando o fato de a amostra conter pessoas com diferentes exposições ao programa: indivíduos com pouca ou nenhuma exposição (recém-ingressados no *Agroamigo*), indivíduos com alguma exposição (clientes relativamente recentes) e indivíduos com exposição mais prolongada (clientes mais antigos). Essa variação permite estimar o parâmetro na equação acima. Entretanto, como apenas uma observação por indivíduo é considerada, essa estratégia não permite controlar pelos efeitos fixos.

Uma segunda estratégia possibilita levar em conta esses efeitos fixos ao utilizar também informações retrospectivas para o mesmo indivíduo. Isto é possível uma vez que será perguntado a cada

14 Pode-se supor que os choques aleatórios dos indivíduos sejam serialmente correlacionados. Além disso, é trivial impor uma estrutura não linear para o efeito do tempo de exposição ao programa sobre a variável de interesse.

indivíduo não apenas valores para variáveis no momento da entrevista, mas o que aconteceu há um ou dois anos. Desta forma, dispõe-se de mais de uma observação para o mesmo indivíduo, em diferentes pontos do tempo, o que permite controlar por efeitos fixos. Neste caso, a estimação será realizada em primeiras-diferenças, ou seja, estima-se a seguinte equação utilizando a variação (ou crescimento) da variável dependente no último ano como função da exposição ou não (bem como do tempo de exposição) ao programa¹⁵:

$$\Delta Y_{it} = \beta X_{it} + \gamma_1 \tau_{1it} + \gamma_2 \tau_{2it} + e_{it}$$

Sendo que:

ΔY_{it} é a primeira diferença da variável dependente, ou seja, a diferença entre o valor referente ao presente e o valor referente ao ano anterior (sendo ambos valores reportados na entrevista).

τ_{1it} é uma variável *dummy* que assume valor 1 caso o indivíduo tenha alguma exposição ao programa, e zero caso ele ainda não tenha sido exposto ao programa (cliente novo) ou tenha tido exposição longa (cliente antigo).

τ_{2it} é uma variável *dummy* que tem valor 1 caso o indivíduo tenha recebido longa exposição ao programa, e zero caso contrário.

Os parâmetros de interesse a serem estimados são γ_1 e γ_2 . O parâmetro γ_1 representa o quanto a exposição recente contribui para o crescimento de Y , em comparação a situações em que não houve nenhuma exposição. Interpretação análoga pode ser conferida a γ_2 , porém o efeito refere-se à exposição mais prolongada relativamente à ausência de exposição.

Essa abordagem que considera os efeitos fixos, como é de praxe em análises de painel, tem a vantagem de lidar com uma parte relevante dos potenciais problemas de seleção que podem estar pre-

sentes em exercícios deste tipo¹⁶. No entanto, ela tem a desvantagem de depender excessivamente de informações retrospectivas baseadas na memória dos indivíduos (e, portanto, com possibilidade de importantes erros de medida) e de não utilizar a informação contida em comparações intraperíodo. Dadas as vantagens e desvantagens associadas às duas abordagens acima mencionadas, é conveniente que se utilizem ambos os métodos.

A análise econômica e estatística enfatizará também a comparação entre o programa *Agroamigo* e o *Pronaf B* tradicional. Para tanto, serão estimados modelos semelhantes aos descritos anteriormente, porém considerando clientes do *Pronaf B*, sendo os resultados (em termos de coeficientes) comparados com os obtidos para os dados do *Agroamigo*¹⁷.

Por fim, propõe-se analisar os fatores condicionantes de inadimplência, utilizando dados de clientes inadimplentes do cadastro do BNB e da pesquisa de campo. Entretanto, a estimação não será feita com base em modelos lineares, uma vez que a variável relacionada à inadimplência é binária (o indivíduo é ou não inadimplente). Mais precisamente, serão estimados modelos *Probit*, de acordo com a seguinte equação:

$$\Pr (d_{it} = 1 | X_{it}) = \Phi(\beta X_{it})$$

Sendo que $d_{it} = 1$ se o indivíduo i encontra-se inadimplente no ano t , e zero caso contrário. $\Pr (d_{it} = 1 | X_{it})$ denota a probabilidade de inadimplência dado o vetor de características X_{it} , enquanto que $\Phi(\beta X_{it})$ representa a distribuição acumulada

¹⁶ Note-se que os problemas de seleção não são totalmente eliminados aqui. Como a qualidade dos ingressantes no programa pode variar ao longo do tempo, as diferenças nas taxas de crescimento podem ser devidas à heterogeneidade inicial, e não à exposição ou ao programa. A única maneira de se lidar com esse problema seria a realização de uma intervenção aleatorizada, o que está fora do escopo deste projeto.

¹⁷ Na prática, isso pode ser implementado simplesmente acrescentando-se, aos exercícios acima mencionados, termos de interação entre o tempo de exposição ao programa e uma variável *dummy* associada ao Pronaf-B.

¹⁵ A variável de efeito fixo é cancelada na primeira diferença.

de uma distribuição normal padrão¹⁸. O parâmetro de interesse a ser estimado é o vetor β , o qual mede impacto de cada uma das características individuais na probabilidade de inadimplência.

Evidentemente, todos os exercícios, acima apresentados, serão seguidos por um importante esforço de interpretação dos resultados obtidos e esclarecimento sobre sua natureza, compondo uma parcela expressiva dos relatórios a serem apresentados ao BNB.

4.2 – Avaliação dos Custos e Impactos dos Empréstimos Subsidiados dos Diversos Programas Financiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

4.2.1 – Aspectos Gerais

Historicamente, o Nordeste sempre conviveu com persistentes e péssimos indicadores sociais e baixos níveis de renda. Aspectos econômicos e sociais do Nordeste sugerem que o objetivo dos programas governamentais de caráter regional, mas centralizadores em suas incidências, parece ter sido colocar a região em um quadro mais igualitário relativo às outras do País. Nesse contexto, fizeram-se necessários a ampliação e o aprofundamento de programas que combatam essa conjuntura em novas perspectivas, através da expansão, diversificação e melhoramento do setor produtivo da Região, com um foco voltado para os pequenos e médios produtores. Investimentos em infraestrutura, ampliação da capacidade produtiva, incremento na tecnologia de produção são fatores fundamentais

¹⁸ A escolha de uma estrutura não-linear como a distribuição normal padrão se deve ao fato de a variável dependente assumir os valores 0 ou 1 (no caso, adimplente ou inadimplente). Apesar de o modelo linear ser conveniente (por conta do impacto de cada variável explicativa não variar na amostra), sua utilização poderia levar a valores previstos fora do intervalo [0,1], impedindo, assim, a interpretação dos efeitos em termos de probabilidades.

que levam ao aumento da renda do trabalho e sua produtividade, e não devem ser exclusivos apenas àqueles no topo da pirâmide produtiva.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e regulamentado pela Lei No 7.827 de 27.09.1989, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento em condições diferenciadas e favorecidas de juros, prazos, carência e limites de financiamentos, aos setores produtivos, inclusive infraestrutura, comércio e serviços, em consonância com o plano regional de desenvolvimento.

Assim, o Fundo em apreço foi instituído como instrumento diferenciado no âmbito das políticas de desenvolvimento regional baseada no crédito subsidiado, com vistas a contribuir para a redução da pobreza e das disparidades regionais entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas.

Entretanto, a viabilização dessa estratégia se sustenta numa renúncia fiscal representada pela transferência anual, pelo Tesouro Nacional, de 1,8% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), ou seja, parte dos 3% do IPI e IR destinados aos Fundos Regionais.

Por serem recursos da sociedade e oferecidos em condições diferenciadas e favorecidas, há de se esperar que os agentes econômicos beneficiados apresentem, também, desempenhos diferenciados, de modo a contribuir positivamente para a geração de benefícios econômicos e sociais líquidos para a região e, em última análise, contribuir para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Sob essa ótica, é necessário e indispensável não apenas fazer a análise dos impactos do Fundo Constitucional como forma de dar transparência às ações e aos resultados desse instrumento de de-

envolvimento regional, mas também, devem-se avaliar os custos do subsídio que induzem (ou não) estes impactos.

Nesse contexto, a análise de efetividade (impacto) de empresas beneficiadas pelo FNE foi analisada de maneira global em Sousa *et al.* (2009), que apontaram um impacto significativo do FNE no emprego e na massa salarial. Entretanto, o referido estudo não estimou impactos específicos para os diversos programas financiados pelo FNE isoladamente, como também não avaliou os custos dos subsídios em gerá-los. Este trabalho pretende realizar essa tarefa, importante, sobretudo, para o processo de controle social dos recursos públicos. Desta forma, pretende-se investigar se o crédito subsidiado produz impacto de emprego e renda nos diversos programas cobertos pelo FNE, e a que preço estes impactos ocorrem (ou não).

4.2.2 – Metodologia

Análises de impacto de financiamentos públicos para incrementar a produtividade de empresas privadas devem responder a seguinte pergunta: “Qual teria sido o desempenho da empresa na ausência do crédito subsidiado?”. Uma metodologia bastante utilizada para responder esse tipo de questionamento é confrontar, por meio de *matching*, o desempenho médio ponderado de empresas que receberam financiamento público com aquele de empresas que não receberam esse tipo de empréstimo. O estudo de impacto por meio de *matching* tornou-se referência na literatura e foi realizado em Sousa *et al.*, (2009). Verificou-se neste trabalho que, de uma maneira geral, as empresas financiadas contratavam em média significativamente mais que empresas não financiadas pelo FNE. Embora esta avaliação de impacto seja importante para destacar a relevância desse fundo, *vis-à-vis* às críticas tradicionais aos programas de financiamentos baseados em juros subsidiados, ela ainda esta sujeita à crítica da eficiência. Ou seja, remanesce ainda a questão de qual foi o custo para gerar esses impactos.

O crítico mais rigoroso poderia dizer que o ritmo diferenciado de geração de emprego e aumento da massa salarial nas empresas financiadas é um resultado esperado, dado que estas encontram condições mais favoráveis de crédito. Desta maneira, uma análise mais detalhada deveria confrontar os diferenciais de geração de emprego e renda salarial – o impacto dos programas de financiamento – com o subsídio encontrado.

Os programas de crédito subsidiado, principalmente no setor agrícola, foram bastante utilizados nos anos 1970, e com poucas exceções não encontraram respaldo técnico de autossustentação nas décadas seguintes. Ou seja, os programas de financiamentos com crédito subsidiado normalmente não são lucrativos para os seus gestores, e por isso, precisam de subsídios regulares do governo ou de doadores para uma melhor composição do fundo.

Para avaliar a sustentabilidade dos programas de crédito subsidiado alguns autores passaram a comparar os custos financeiros de sustentabilidade do fundo com os seus retornos. Um estudo clássico nesse sentido foi o de Rosegrant e Siamwalla (1981) que analisaram o custo financeiro para o governo do subsídio de crédito do programa Masagna 99 nas Phillipinas durante a década de 70. Os autores evidenciam dois tipos de custos financeiros: i) o custo do subsídio da taxa de juros, e ii) o custo da inadimplência bancada pelo governo. Estes dois termos foram calculados como:

$$\text{Custo Financeiro Total do Subsídio} = R(r_0 - r_j)m + yD,$$

onde R é o volume de empréstimos concedidos, r_0 é o custo de oportunidade do capital (representado pela taxa de juros em operações não subsidiadas), r_j é a taxa de juros efetiva do empréstimo (a taxa subsidiada), m é o tempo de maturidade do empréstimo medido em fração de ano, y é a fração da inadimplência coberta pelo governo, e D é o montante total da inadimplência.

Pode-se perceber que o enfoque de cálculo do custo financeiro é diferente do enfoque de custo

econômico que leva em consideração custos de oportunidades outros que são muitas vezes difíceis de serem mensurados, como o valor de um investimento (montante investido) alternativo em infraestrutura ou transferências diretas para pessoas mais pobres (CONTADOR, 2000).

No Brasil, a taxa real de subsídio por unidade monetária em empréstimos públicos também ganhou o nome de taxa de lucro extraordinária do produtor em um artigo clássico de Resende (1981). Essa taxa de subsídio é dada por $(i - \hat{i}) / (1 - i)$, onde i é a taxa de juros de mercado cobrada em empréstimos (ou financiamentos) similares, e \hat{i} é a taxa de juros subsidiada. Este estímulo de subsídio recebido pelo tomador privado de empréstimos também é ressaltado em análises mais recentes do Banco Mundial (YARON, 2006; FRANCISCO; MASCARO; YARON, 2008).

O custo financeiro dos benefícios do FNE no desempenho das empresas financiadas será mensurado sob três perspectivas, todas empregando como benefícios mudanças no emprego e massa salarial dessas empresas. A primeira medida tem como pressuposto a inexistência de recursos financeiros acessíveis às empresas contempladas pelo FNE. Ou seja, o mercado não consegue disponibilizar um volume de recursos suficiente para atender toda a demanda por financiamento das empresas. Nesse cenário, os recursos dos programas do FNE vêm preencher essa lacuna e todos os benefícios adicionais gerados são frutos dos respectivos empréstimos concedidos por esses programas, outrora inexistentes. Os custos financeiros nessa perspectiva, denominados de Custos Financeiros dos Benefícios pela Disponibilidade de Recursos (CFBDR), serão contabilizados da seguinte forma:

$$y_E = \frac{\sum_{i=1}^n F_i}{\sum_{i=1}^n E_i} \quad (1)$$

$$y_S = \frac{\sum_{i=1}^n F_i}{\sum_{i=1}^n S_i} \quad (2)$$

onde F_i é o valor do financiamento concedido à empresa i , E_i é quantidade de empregos gerada na

empresa i e S_i é o aumento da massa salarial na empresa i . As medidas y_E e y_S mensuram os CFBDR em termos de aumento de empregos e aumento da massa salarial, respectivamente, associados com os programas envolvendo recursos do FNE. Por exemplo, se y_E é 1.000, para um determinado setor, interpreta-se que, nesse setor, cada emprego adicional custou R\$ 1.000,00 de recursos provenientes do FNE.

A segunda medida também pressupõe que os recursos do FNE expandem o volume de financiamentos no mercado, sem alterar aqueles ofertados por instituições privadas, mas leva em consideração a efetividade desses financiamentos na geração de emprego. Empregando um coeficiente técnico que define a proporção do investimento que é revertido diretamente em novos empregos no setor ou indústria (ω_L), o Custo Financeiro dos Benefícios Efetivos pela Disponibilidade de Recursos (CFBEDR) será contabilizado da seguinte forma:

$$\Gamma_E = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^n F_i}{\sum_{i=1}^n E_i} \quad (3)$$

$$\Gamma_S = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^n F_i}{\sum_{i=1}^n S_i} \quad (4)$$

onde ω_L é o coeficiente técnico do trabalho para o setor ou indústria. Nesse caso, diferente da medida y_E , por exemplo, Γ_E informa quanto cada emprego gerado por financiamentos do FNE custaria se o valor do financiamento fosse revertido exclusiva e integralmente em postos de trabalho.

A terceira medida é baseada no trabalho de Rosgrant e Siamwalla (1981), cujo custo de financiamento depende da taxa de juros diferenciada que essas linhas de crédito cobram. A ideia dessa medida é mensurar o custo financeiro dos benefícios gerados pelo FNE pelo subsídio embutido nas taxas de juros dos empréstimos contratados pelas empresas. Nesse caso, o mercado financeiro é capaz de atender a toda demanda por empréstimos, mas a taxa de juros cobrada (r) é superior àquela dos programas de financiamentos do FNE (r_s). Os

recursos provenientes do setor público teriam o papel de atender a demanda por empréstimos de empresas cujo retorno esperado do investimento aparentemente não cobre os custos adicionais associados com as taxas de juros praticadas no mercado. Então, o custo financeiro dos benefícios gerados por um conjunto de empresas depende do valor subsidiado nos empréstimos, o montante dos empréstimos vezes a diferença entre a taxa de juros do mercado e a taxa de juros cobrada pelo programa, $\sum_{i=1}^n F_i (r - r_i^s)$. Levando-se em consideração o coeficiente técnico ω_L e a medida de impacto do FNE no aumento de empregos e massa salarial, o Custo Financeiro dos Benefícios Efetivos pelo Subsídio (CFBES) é contabilizado da seguinte forma:

$$\theta_E = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^n F_i (r - r_i^s)}{\alpha_E \sum_{i=1}^n E_i} \quad (5)$$

$$\theta_S = \frac{\omega_L \sum_{i=1}^n F_i (r - r_i^s)}{\alpha_S \sum_{i=1}^n S_i} \quad (6)$$

onde r é taxa de juros para financiamentos no setor privado, r_i^s é taxa de juros subsidiados para financiamentos na empresa i , α_E é a proporção na criação do emprego devido ao FNE e α_S é a proporção no aumento da massa salarial devido ao FNE.

A equação (6) permite uma análise de custo e benefício do crédito subsidiado, pois o numerador evidencia o custo do subsídio (em R\$), e o denominador representa a contribuição (específica) do FNE (em R\$). Portanto, se θ_S for maior que 1, indica que o programa/setor/região tem um custo de subsídio maior que os benefícios gerados. Se for igual a 1 temos um financiamento balanceado, e se for menor que 1, temos externalidades ainda maiores na geração de emprego e renda.

Na contabilização dos parâmetros das equações utilizar-se-ão simulações para valores de referência utilizados na literatura. A taxa de juros de mercado, por exemplo, deve aproximar as taxas de financiamentos com fundos públicos ofertadas em bancos privados. O coeficiente técnico do emprego (ω) será

extraído tanto da matriz de insumo-produto da região Nordeste quanto de uma pequena amostra das propostas de projetos aceitos pelo BNB.

A base de dados para a contabilização do volume de investimentos, de estoque de emprego, e de massa salarial será a mesma de Sousa *et al.*, (2009), atualizada com a RAIS de 2007, 2008 e 2009. Isso significa o acréscimo na base de todos os beneficiários do FNE em 2006, 2007 e 2008, que sejam formais e que tenham registros na Rais. Esta atualização aumenta consideravelmente o número de empresas beneficiadas incluídas na análise, robustecendo ainda mais os resultados encontrados.

4.3 – Avaliação dos impactos dos investimentos do FNE e do BNB na geração de emprego no período de 2000 a 2008

4.3.1 – Aspectos Gerais

Diante da importância da contribuição do Banco do Nordeste para a melhoria da geração de emprego através de seus financiamentos aos diversos setores na região Nordeste, a medição do impacto dos investimentos e sua influência para a geração de emprego e renda apresentam-se oportunas e fundamentais para a sinalização das melhorias nas ações de financiamento e otimização dos recursos alocados às atividades da Região.

Assim, considera-se necessária a contratação de projeto para avaliar o impacto do investimento do Banco do Nordeste do Brasil – BNB e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, na geração de emprego na Região Nordeste.

O projeto objetiva medir o impacto dos investimentos na geração de emprego e renda, tendo como referência o perfil das pessoas empregadas com algum vínculo formal de trabalho, incluindo aquelas que têm carteira assinada, de acordo com os subsectores de atividade econômica e as variáveis: estoque de mão de obra, gênero, faixa etária,

salário de admissão e rendimentos do trabalho, no período de 2000 a 2008. Para avaliação dos impactos estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Conhecer o comportamento conjuntural do mercado de trabalho nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e, mais especificamente, dos estados da Região Nordeste, segundo os setores de atividade econômica.
- Avaliar a evolução do nível de emprego, segundo os setores de atividade econômica.
- Conhecer o comportamento do nível de emprego das empresas financiadas por todas as fontes do BNB e pelo FNE, daquelas não financiadas e do conjunto de todas as empresas, por região semiárida e fora do Semiárido, por Estado, por porte dos empreendimentos e por setores econômicos.
- Conhecer a distribuição dos desembolsos dos investimentos realizados por todas as fontes do BNB e do FNE, por estado da Região Nordeste e setores econômicos, por região semiárida e fora do Semiárido, por Estado e por porte dos empreendimentos.
- Proceder a uma verificação comparativa entre o crescimento do nível de emprego e o aporte de desembolso dos investimentos das fontes do BNB e FNE, aplicados nos estados da região Nordeste, por ano e setor de atividade, por região Semiárida e fora do semiárido, por Estado e por porte dos empreendedores.
- Identificar a relação entre os investimentos aplicados pelo BNB e pelo do FNE por setores econômicos, por Região Semiárida e fora do semiárido, por Estado e por Porte dos Empreendedores.
- Analisar a distribuição dos desembolsos efetivados por todas as fontes do BNB e FNE por Região Semiárida e fora do semiárido, por Estado, por Setor econômico e por Porte dos Empreendimentos.

- Considerando a disponibilidade da RAIS 2008, no documento 2000 a 2008 deve constar a medição isolada dos impactos dos períodos de 2000 a 2007 e de 2000 a 2008, assegurando dessa forma a série histórica de avaliação.
- Capacitar os técnicos do Etene no sentido de repassar os procedimentos metodológicos e os de medição dos impactos dos investimentos.

4.3.2 – Aspectos Metodológicos

4.3.2.1 – Evolução do Nível de Emprego

Neste item do documento, apresenta-se uma análise detalhada da evolução do nível de emprego, no período de 2000 a 2008, tendo como referência a Relação Anual de Informações Sociais (Rais)¹⁹/2008 e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged²⁰, que são bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Nesta perspectiva, trabalha-se, a partir da RAIS, as variáveis: estoque de emprego no Brasil, regiões e estados do Nordeste; pessoas empregadas, segundo os setores de atividade econômica (indústria extrativa; indústria de transformação; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; comércio; serviços; administração pública, defesa e segurança; agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca); o gênero; os rendimentos do emprego indexados ao valor do respectivo salário mínimo, específico de cada ano do período de 2000 a 2008, tratados numa distribuição de frequência, com a identifica-

19 A Rais foi instituída pelo Decreto nº 76.900/75 como um registro administrativo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com o objetivo inicial de acompanhar e controlar a mão de obra estrangeira, prestar subsídios ao FGTS e à Previdência Social, bem como possibilitar a geração de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal.

20 O Caged foi criado pela Lei nº 4.923/65, tendo como função acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e de dispensa de trabalhadores regidos pela CLT, com o objetivo de assistir os desempregados e de apoiar medidas contra o desemprego.

ção das medidas de posição e mais da variável grau de instrução. Tendo como referência o Caged, trata-se a variação do nível de emprego em nível de Brasil e das regiões do país; estados da região Nordeste; setores de atividade econômica, sendo os mesmos citados anteriormente; os salários de admissões e mais as variáveis gênero e idade.

Ainda sobre os temas abordados, na perspectiva de medir o crescimento relativo do estoque de emprego²¹, adota-se um índice de base fixa e mais a variação relativa, conforme expressões a seguir.

Índice de Base Fixa

$$I_{\text{BASE FIXA}}(\text{ano}_I; \text{ano}_J) = (E_I \div E_J) \times 100$$

Onde:

E_I : estoque de emprego do ano I = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

E_J : estoque de emprego do ano J = 2000.

Variação Relativa

$$[(V_{\text{POSTERIOR}} / V_{\text{ANTERIOR}}) - 1] \times 100 \text{ ou } [(V_{\text{ANTERIOR}} / V_{\text{POSTERIOR}}) - 1] \times 100$$

Onde:

V_{ANTERIOR} : valor absoluto, ou variação relativa, no momento anterior.

$V_{\text{POSTERIOR}}$: valor absoluto, ou variação relativa, no momento posterior.

Ainda sobre os procedimentos, no sentido de avaliar o crescimento do nível de emprego, utiliza-se a técnica de números índices, adotando uma base móvel e o valor acumulado para um determinado período, conforme descrição abaixo.

²¹ O estoque de emprego corresponde ao número de trabalhadores empregados com algum vínculo empregatício, referente ao mês de dezembro de cada ano. Esse estoque de emprego é atualizado, a partir dos movimentos de admissão e desligamentos das pessoas com carteira assinada, registradas no Caged.

Índice de Base Móvel

$$I_{\text{ESTOQUE}}(\text{ano}_{N-1}; \text{ano}_N) = (E_N \div E_{N-1}) \times 100$$

Onde:

E_N : estoque de emprego do ano N = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

E_{N-1} : estoque de emprego do ano anterior.

Índice Acumulado do Estoque de Emprego

$$(E_N / E_{N-1}) \times (E_{N-1} / E_{N-2}) \times (E_{N-2} / E_{N-3}) \times (E_{N-3} / E_{N-4}) \times (E_{N-4} / E_{N-5}) \times (E_{N-5} / E_{N-6}) \times (E_{N-6} / E_{N-7}) \times (E_{N-7} / E_{N-8}) \times 100$$

Onde:

E_N : estoque de emprego no ano de 2008.

4.3.2.2 – Mensuração do Impacto dos Investimentos

Sobre a medição do impacto dos investimentos aplicados, respectivamente, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e, de forma isolada, pelo Fundo Constitucional de Financiamento – FNE, conforme literatura especializada (DRAIBE, 2002), desenvolvem-se três aspectos distintos, quais sejam:

1. **Desempenho** ou **resultados** (em sentido estrito): medição do percentual de cumprimento das metas da política ou programa.
2. **Impactos**: avaliação das alterações ou mudanças efetivas na realidade, em decorrência das alterações ocorridas na área de atuação do programa; e
3. **Efeitos**: outros impactos, esperados ou não do programa, que afetam o meio social e/ou institucional.

A análise do desempenho se deu a partir do acompanhamento dos valores de desembolsos efetivos, tanto do BNB, quanto do FNE, ao longo do período de 2000 a 2008. No tocante à avaliação

de impactos, mede-se, por exemplo, a ampliação da capacidade produtiva das empresas, na Região Semiárida e fora do semiárido, de acordo com o seu porte, nos vários setores de atividade econômica, segundo os estados da Região Nordeste, referindo-se especificamente ao crescimento, no tocante ao número de novos postos formais de trabalho. Trata-se do conjunto de empresas financiadas e não financiadas, caracterizando-se, dessa forma, eventos mutuamente exclusivos. No que tange aos efeitos, avalia-se a partir do crescimento mais acentuado do nível de emprego no conjunto das empresas financiadas, mesmo considerando a existência de variáveis exógenas, não tratadas nesta avaliação, mas que podem ter contribuído para a ampliação de novos postos formais de trabalho, na região Nordeste, ao longo do período em questão. No entanto, faz-se mister acrescentar que esses efeitos não influenciam nos resultados, posto que afetam igualmente os dois eventos considerados neste estudo.

É importante mencionar que, metodologicamente, para uma medição adequada dos impactos, constitui-se de fundamental importância a preservação das características dos elementos integrantes dos conjuntos citados e que, no tocante a esse aspecto, os resultados apresentados neste documento foram tratados de forma isolada, procedendo-se a uma estratificação, por subsetor de atividade econômica e os respectivos portes de estabelecimento, classificadas segundo o faturamento, de acordo com a Rais, localizados na Região Semiárida e fora do semiárido.

Sobre o desenvolvimento do processo, tratou-se inicialmente das informações da Rais/2008, que registra todas as relações formais de trabalho no país, desagregada em nível de localidades, empresa e subsetor de atividade econômica. Na utilização dessa fonte de informações, observa-se a evolução do estoque de mão de obra, no período de 2000 a 2008. A unidade primária de pesquisa foi o estabelecimento, cuja identificação se deu a partir do CNPJ.

Ainda no tocante às fontes arroladas neste estudo, trabalha-se também com as informações referentes aos desembolsos efetivos, decorrentes dos valores do contrato dos investimentos aplicados nas empresas, por todas as fontes de recursos do BNB e especificamente do FNE.

Na conjugação das variáveis utilizadas para medir o impacto dos investimentos, isto é, os estoques de mão de obra e os valores de desembolso, toma-se como referência o ano de 2000. Embora não se tenha processado nenhum valor de desembolso para uma determinada empresa, no ano citado, mas, sim, em momentos posteriores, foram registrados os estoques de emprego dos empreendimentos no ano de 2000 para, em seguida, acompanhar o crescimento do nível de emprego, nas empresas beneficiadas, em comparação com os valores das não financiadas, ao longo do interstício de 2000 a 2008.

Admite-se esse procedimento sob a hipótese de que o impacto na geração de empregos, em decorrência dos financiamentos, não se dá, necessariamente, no curto prazo. Além disso, procedendo-se dessa forma, fica estabelecido um conjunto de tamanho único de empresas beneficiadas, para uma avaliação acerca do impacto dos investimentos na geração de empregos, ao longo do período de 2000 a 2008. Assim, caso a formação desse conjunto ocorresse com a inclusão de empresas somente a partir do recebimento do primeiro desembolso, no referido período, ter-se-ia um acréscimo de estoque de mão de obra que, aparentemente e de forma inconsistente, indicaria um crescimento do nível de emprego, independentemente de ter-se dado como decorrência da aplicação dos investimentos.

Tratando-se especificamente dos procedimentos de medição dos impactos dos investimentos do BNB e em particular do FNE, trabalham-se as informações produzidas pela RAIS e aquelas relativas aos desembolsos, descrevendo-se, nesse contexto,

para o período de 2000 a 2008, a variável estoque de emprego das empresas financiadas, considerando aquelas que receberam pelo menos uma parcela do investimento requerido ao BNB (desembolsos efetivos), o das empresas não financiadas e do total das empresas, segundo os estados da região Nordeste. Classificam-se ainda as empresas, segundo o porte dos estabelecimentos localizados na Região Semiárida e fora do semiárido.

4.3.2.3 – Aplicação da técnica de Correlação Linear

Outra questão abordada neste documento diz respeito à precarização dos empregos, vista a partir da queda dos rendimentos do trabalho²² e que, uma das razões determinantes desse processo é, em hipótese, a redução dos salários de admissão dos jovens²³, em comparação com os adultos. Para tratar especificamente desta questão, utiliza-se como procedimento estatístico a técnica de correlação linear, levando em conta a distribuição dos salários de admissão dos dois segmentos populacionais citados, numa avaliação comparativa entre os resultados pertinentes aos anos de 2000 e de 2008. Para tanto, adota-se o Caged, tratando-se das variáveis faixas de admissão, em salários-mínimos, e crescimento relativo da participação dos trabalhadores, nas respectivas faixas.

Teoricamente, a correlação linear corresponde à raiz quadrada do coeficiente de determinação, sob a condição de os resultados assumirem valores positivos ou negativos. Melhor explicando, a correlação positiva expressa uma relação direta entre as variáveis, ou seja, o comportamento conjunto seja

²² Tratam-se as questões relativas aos rendimentos e aos salários de admissão, tendo-se como indexador o salário mínimo do cada ano do período de 2000 a 2008, conforme tabulação emitida pelo MTE.

²³ Define-se como população jovem as pessoas na faixa etária até 29 anos e a população adulta, ou seja, aquela com idade igual ou superior a 30 anos.

ele ascendente ou descendente, enquanto que, na correlação negativa, as variáveis apresentam tendências contrárias. Ainda sobre este índice, o seu valor equivale ao quociente entre a raiz quadrada da variação explicada, isto é, do quadrado dos desvios em torno do parâmetro médio de um indicador e a variação total, que corresponde à soma da variação explicada e daquela não explicada, que envolve o quadrado do desvio, em torno de um valor casual ou imprevisível.

A Tabela 84 apresenta as variáveis arroladas para o cálculo da correlação linear. Inicialmente, determina-se o coeficiente entre a evolução crescente dos salários de admissão e o crescimento da participação relativa do número de jovens nas várias faixas de salário-mínimo, gerando, dessa forma, um coeficiente para o ano de 2000 e outro para o de 2008. Na perspectiva de comprovar a hipótese levantada, definem-se os mesmos coeficientes para o segmento dos adultos. No que se refere à quantificação das faixas, adotam-se as observações da variável em questão, ou seja, o ponto médio de cada classe, ressaltando-se que se exclui dos cálculos a frequência acima de 20 salários, pelo fato de o ponto médio ser desconhecido. Esse procedimento afeta de forma inexpressiva os resultados, haja vista a baixa representação de trabalhadores na referida faixa.

De que maneira comprova-se a hipótese em questão? No cálculo da correlação linear, quanto maior a variação total, menor a relação entre as variáveis. Diante disso, considerando a tendência contrária entre o aumento do salário de admissão, numa ordem crescente por faixas, e a participação dos trabalhadores nessas faixas, os coeficientes assumem valores negativos. Nesse contexto, na comparação entre os resultados do coeficiente de correlação, referente ao período de 2000 a 2008, o menor decréscimo indica uma correlação mais expressiva da redução da participação de pessoas nas faixas mais elevadas dos salários de admissão.

Tabela 84 – Matriz do Vetor de variáveis para o cálculo da correlação

Faixas de salário-mínimo	Observações da variável	Frequência relativa ⁽¹⁾
0,0 -- 0,5	0,25	$F_i \div N$
0,5 -- 1,0	0,75	$F_{i+1} \div N$
1,0 -- 1,5	1,25	$F_{i+2} \div N$
1,5 -- 2,0	1,75	$F_{i+3} \div N$
2,0 -- 3,0	2,50	$F_{i+4} \div N$
3,0 -- 4,0	3,50	$F_{i+5} \div N$
4,0 -- 5,0	4,50	$F_{i+6} \div N$
5,0 -- 7,0	6,00	$F_{i+7} \div N$
7,0 -- 10,0	8,50	$F_{i+8} \div N$
10,0 -- 15,0	12,50	$F_{i+9} \div N$
15,0 -- 20,0	17,50	$F_{i+10} \div N$

Fonte: Elaboração do Autor.

Nota: (1) Probabilidade de inclusão na respectiva faixa i, sendo i = 1.

4.3.2.4 – Coeficiente de correlação

$$r = \frac{\sum (\text{vrd}_{T,E}) \times (\text{vres}_{T,E})}{[\sum (\text{vrd}_{T,E})^2 \times \sum (\text{vres}_{T,E})^2]}^{1/2}$$

Onde:

r: coeficiente de correlação

vrd = VRD – \sum VRD_E / número de anos

vres = VRD – \sum VRES_E / número de anos.

Por fim, mais uma vez, utiliza-se o coeficiente de correlação para medir o impacto dos investimentos das fontes do BNB e do FNE, a partir do crescimento relativo dos indicadores aporte de desembolso e estoque de emprego, ao longo do período de 2000 a 2008, especificamente para cada estado da região Nordeste. Para tanto, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

1. Identificar o valor total de desembolso para cada ano do período de 2000 a 2008.
3. Calcular um índice de base fixa (ano de 2000) dos valores de desembolso, referentes ao período de 2001 a 2008.

3. Determinar a variação relativa de cada índice, de acordo com a expressão a seguir, compondo-se, dessa forma, o primeiro vetor para o cálculo da correlação.

$$\text{VRD}_{T,E} = [(D_{T,E} \div D_{2000,E}) - 1] \times 100,00$$

Onde:

VRD_{T,E}: variação relativa do desembolso do ano T = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, 2007 e 2008, do Estado E = Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

D_{T,E}: Desembolso do ano T do Estado E.

D₂₀₀₀: Desembolso do ano de 2000 (base para o cálculo do índice), do Estado E.

4. Identificar o estoque de mão de obra das empresas beneficiadas, para cada ano do período de 2000 a 2008.
5. Calcular o índice de base fixa (ano de 2000) do estoque de emprego, relativo ao período de 2001 a 2008.

6. Determinar a variação relativa de cada índice, observando a expressão abaixo, construindo-se, dessa forma o segundo vetor para o cálculo da correlação.

$$VRES_{T,E} = [(ES_{T,E} \div ES_{2000,E}) - 1] \times 100,00$$

Onde:

$VRES_{T,E}$: variação relativa do estoque de emprego do ano T = 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, do Estado E = Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

ES_T : Estoque de emprego do ano T do Estado E.

ES_{2000} : Estoque de emprego do ano de 2000 (base para o cálculo do índice), do Estado E.

Finalmente, tendo-se como referência a expressão que se segue, determina-se o coeficiente de correlação para cada estado da região Nordeste, para as empresas financiadas pelo BNB, e especificamente aquelas que receberam desembolsos do FNE.

4.3.2.5 – Classificação do Porte das Empresas

Adotam-se para a classificação do porte das empresas micro, pequena e média/grande os critérios definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE constante na RAIS, onde é utilizada a variável faturamento, estratificada de acordo com as faixas especificadas na Tabela 85.

4.4 – Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumento de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA et al., 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.4.1 – Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si,

Tabela 85 – Faixas de Classificação do Porte das Empresas, Segundo a Variável Receita Operacional Bruta Anual

Faixas (R\$)	Micro	Pequena	Média/Grande
Até 240.000,00			
240.000,00 -- 2.400.000,00			
> 2.400.000,00			

Fonte: RAIS.

ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados e de qual estado ou região do país são adquiridos tais insumos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País, além de utilizar-se de dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste é possível identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar

que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e à instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, consumo da administração pública, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerça influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da matriz inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe, ainda, observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final, pois nos anos posteriores os impactos são residuais.

A MIP, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, pode-se estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, no valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, no estados da Região Nordeste, e os efeitos de transbordamento para outras regiões do país. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

4.4.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2011²⁴

Os valores totais contratados pelo FNE no primeiro semestre de 2011 alcançaram aproximadamente R\$ 4,3 bilhões, distribuídos entre os setores

²⁴ Os valores considerados nesse item se referem apenas às contratações do FNE na Região Nordeste do Brasil, excluindo-se os valores contratados no norte do Espírito Santo e Minas Gerais, em virtude de limitações da Matriz Insumo Produto.

Rural (36,5% dos recursos). Comércio e Serviços (23,8%), Industrial e Turismo (20,6%), Infraestrutura (16,8%) e Agroindustrial (2,3%). Considerando apenas os efeitos no âmbito da região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) – os chamados impactos do tipo 2²⁵, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 10,2 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2011²⁶. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção é o Rural, com 37,4% desse valor.

O valor agregado à economia da região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação do PIB da região) é estimado em R\$ 5,7 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 2,3 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços, Indústria e Turismo e Infraestrutura, também são expressivos (Tabela 86).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 486,1 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2011. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 279,5 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 57,5% dos empregos gerados na região. O emprego é calcula-

²⁵ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas.

²⁶ Pressupõe-se que as contratações de 2011 geram investimentos e operações em custeio, realizados no ano de 2011, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

do pelo conceito de equivalente/homem/ano²⁷, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria e Turismo deverão gerar em torno de 93 mil e 60 mil ocupações, respectivamente, represen-

tando 12,3% e 19,2%. Os setores Infraestrutura e Agroindustrial deverão responder por 46,5 mil e 6,7 mil ocupações, respectivamente (Tabela 86).

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 1,7 bilhão, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 681,7 milhões, representando 40,7% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Indústria e Turismo, com 19,6% de participação nos salários.

Tabela 86 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeiro Semestre de 2011¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria/ Turismo	Infraest	Seviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	825,5	728,1	97,9	878,3	714,0	462,0	550,4	4.256,2
Resultados por Setor - Nordeste								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	2.066,01	1.766,21	213,20	2.076,87	1.658,95	1.142,54	1.320,27	10.244,04
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	1.249,99	1.035,08	118,50	1.151,71	889,26	612,67	673,45	5.730,66
Empregos (em número de pessoas)	174.925	104.539	6.740	59.854	46.513	31.560	61.982	486.113
Salários (em R\$ milhões)	377,61	304,06	35,21	327,78	248,47	179,60	203,83	1.676,55
Tributos (em R\$ milhões)	258,02	248,54	31,04	293,03	258,54	175,01	151,35	1.415,53
Resultados por Setor – Nordeste + Resto do Brasil								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	3.428,18	3.042,36	359,44	3.514,46	2.794,06	1.912,22	2.067,89	17.118,61
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	1.818,84	1.567,10	179,00	1.748,62	1.357,35	934,94	982,38	8.588,23
Empregos (em número de pessoas)	194.449	120.825	8.474	76.487	58.905	40.360	73.216	572.716
Salários (em R\$ milhões)	554,77	468,64	54,05	512,41	393,19	279,51	300,07	2.562,65
Tributos (em R\$ milhões)	472,92	475,80	57,73	556,15	474,29	317,96	283,40	2.638,26

Fontes: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

²⁷ Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Quanto à geração de impostos (tributação) na região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, com destaque para os setores Rural, Indústria e Turismo e Infraestrutura.

Cabe ainda comentar, sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 4.928,00 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural²⁸. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 11.482,00 em Indústria e Turismo, R\$ 11.552,00 no Setor Agroindustrial, R\$ 8.914,00 em Comércio e Serviços, R\$ 11.121,00 em Infraestrutura, e R\$ 7.431,00 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores Agroindustrial e Indústria, denotando que são setores mais intensivos em capital.

4.4.2.1 – Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma forte dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por

²⁸ Olhando as atividades agrícola e pecuária, para se gerar um emprego, é necessário R\$ 4.245,00 e R\$ 6.026,00, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são, R\$ 7.517,00 e R\$ 11.448,00, respectivamente.

parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para os impactos totais de R\$ 17,1 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 6,9 bilhões, ou 40,2%, ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 572,7 mil novas ocupações, 15,1% desses são gerados para fora da região Nordeste (Tabela 8). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.4.2.2 – Impactos das Atividades Selecionadas dos Estados

A Tabela 87 discrimina os impactos do FNE na economia, a partir de atividades selecionadas da economia de cada um desses estados, sendo consideradas as duas atividades com maiores volumes de contratações. Cabe ressaltar que algumas atividades com contratações de relevo, no primeiro semestre de 2010, foram superadas por outras atividades no primeiro semestre de 2011. Todavia, com exceção da Bahia, em que as duas principais atividades, no primeiro semestre de 2011, não faziam parte do seletivo grupo do mesmo período de 2010, os outros Estados da Região mantêm, pelo menos, uma das principais atividades do ano anterior. O total de recursos contratados pelas duas maiores atividades de cada estado representou 39,7% dos recursos contratados pelo FNE na Região Nordeste no primeiro semestre de 2011, equivalente a R\$ 1,7 bilhão.

A atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água é a principal em valor contratado,

olhando todos os estados. Representa 25,7% dos R\$ 1,7 bilhão. Ela é a principal atividade em valor de contratações do Estado do Ceará, R\$ 311 milhões (Infraestrutura – implantação e expansão), com repercussões de R\$ 1,4 bilhão no valor bruto da produção e R\$ 655,4 milhões no valor agregado (renda). Os impactos nos salários, nos tributos e nas novas ocupações foram R\$ 193,6 milhões, R\$ 230,7 milhões e 28,9 mil, respectivamente.

No Setor Industrial, excluindo-se a atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água,

merece destaque a indústria de produtos minerais não metálicos, mais especificamente a fabricação de cimento, no Estado do Rio Grande do Norte, com valores contratados de R\$ 261,7 milhões, gerando impactos na Região de R\$ 992,9 milhões no valor bruto da produção e no valor agregado (renda) de R\$ 506,5 milhões. Vale observar, ainda, os impactos nos salários e nos tributos, de R\$ 146,2 milhões e R\$ 158,6 milhões, respectivamente, além de 21,8 mil novas ocupações estimadas, a partir das contratações e desembolsos do primeiro semestre de 2011.

Tabela 87 – Impactos na Economia das Contratações do FNE em Atividades Selecionadas, por Estado – Primeiro Semestre de 2011¹

Estado	Atividades ²	Valor Contratado ³	Produção	Renda	Empregos*	Valor em R\$ milhão	
						Salários	Tributos
AL	Com.Atacadista	31,9	125,9	70,7	3.127	23,6	16,1
	Bovinocultura	20,9	88,6	44,1	3.031	13,22	13,8
BA	Bovinocultura	124,5	555,1	286,5	20.028	91,4	89,5
	EXTRAÇÃO DE MINERAIS NAO-METALICOS	123,7	540,5	279,6	11.570	84,3	88,1
CE	PROD. E DISTRIB.ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	310,7	1.360,7	665,4	28.874	193,6	230,7
	Com.Varejista	74,2	327,2	168,3	9.237	50,2	51,4
MA	Bovinocultura	164,1	625,3	340,9	27.692	100,4	98,4
	IND. METAL-MECÂNICA	101,5	356,9	189,4	7.993	53,9	56,0
PB	Bovinocultura	22,8	93,1	48,6	3.251	13,9	14,7
	Com.Varejista	17,6	68,1	36,7	2.787	11,4	10,0
PE	Transp.Ferrovioario	78,3	320,1	145,3	6.593	41,3	54,5
	Com.Varejista	75,6	307,6	159,4	11.063	46,0	47,6
PI	Grãos	74,9	320,9	162,5	18.850	56,6	45,7
	PROD. E DISTRIB.ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	70,0	303,1	148,6	6.159	45,9	53,9
RN	Ind.Prod.Minerais nao Metalicos	261,7	992,9	506,5	21.832	146,2	158,6
	PROD. E DISTRIB.ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	49,3	187,3	91,3	3.901	25,5	31,2
SE	Grãos	42,0	153,1	80,4	8.197	24,9	20,1
	Laticínios	27,6	92,8	46,4	1.717	14,2	16,0

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram no período de aplicação dos recursos. (2) Atividades com maiores montantes de contratações em cada estado. (3) Valores a preços de junho de 2011.

(*) Número de Pessoas.

No Setor Agropecuário, destaque para a atividade de bovinocultura, que detém o maior valor de contratações, R\$ 332,3 milhões. É a atividade de destaque no Maranhão. Três outros estados têm a bovinocultura como uma das duas principais atividades, em valor de contratações do FNE, no primeiro semestre de 2011 (Bahia, Paraíba e Alagoas). O total desses investimentos deverão gerar impactos de 54,0 mil novas ocupações, a partir das contratações e desembolsos do primeiro semestre de 2011, com reflexos, ainda, de R\$ 1,4 bilhão na produção e R\$ 720,1 milhões no valor agregado (renda). Os impactos na massa salarial e tributos são de R\$ 218,9 milhões e R\$ 216,4 milhões, respectivamente. Na atividade grãos, cabe destacar a soja, o milho e o arroz, no Estado do Piauí, e o milho, em Sergipe, com valores contratados no montante total de R\$ 116,9 milhões, provocando impactos de produção e renda, na Região, nos valores de R\$ 474,0 milhões e R\$ 242,9 milhões, respectivamente. Os impactos, em termos de empregos, salários e tributos foram de aproximadamente 27,0 mil novas ocupações, R\$ 81,5 milhões e R\$ 65,8 milhões, respectivamente.

No Setor de Infraestrutura, se sobressai a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, já comentada acima pelas operações de relevo no Estado da Ceará. Cabe ressaltar que o Setor de Infraestrutura é um dos setores pouco intensivos em mão de obra, mas, em contrapartida é o que mais gera externalidades positivas, como os benefícios gerados para novos investimentos econômicos que serão atraídos pela maior e melhor oferta dos serviços de energia elétrica, telecomunicações e transportes na região, e a melhoria da saúde das comunidades com os investimentos em saneamento básico.

A Agroindústria é um dos setores de destaque no Estado de Sergipe, na atividade laticínios (implantação de uma fábrica de produtos de laticínios e beneficiamento do leite), com contratações no valor total de R\$ 27,6 milhões. Os impactos na produção, na renda, nos salários e nos tributos são estimados nos valores de R\$ 92,8 milhões, R\$ 46,4 milhões,

R\$ 14,2 milhões e R\$ 16,0 milhões, respectivamente. A matriz de insumo-produto também estima a criação de 1,7 mil empregos.

O comércio varejista é a atividade básica, em valor de contratações no Setor Comércio e Serviços. Dos nove estados do Nordeste, três têm no comércio varejista uma das duas principais atividades com contratações do FNE (Pernambuco, Ceará e Paraíba). O valor do total das contratações monta a R\$ 167,4 milhões, sendo 45,2% desse valor é no Estado de Pernambuco. Os impactos na Região, estimados pela matriz de insumo-produto, são: R\$ 702,9 milhões na produção, R\$ 364,4 milhões no valor agregado (renda), R\$ 107,6 milhões na massa salarial e R\$ 109,0 milhões em tributos. Cabe ainda ressaltar os impactos estimados em 23,1 mil novas ocupações.

4.4.2.3 – Impactos Socioeconômicos Previs- tos dos Financiamentos do FNE para mini/pequenos e médios em- preendimentos

Os valores contratados pelo FNE para os mini/pequenos e médios empreendimentos alcançaram R\$ 2,1 bilhões no primeiro semestre de 2011, como mostra a Tabela 8. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE. Esta participação, no período em análise, nas atividades pecuária, serviços e comércio, representam 84,2%, 84,1% e 66,3%, respectivamente. A participação nas atividades agrícola e industrial é em menor escala, mas é ainda relevante, em torno dos 40,0%. Vale ainda destacar, o potencial de geração de emprego das atividades dos mini/pequenos e médios empreendedores. Enquanto eles têm capacidade de gerar 219 empregos por um milhão de aplicação, quando se olha a média de geração de emprego por um milhão esse valor passa para 135 empregos (Tabela 88).

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 915,9 milhões, ou 44,3% do total dos

recursos e que representa 94,9% das operações, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 36,4% e o Setor Industrial, com 18,4% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,9% dos recursos. Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2. Os esperados acréscimos na produção bruta regional são

de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 5,3 bilhões. O número de empregos gerados na Região, a partir das contratações e desembolsos do primeiro semestre de 2011, é estimado em 383,7 mil, e aproximadamente 68,8 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 4,4 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 2,2 bilhões para as demais regiões brasileiras.

Tabela 88 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte do Empreendimento (Micro, Mini e Pequeno) – Primeiro Semestre de 2011¹

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroind.	Indústria	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões) ²	302,61	613,28	18,64	380,24	388,63	364,88	2.068,28
Quantidade de Contratações	39.916	139.517	92	1.255	1.570	6.764	189.114
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	761,00	1.483,64	46,66	891,14	961,29	1.394,53	7.544,98
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	459,23	865,97	25,03	495,74	513,59	818,14	4.353,31
Empregos (em número de pessoas)	69.193	88.968	1.479	25.683	27.942	74.508	383.675
Salários (em R\$ milhões)	141,35	253,71	7,24	139,95	149,32	254,23	1.296,79
Tributos (em R\$ milhões)	96,46	208,61	6,62	125,87	147,91	195,54	1.067,06
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	1.261,50	2.554,52	78,87	1.518,40	1.610,56	2.352,89	12.871,33
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	671,11	1.311,95	38,54	755,39	787,18	1.217,05	6.573,72
Empregos (em número de pessoas)	76.685	103.890	1.879	32.943	36.471	86.443	452.507
Salários (em R\$ milhões)	206,27	391,59	11,39	220,37	233,17	377,60	1.981,21
Tributos (em R\$ milhões)	175,87	399,20	12,39	240,80	268,80	364,23	2.017,45

Fontes: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de junho de 2011. Refere-se apenas aos estados da Região Nordeste.

5 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 – Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações, no âmbito do FNE, registrada até junho/2011 foi de 3,6%, mantendo-se praticamente estável em comparação com a verificada no mesmo período de 2010, que foi de 3,7% (Tabela 89).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às contratações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (16,0%) que apresentaram elevação em relação ao primeiro semestre de 2010, cujo índice foi de 14,3%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observou-se também elevação em relação a igual período de 2010 para a categoria de Micro e Mini, que passou de 7,5% para 8,8%. Os segmentos Pequeno, Médio e Grande portes tiveram pequena redução, passando de 4,6%, 2,6% e 1,3% para 4,2%, 2,4% e 1,0%, respectivamente.

Considerando-se os saldos em atraso por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os índices de todos

os segmentos mantiveram-se estáveis na comparação com os registrados no primeiro semestre de 2010. Os valores em atraso da categoria grande porte apresentaram uma leve redução de 0,6% para 0,5%.

A adoção dos procedimentos instituídos pela Lei nº 12.249/2010, bem como, o contínuo trabalho desenvolvido pelo Banco em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, contribuíram fortemente para a manutenção da redução da inadimplência no primeiro semestre/2011.

Em se tratando dos setores beneficiados, o Setor Rural continua apresentando um maior índice de inadimplência em relação aos demais setores, registrando inadimplência de 6,3% no período analisado. No Setor Agroindustrial, a inadimplência se reduziu de 3,0%, no primeiro semestre de 2010, para 2,6%. O Setor Industrial/Turismo teve uma leve redução de 2,1% para 1,4%, comparando-se o mesmo período. Já os setores de Comércio e Serviços e Financiamento à Exportação, mostraram índices de 1,4% e 4,9%, respectivamente, enquanto que o Setor de Infraestrutura não apresentou índice considerável (Tabela 90).

Tabela 89 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários – Posição: 30.06.2011

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) (1)	Saldo em Atraso (2)	Valores em R\$ mil	
				Inadimplência (%) (1)	Inadimplência do Segmento (%) (3)
Cooperativas/ Associações	344.580	1,1	55.221	0,2	16,0
Micro e Mini	7.191.380	23,1	631.905	2,0	8,8
Pequeno	3.627.848	11,7	151.192	0,5	4,2
Médio	4.850.402	15,6	115.108	0,4	2,4
Grande	15.061.788	48,5	155.937	0,5	1,0
Total	31.075.998	100,0	1.109.363	3,6	3,6

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

Tabela 90 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor – Posição: 30.06.2011

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	14.551.995	46,8	923.700	3,1	6,3
Agroindustrial	1.000.175	3,2	25.772	0,1	2,6
Industrial/Turismo	5.336.826	17,2	75.434	0,2	1,4
Infraestrutura	4.923.408	15,8	-	-	-
Comércio e Serviços	4.985.995	16,1	70.967	0,2	1,4
Financ. à Exportação	277.599	0,9	13.490	-	4,9
Total	31.075.998	100,0	1.109.363	3,6	3,6

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os setores Agroindustrial e Comércio e Serviços, acima mostrados, mantiveram-se constantes ao final do primeiro semestre de 2011 comparado com igual período de 2010. O setor de Financiamento à Exportação apresentou índice de inadimplência irrelevante no primeiro semestre de 2011 em relação ao total das aplicações, e por essa razão não está registrado na Tabela 90.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998 manteve-se em 9,1% ao final do primeiro semestre de 2011, um ponto percentual acima do índice verificado no mesmo período de 2010. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, o percentual de inadimplência do primeiro semestre de 2011 foi de apenas 2,5%, (Tabela 91) ou seja, levemente abaixo do índice apresentado em 2010.

Tabela 91 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 30.06.2011

Valores em R\$ mil

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁵⁾	5.401.397	17,4	492.427	1,6	9,1
Após 30.11.1998 ⁽⁶⁾	25.674.601	82,6	616.936	2,0	2,4
Total	31.075.998	100,0	1.109.363	3,6	3,6

Fontes: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

5.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 116,5 mil operações de crédito no primeiro semestre de 2011, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 480,4 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 112,0 milhões, ou seja, 23,3% do total regularizado (Tabela 92).

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação no segundo semestre de 2010 das Gerências de Reestruturação de Ativos (GERATs), que desenvolveram trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos que estavam passíveis desse procedimento, como por exemplo a criação do Projeto Estratégico Instrução Cobrança Judicial com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; desenvolvimento de campanha de divulgação da Lei 12.249/2010, para identificação das operações enquadráveis no refe-

rido instrumento legal de renegociação e orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com as providências levadas à prática considerando os critérios da mencionada Lei, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas, viabilizaram melhores condições para regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no decorrer do primeiro semestre de 2011.

Outro importante fator de contribuição para o bom desempenho na recuperação de créditos e conseqüentemente na redução dos índices de inadimplência, foi a melhoria da estrutura da área jurídica do Banco realizada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

Tabela 92 – FNE – Recuperação de Dívidas – Posição: 30.06.2011⁽¹⁾

SUPER	Qtde. Ops.	Vr. Receb. em Espécie	Valores em R\$ mil
			Vr. Regularizado
RECUP. CRÉDITO	1.509	22.009	90.760
AL	8.842	5.870	26.931
BA	29.190	22.460	103.813
CE	17.089	10.677	43.228
MA	6.455	8.276	17.619
MG/ES	8.661	8.491	39.313
PB	9.390	4.713	32.243
PE	13.244	13.080	55.659
PI	9.446	6.485	28.533
RN	7.145	4.294	24.809
SE	5.507	5.673	17.526
Total Geral	116.478	112.029	480.435

Fonte: BNB - Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociações de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais.

5.3 – Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-B, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB (Tabela 93).

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes.

Tabela 93 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 30/2010 do CONDEL – Posição: 30/06/2011

Valores em R\$ mil

Quant. Ops.	Vr. Saldo pelos Enc. Normais	Valor Recebido
4	1.525	813

Fonte: BNB – Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito

6 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do Pronaf Grupo B.
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 5% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 30.06.2011, 1.812.739 operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do Pronaf). O Banco do Nordeste realizou

76.254 atividades de campo em operações do FNE no primeiro semestre de 2011, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens. Destas atividades, 47.513 se referem à vistoria, sendo 5.787 de rotinas e 41.726 de desembolso.

6.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2011

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 52,0%, 22,0% e 4,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2011. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 22,0% (Gráfico 6).

6.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no primeiro semestre de 2011 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (78%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto;
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto;
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto;

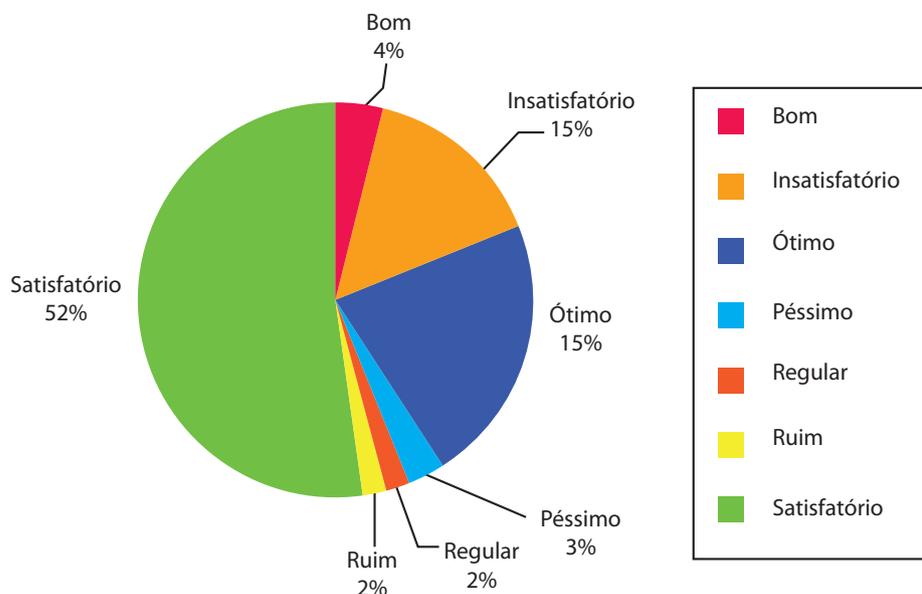


Gráfico 6 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2011

Fonte: BNB - Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito.

- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas;
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente;
- O planejamento técnico do projeto foi adequado;
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais;
- Não houve ocorrência de fatores adversos;
- O empreendimento é competitivo;
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto;
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória;
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado;
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas;
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidas à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste**: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programação 2011: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.367 de 30 de janeiro de 2008. Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro**. Brasília, 2004.

_____. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do nordeste**: desafios e possibilidades para o Nordeste no século XXI. Brasília, 2006.

_____. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semiárido**. Brasília, 2005.

_____. **Plano nacional de desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

CONTADOR, Cláudio Roberto. **Projetos sociais**: avaliação e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

DRAIBE, S. Avaliação de impactos: experiências metodológicas em políticas sociais no Brasil. In: **Evaluation of social impact**. Rio de Janeiro, 2002vc

FRANCISCO, Manuela; MASCARO, Yira; YARON, Jacob. **Measuring performance and achievement of social objectives of development finance institutions**. World Bank, PRWR 4506

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Contagem da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

_____. **Contas regionais do Brasil - 2004-2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Em 2010 a produção industrial cresceu em todos os 14 locais pesquisados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2011.

_____. **Produção agrícola municipal 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. **Produção física regional - dezembro de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

RESENDE, Gervásio C. **Crédito rural subsidiado e preço da terra no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1981. Texto para Discussão.

ROSEGRANT, Mark W.; SIAMWALLA, Ammar. Government credit programs: justification, benefits, and costs. In: **Agricultural price policies for developing countries**. U.S.A.: John Mellor and Raisuddin Ahmed, 1981. Cap.13.

SOUSA, J. M. P. et al. **Avaliação da execução, resultados e impactos do FNE Proatur**. Fortaleza: BNB, 2010.

VIDAL, M. de F.; GONÇALVES, M. F. **O segmento da pesca marinha na costa nordestina**. Fortaleza: BNB, 2010. (Série Documentos do Etene, 28).

YARON, Jacob. Evaluating the performance of the microfinance industry. In: **AIB Insights**. v. 6, n. 4, p. 3. 2006.

ANEXOS

Tabela 1A – FNE – Contratações por Estados e Setores na Região Semiárida – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	21.555	928	982	-	-	5.986	29.451	1,6
Bahia	212.348	4.562	131.930	805	-	86.471	436.116	23,3
Geará	136.361	7.505	67.900	5.437	60.747	137.889	415.839	22,2
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	84.987	103	2.647	-	-	18.688	106.425	5,7
Paraíba	30.712	819	4.385	245	-	21.927	58.088	3,1
Pernambuco	124.022	477	26.302	39.948	-	55.750	246.499	13,2
Piauí	41.364	489	641	990	-	14.832	58.316	3,1
Rio Grande do Norte	49.562	1.312	296.811	2.172	49.271	42.277	441.405	23,6
Sergipe	59.410	780	8.302	96	-	13.164	81.752	4,4
Total	760.321	16.975	539.900	49.693	110.018	396.984	1.873.891	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 2A – FNE – Contratações por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Estado	Valores em R\$ mil							Estado/Total (%)
	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	
Alagoas	30.228	-	9.620	13.274	-	51.430	104.552	4,0
Bahia	287.742	3.475	16.300	10.426	47.995	136.609	502.547	19,2
Ceará	34.359	450	45.254	3.119	312.486	82.306	477.974	18,3
Espírito Santo	27.234	5.000	1.786	988	-	15.868	50.876	1,9
Maranhão	352.103	19.366	111.828	11.473	60.743	134.189	689.702	26,4
Minas Gerais	60.404	-	1.886	359	-	14.763	77.412	3,0
Paraíba	15.966	2.055	14.948	318	-	21.491	54.778	2,1
Pernambuco	25.077	361	28.063	172	112.816	84.801	251.290	9,6
Piauí	92.107	351	5.778	5.213	70.000	71.812	245.261	9,4
Rio Grande do Norte	2.118	898	5.856	569	-	18.901	28.342	1,1
Sergipe	38.604	54.069	8.079	1.015	-	32.591	134.358	5,1
Total	965.942	86.025	249.398	46.926	604.040	664.761	2.617.092	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratação” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3A – FNE – Contratações por Estados e Zona Climática – Primeiro Semestre de 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%)
Alagoas	29.451	104.552	134.003	3,0
Bahia	436.116	502.547	938.663	20,9
Ceará	415.839	477.974	893.813	19,9
Espirito Santo	-	50.876	50.876	1,1
Maranhão	-	689.702	689.702	15,4
Minas Gerais	106.425	77.412	183.837	4,1
Paraíba	58.088	54.778	112.866	2,5
Pernambuco	246.499	251.290	497.789	11,1
Piauí	58.316	245.261	303.577	6,8
Rio Grande do Norte	441.405	28.342	469.747	10,5
Sergipe	81.752	134.358	216.110	4,8
Total	1.873.891	2.617.092	4.490.983	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Nota: (1) Por “contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

**Tabela 4A – FNE – Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição:
30.06.2011**

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Valores em R\$ mil	
			Valor	Total (%) de (A)
Ativo Total (A)	17.774.878	17.774.878	35.549.756	100,0
Recursos Comprometidos (B)	14.000.522	21.204.843	35.205.365	99,0
Recursos Aplicados	12.322.233	19.018.672	31.340.905	88,1
Operações de Crédito	12.688.674	18.387.324	31.075.998	87,3
Provisão para Operações de Crédito	(714.191)	(400.822)	(1.115.013)	(3,1)
Relações Interfinanceiras	346.343	1.030.131	1.376.474	3,9
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	603	874	1.477	-
Outros Créditos	804	1.165	1.969	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	1.678.288	2.186.171	3.864.460	10,9
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	3.774.356	(3.429.965)	344.391	1,0
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	196.794	342.262	539.056	1,5
Demanda nas Agências (E)	2.045.017	2.752.209	4.797.226	13,5
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	1.532.545	(6.524.436)	(4.991.891)	(14,0)

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 5A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B)	A / B (%)
Alagoas	51.783	1.591	3.255,4
Bahia	500.090	10.393	4.811,7
Ceará	170.720	4.302	3.968,7
Espírito Santo ¹	27.234	2.282	1.193,6
Maranhão	352.103	8.880	3.965,2
Minas Gerais ²	145.391	3.197	4.548,2
Paraíba	46.678	1.629	2.865,6
Pernambuco	149.099	3.738	3.988,3
Piauí	133.471	1.885	7.081,2
Rio Grande do Norte	51.680	1.180	4.379,8
Sergipe	98.014	1.051	9.328,2
Total	1.726.263	40.126	4.302,1

Fontes: BNB-ETENE e IBGE – Contas Regionais 2003.

Notas: (1) O PIB Rural do Norte do Espírito Santo foi estimado em 13,7% do PIB Total do Estado. (2) O PIB Rural do Norte de Minas Gerais foi estimado em 6,1% do PIB Total do Estado.

Tabela 6A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	10.602	13.274	4.671	284
Bahia	148.230	11.231	34.134	33
Ceará	113.154	8.556	14.391	59
Espírito Santo ¹	1.786	988	3.056	32
Maranhão	111.828	11.473	6.749	170
Minas Gerais ²	4.533	359	3.651	10
Paraíba	19.333	563	5.724	10
Pernambuco	54.365	40.120	15.149	265
Piauí	6.419	6.203	2.799	222
Rio Grande do Norte	302.667	2.741	6.578	42
Sergipe	16.381	1.111	6.713	17
Total	789.298	96.619	103.615	93

Fontes: BNB-ETENE e IBGE – Contas Regionais 2003.

Notas: (1) O PIB Rural do Norte do Espírito Santo foi estimado em 13,7% do PIB Total do Estado. (2) O PIB Rural do Norte de Minas Gerais foi estimado em 6,1% do PIB Total do Estado.

Tabela 7A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco – Posição: 30.06.2011

Valores em R\$ mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Exclusivo FNE	5.401.547	492.422	9,1
Compartilhado FNE / BNB	25.254.133	530.250	2,1
PROCERA	200.624	80.574	40,2
Integral BNB	219.694	6.117	2,8
TOTAL	31.075.998	1.109.363	3,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 8A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa do Empreendimento e Programa – Posição: 30.06.2011

Valores em R\$ mil

Estado	Programas Setoriais										Programas Multissetoriais					Total
	PRONAF	Programa da Terra	Rural ⁽¹⁾	Aquipesca	Profrota Pecuária	Industrial ⁽²⁾	Agrin ⁽²⁾	Proatur	Comércio e Serviços ⁽²⁾	Proinfra ⁽²⁾	Inovação	Verde	Pro-cultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual	
ALAGOAS	206.975	25.679	384.455	196	-	267.814	193.766	47.411	173.006	47.971	72	26	-	55.300	48	1.402.719
BAHIA	840.729	39.849	2.674.958	58.212	7.043	955.649	86.907	107.234	717.407	1.087.687	184	147.034	6.275	309.078	52	7.038.298
CEARÁ	713.049	7.649	980.621	127.435	-	892.223	135.757	79.726	655.259	1.020.770	716	202.156	8.635	656.449	147	5.480.592
ESPÍRITO SANTO	32.782	-	187.751	52	-	9.632	71.494	4.695	76.777	-	-	28.613	-	13.936	-	425.732
MARANHÃO	663.074	23.724	1.488.543	14.868	-	186.091	183.284	59.043	504.389	489.794	-	89.280	66	169.127	17	3.871.300
MINAS GERAIS	266.052	2.803	815.760	-	-	28.073	5.338	1.116	68.773	11.352	-	286.639	-	106.925	25	1.592.856
PARAÍBA	219.939	24.682	264.849	7.888	6.153	227.088	37.570	8.874	156.553	287.284	-	46.687	-	124.239	12	1.411.818
PERNAMBUCO	573.003	30.990	740.555	10.443	4.612	711.235	40.438	56.703	477.216	818.311	-	311.624	50	259.562	-	4.034.742
PIAUÍ	394.614	1.348	926.867	5.543	-	36.636	9.540	13.812	198.829	347.942	-	12.766	-	121.632	14	2.069.543
RIO DE JANEIRO ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
RIO GRANDE DO NORTE	296.758	19.781	374.975	58.769	-	158.423	23.415	37.168	203.957	583.154	158	403.590	21	147.999	51	2.308.219
SÃO PAULO ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
SERGIPE	164.634	24.120	392.297	6.294	-	212.358	281.655	42.893	152.380	39.296	32	252	-	123.945	23	1.440.179
Total	4.371.609	200.625	9.231.631	289.700	17.808	3.685.222	1.069.164	458.675	3.384.546	4.733.561	1.162	1.528.667	15.047	2.088.192	389	31.075.998

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pecuária e Programas Multissetoriais. (2) Exceto Programas Multissetoriais. (3) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.

Tabela 9A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa do Empreendimento e Porte de Tomadores – Posição: 30.06.2011

Valores em R\$ mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e mini	Pequeno	Médio	Grande	Total
ALAGOAS	58.666	375.860	129.389	197.692	618.269	1.379.876
BAHIA	58.396	1.370.628	674.526	935.224	3.490.649	6.529.423
CEARÁ	42.272	1.291.083	832.965	1.163.538	2.356.836	5.686.694
ESPÍRITO SANTO	-	59.516	40.643	100.805	200.311	401.275
MARANHÃO	19.766	858.865	336.048	470.422	2.021.953	3.707.054
MINAS GERAIS	19.734	505.521	284.510	231.330	558.441	1.599.536
PARAÍBA	18.658	378.435	202.434	189.908	611.062	1.400.497
PERNAMBUCO	33.976	889.309	374.187	670.805	2.587.779	4.556.056
PIAUI	34.192	609.888	236.638	216.555	811.185	1.908.458
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	452.251	452.251
RIO GRANDE DO NORTE	54.165	432.113	264.594	281.010	808.626	1.840.508
SÃO PAULO	-	-	-	-	45.882	45.882
SERGIPE	4.755	420.162	251.914	393.113	498.544	1.568.488
Total	344.580	7.191.380	3.627.848	4.850.402	15.061.788	31.075.998

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 10A – FNE – Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa (Unidade Federativa do Empreendimento) – Posição: 30.06.2011

Porte	PRONAF	Programa da Terra	Programas Setoriais										Programas Multissetoriais					Total
			Rural (1)	Aquipesca	Profruta	Industrial	Agrin (2)	Proatur	Comércio e Serviços (2)	Próinfra (2)	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual			
			(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)			
Cooperativas/ Assoc	296	51.286	241.981	-	13.196	9.002	22.068	-	4.689	-	-	-	-	-	-	2.062	0	344.580
Mini/Micro	4.370.717	104.973	2.162.343	6.434	-	14.600	1.534	6.766	128.136	-	129	4.186	159	391.024	379	7.191.380		
Pequeno	596	44.333	1.413.341	4.850	-	93.374	27.711	62.459	260.891	-	380	25.587	167	1.694.149	10	3.627.848		
Médio	-	4	1.294.709	38.741	4.612	875.997	252.428	330.536	1.444.343	139.537	276	459.794	8.468	957	0	4.850.402		
Grande	-	29	4.119.257	239.675	-	2.692.249	765.423	58.914	1.546.487	4.594.024	377	6.253	0	0	0	15.061.788		
Total	4.371.609	200.625	9.231.631	289.700	17.808	3.685.222	1.069.164	458.675	3.384.546	4.733.561	1.162	1.528.667	15.047	2.088.192	389	31.075.998		

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 30.06.2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 30.06.2011

Programas	Semiário						Fora do Semiário						Total						
	Aplicações		Atraso		Inadimplência (%)		Aplicações		Atraso		Inadimplência (%)		Aplicações		Atraso		Inadimplência (%)		
AGRIN	219.277	8.257	3,8	849.888	17.774	2,1	1.069.165	26.031	2,4										
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	110.779	2.335	2,1	178.921	5.999	3,4	289.700	8.334	2,9										
DITEC-PRODESA	118.119	15.466	13,1	984	118	12,0	119.103	15.584	13,1										
DITEC-PRODUR	978	978	100,0	-	-	-	978	978	100,0										
DITEC-PROINTEC	18.618	1.748	9,4	497	37	7,4	19.115	1.785	9,3										
FNE INDUS-INUNDACO-ES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDACO-ES/2000	-	-	-	10	2	20,0	10	2	20,0										
FNE VERDE/SERVICOS	2.976	-	-	-	-	-	-	-	-										
FNE VERDE-INDUSTRIAL	355.409	293	0,1	539.815	799	0,1	895.224	1.092	0,1										
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	152.742	-	-	37.106	-	-	189.848	-	-										
FNE VERDE-RURAL	100.805	1.638	1,6	339.813	160	-	440.618	1.798	0,4										
FNE-AQUISICAO DE CTN	544	115	21,1	464	28	6,0	1.008	143	14,2										
FNE-COMERCIO	436.368	12.520	2,9	1.367.259	28.375	2,1	1.803.627	40.895	2,3										
FNE-EI/COMERCIO	170	-	-	43	-	-	213	-	-										
FNE-EI/CULTURA-SERVICOS	8	-	-	-	-	-	8	-	-										
FNE-EI/INDUSTRIA	31	-	-	-	-	-	31	-	-										
FNE-EI/SERVICOS	91	-	-	41	-	-	132	-	-										
FNE-EI/TURISMO	4	-	-	-	-	-	4	-	-										
FNE-ESTIAGEM/98	35.876	5.540	15,4	6.541	1.204	18,4	42.417	6.744	15,9										
FNE-MPE-AGROINDUSTRIA	8.535	53	0,6	14.662	114	0,8	23.197	167	0,7										
FNE-MPE-COMERCIO	482.727	6.051	1,3	396.289	7.417	1,9	879.016	13.468	1,5										

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 30.06.2011

continuação

Programas	Valores em R\$ mil												
	Semiário						Fora do Semiário						Total
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	
FNE-MPE-CULTURA/COMERCIO	-	-	-	31	-	-	31	-	-	-	-	-	
FNE-MPE-CULTURA/SERVICOS	777	11	1,4	888	-	-	1.665	11	-	-	0,7	0,7	
FNE-MPE-INDUSTRIA	152.157	1.625	1,1	143.024	1.547	1,1	295.181	3.172	1,1	3.172	1,1	1,1	
FNE-MPE-SERVICOS	347.028	1.692	0,5	439.427	2.930	0,7	786.455	4.622	0,6	4.622	0,6	0,6	
FNE-MPE-TURISMO	40.994	252	0,6	61.652	375	0,6	102.646	627	0,6	627	0,6	0,6	
FNE-OP.EST/98 ADQ.-LEI 1322	4.461	481	10,8	1.122	92	8,2	5.583	573	10,3	573	10,3	10,3	
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10464	7.000	1.167	16,7	768	106	13,8	7.768	1.273	16,4	1.273	16,4	16,4	
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10696	12.094	1.121	9,3	1.670	157	9,4	13.764	1.278	9,3	1.278	9,3	9,3	
FNE-OP.PRONAF ADQ.-LEI 11322	2.742	282	10,3	1.861	230	12,4	4.603	512	11,1	512	11,1	11,1	
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10464	127.758	23.870	18,7	21.978	3.488	15,9	149.736	27.358	18,3	27.358	18,3	18,3	
FNE-OP.PRONAF CONV-LEI10696	21.704	2.579	11,9	11.268	1.638	14,5	32.972	4.217	12,8	4.217	12,8	12,8	
FNE-OUTR.OP.ADQ.-LEI 11322	132.314	13.030	9,8	59.749	5.191	8,7	192.063	18.221	9,5	18.221	9,5	9,5	
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10464	55.918	9.357	16,7	8.500	1.301	15,3	64.418	10.658	16,5	10.658	16,5	16,5	
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10696	82.008	8.362	10,2	16.607	1.902	11,5	98.615	10.264	10,4	10.264	10,4	10,4	
FNE-SERVICOS INDUSTRIAL	303.532	3.770	1,2	1.277.137	18.022	1,4	1.580.669	21.792	1,4	21.792	1,4	1,4	
INDUSTRIAL	1.092.946	25.980	2,4	2.541.756	27.369	1,1	3.634.702	53.349	1,5	53.349	1,5	1,5	
INOVAÇÃO-COMERCIAL	-	-	-	424	4	0,9	424	4	0,9	4	0,9	0,9	

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 30.06.2011

Programas	Valores em R\$ mil										continuação	
	Semiário					Fora do Semiário						Total
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Atraso		
INOVAÇÃO-INDUSTRIAL	22	-	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-
INOVAÇÃO-SERVICOS	-	-	-	717	-	-	717	-	-	-	-	-
MINERAL-CONC.LICENCIAMENTO	153	-	-	-	-	-	153	-	-	-	-	-
MINERAL-PESQUIISA	3.972	2.180	54,9	-	-	-	3.972	2.180	-	-	2.180	54,9
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT PRONAF RECLASSIF-FNE	118	20	16,9	1.534	359	23,4	1.652	379	-	-	379	22,9
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	278	21	7,6	115	5	4,3	393	26	-	-	26	6,6
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	-	-	-	66	-	-	66	-	-	-	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	13.448	1.247	9,3	29.014	1.404	4,8	42.462	2.651	-	-	2.651	6,2
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	13.792	610	4,4	6.746	421	6,2	20.538	1.031	-	-	1.031	5,0
PROAGRI	49.522	4.890	9,9	93.560	6.749	7,2	143.082	11.639	-	-	11.639	8,1
PROATUR	47.822	2.335	4,9	410.853	10.296	2,5	458.675	12.631	-	-	12.631	2,8
PROCAR	198	30	15,2	76	1	1,3	274	31	-	-	31	11,3
PROCOOP	1	-	-	646	50	7,7	647	50	-	-	50	7,7
PROCULTURA-COMERCIO	-	-	-	6.288	-	-	6.288	-	-	-	-	-
PROCULTURA-SERVICOS	215	7	3,3	8.544	-	-	8.759	7	-	-	7	0,1
PRODESA	14.269	1.993	14,0	837	213	25,4	15.106	2.206	-	-	2.206	14,6
PRODETEC INDUSTRIAL	1.752	203	11,6	525	55	10,5	2.277	258	-	-	258	11,3
PRODETEC RURAL	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
PRODETEC-COMERCIAL	87	30	34,5	59	3	5,1	146	33	-	-	33	22,6
PRODETEC-INCUBADAS	3	3	100,0	375	45	12,0	378	48	-	-	48	12,7

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição:
30.06.2011

continuação

Programas	Valores em R\$ mil													
	Semiário						Fora do Semiário						Total	
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)		
PRODETEC-P&D	-	-	-	20	20	100,0	20	20	100,0	20	20	100,0		
PRODETEC-PROINTEC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PRODETEC-PROTEC	-	-	-	149	-	-	149	-	-	149	-	-		
PRODETEC-SERVICOS	-	-	-	105	-	-	105	-	-	105	-	-		
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PRODIN-MET.MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PRODIN-METAL MECANICA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PRODIN-MIN.N.METAL.-GIRO ESP.	-	-	-	95	28	29,5	95	28	29,5	95	28	29,5		
PRODIN-MINERAL N.METALICO	157	62	39,5	336	137	40,8	336	137	40,8	493	199	40,4		
PRODIN-QUIMICO	1.834	364	19,8	634	105	16,6	634	105	16,6	2.468	469	19,0		
PRODIN-QUIMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PROFROTA PESQUEIRA	-	-	-	17.808	746	4,2	17.808	746	4,2	17.808	746	4,2		
PROGER	117.278	20.887	17,8	87.472	15.730	18,0	87.472	15.730	18,0	204.750	36.617	17,9		
PROGRAMA DA TERRA	74.864	28.068	37,5	125.760	52.506	41,8	125.760	52.506	41,8	200.624	80.574	40,2		
PROINFRA	1.932.064	-	-	2.801.496	-	-	2.801.496	-	-	4.733.560	-	-		
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	189.723	21.399	11,3	92.925	6.823	7,3	92.925	6.823	7,3	282.648	28.222	10,0		
PROMICRO - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PROMOC	613	277	45,2	72	14	19,4	72	14	19,4	685	291	42,5		
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 30.06.2011

continuação

Programas	Valores em R\$ mil											
	Semiárido					Fora do Semiárido					Total	
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações		Atraso
PRONAF (FNE)	28.387	4.855	17,1	18.522	2.786	15,0	46.909	7.641	16,3			
PRONAF FLORESTA - FNE	1.630	2	0,1	3.980	1	-	5.610	3	0,1			
PRONAF GRUPO "A" - FNE	540.444	43.933	8,1	546.575	39.050	7,1	1.087.019	82.983	7,6			
PRONAF GRUPO "B" - FNE	611.456	50.568	8,3	385.379	46.047	11,9	996.835	96.615	9,7			
PRONAF GRUPO "C" - FNE	483.165	52.689	10,9	164.472	20.845	12,7	647.637	73.534	11,4			
PRONAF GRUPO "D" - FNE	251.596	31.049	12,3	169.125	23.228	13,7	420.721	54.277	12,9			
PRONAF GRUPO "E" - FNE	6.356	509	8,0	5.553	399	7,2	11.909	908	7,6			
PRONAF GRUPO A/C - FNE	9.877	3.999	40,5	7.372	2.290	31,1	17.249	6.289	36,5			
PRONAF JOVEM - FNE	1.904	96	5,0	965	78	8,1	2.869	174	6,1			
PRONAF MULHER - FNE	76.343	5.356	7,0	21.242	1.219	5,7	97.585	6.575	6,7			
PRONAF SEMI-ARIDO - FNE	116.966	5.126	4,4	-	-	-	116.966	5.126	4,4			
PRONAF/AGREGAR (FNE)	34	34	100,0	-	-	-	34	34	100,0			
PRONAF/ESTIAGEM 2010-FNE	924	-	-	-	-	-	924	-	-			
PRONAF-A/FAT OP.ADQ.P/FNE	2.203	497	22,6	9.713	982	10,1	11.916	1.479	12,4			
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	40	-	-	-	-	-	40	-	-			
PRONAF-AGROINDUSTRIA (FNE)	1.489	94	6,3	530	37	7,0	2.019	131	6,5			
PRONAF-COMUM (FNE)	182.698	5.854	3,2	91.845	3.647	4,0	274.543	9.501	3,5			
PRONAF-ECO (FNE)	3.294	-	-	438	-	-	3.732	-	-			
PRONAF-EMERGEN-CIAL/2009	3.544	493	13,9	1.240	269	21,7	4.784	762	15,9			

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição: 30.06.2011

Programas	Valores em R\$ mil										continuação	
	Semiário					Fora do Semiário						Total
	Aplicações	Atraso	Inatim- plência (%)	Aplicações	Atraso	Inatim- plência (%)	Aplicações	Atraso	Inatim- plência (%)	Aplicações		
PROMAF-GRUPO A/RECU- PERACAO/FNE	4.490	149	3,3	3.916	62	1,6	8.406	211	2,5			
PROMAF-MAIS ALIMENT/ REVITALIZA	933	-	-	246	-	-	1.179	-	-			
PROMAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	302.331	195	0,1	121.431	51	-	423.762	246	0,1			
PROPAN	-	-	-	120	-	-	120	-	-			
PROPEC	772.065	91.010	11,8	274.334	25.662	9,4	1.046.399	116.672	11,1			
PROPEC-ENGORDA ESPE- CIAL	837	-	-	-	-	-	837	-	-			
PRO-RECUPERACAO AM- BIENTAL	2	-	-	-	-	-	2	-	-			
PRO-RENDA	7	2	28,6	10	-	-	17	2	11,8			
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-CONFECÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-COURO/CALCADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-COURO/PELE	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-PRODS.ALIMENT.	202	25	12,4	23	2	8,7	225	27	12,0			
PROTAD-PRODS. ALIMENT.G.ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-TEXTIL	13.000	579	4,5	18.769	1.295	6,9	31.769	1.874	5,9			
PROTAD-TEXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PROTAD-V.CALC/ART. COURO-G.ESPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-			

continua

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento – Posição:
30.06.2011

conclusão

Programas	Valores em R\$ mil											
	Semiário					Fora do Semiário					Total	
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PROTAD-VEST.CALC/ART. COURO	99	18	18,2	4.407	1.367	31,0	4.506	1.385	30,7			
RECOOP	1.235	205	16,6	19.158	832	4,3	20.393	1.037	5,1			
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	332.855	9.401	2,8	333.181	4.510	1,4	666.036	13.911	2,1			
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	46.162	596	1,3	11.186	274	2,4	57.348	870	1,5			
RES.2471-MIX RECLASSIF.FNE	37.738	1.061	2,8	3.444	100	2,9	41.182	1.161	2,8			
RURAL	2.122.818	76.976	3,6	3.862.933	93.426	2,4	5.985.751	170.402	2,8			
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	-	-	-	55.742	-	-	55.742	-	-			
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	-	-	-	3.904	-	-	3.904	-	-			
RURAL-CACAU/ART.7-A/LEI 11.775	-	-	-	575	-	-	575	-	-			
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	907	-	-	67.540	1	-	68.447	1	-			
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	901	12	1,3	1.926	3	0,2	2.827	15	0,5			
RURAL-INUNDACOES 2004 E 2008	1.313	2	0,2	8.947	227	2,5	10.260	229	2,2			
RURAL-PGT.JUROS/2471-OP.RECLAS	150	-	-	162	-	-	312	-	-			
Total	12.850.071	618.584	4,8	18.225.927	490.779	2,7	31.075.998	1.109.363	3,6			

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Primeiro Semestre de 2011

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valores em R\$ mil
			Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	274.000	1.621	157.047
Chapada do Araripe	238.000	8.816	178.811
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	194.560	6.115	94.713
Xingó	225.940	11.504	121.611
Bico Papagaio	200.000	2.150	81.378
Seridó	67.000	5.018	37.472
Águas Emendadas	27.000	241	2.281
Total	1.226.500	35.465	673.313

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2011

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valores em R\$ mil
			Valor Contratado
Semiárido		28.661	369.979
	Chapada das Mangabeiras	852	13.833
	Chapada do Araripe	8.816	178.811
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.471	18.252
	Xingó	11.504	121.611
	Seridó	5.018	37.472
Outras Regiões		6.804	303.334
	Chapada das Mangabeiras	769	143.214
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.644	76.461
	Bico Papagaio	2.150	81.378
	Águas Emendadas	241	2.281
Total		35.465	673.313

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011

DISCRIMINAÇÃO QTDE	Valores em R\$ mil															
	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JE- QUITINHONHA/ MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPA- GAIO		AGUAS EMEN- DADAS		TOTAL	
	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	74	77.866	144	5.958	170	56.142	811	48.888	186	5.459	111	32.880	6	1.281	1.502	228.474
PRONAF	1.459	4.789	8.295	31.155	5.787	15.756	10.384	38.482	4.502	11.222	1.944	6.979	229	502	32.600	108.885
Total	1.533	82.655	8.439	37.113	5.957	71.898	11.195	87.370	4.688	16.681	2.055	39.859	235	1.783	34.102	337.359

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2011

ATIVIDADE QTDE	Valores em R\$ mil															
	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JE- QUITINHONHA/ MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		AGUAS EMENDADAS		TOTAL	
	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE	VA- LOR	QTDE
Laticínios	-	-	1	70	3	178	-	-	1	26	1	422	-	-	6	696
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	1	1.917	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.917
Moagem e Benef. Proces. Benef. Frutas e Hortícolas	-	-	1	120	-	-	-	-	1	932	-	-	-	-	2	1.052
Total	-	-	2	190	5	2.113	1	14	2	958	1	422	-	-	11	3.697

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE Qtde	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde
Com.Varejista	-	-	1	8	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	2	18
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	35	-	-	-	-	1	35
Ind. Electro-eletronica	-	-	4	286	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	286
IND. GRAFICA	-	-	3	112	-	-	1	33	-	-	1	12	-	-	5	157
IND. METAL-MECANICA	3	69	7	559	-	-	5	248	1	14	-	-	-	-	16	890
Ind.Calçados	-	-	20	13.511	-	-	1	6.000	4	114	-	-	-	-	25	19.625
Ind.Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29	-	-	-	-	1	29
Ind.Mobiliário	-	-	2	71	1	7	-	-	-	-	1	40	-	-	4	118
Ind.Prod.Alimentos	-	-	12	589	6	506	10	344	12	519	1	384	-	-	41	2.342
IND.PROD.LIMPEZA, PERFUMARIA, COSMETICOS	-	-	3	141	1	35	-	-	1	40	-	-	-	-	5	216
Ind.Prod.Minerais nao Metalicos	-	-	20	5.722	3	1.721	-	-	21	3.492	1	3.513	-	-	45	14.448
Ind.Prod.Plastico	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	-	-	-	-	1	13
Ind.Textil	-	-	-	-	-	-	20	1.833	7	340	-	-	-	-	27	2.173
Ind.Vestuário e Acessorios	-	-	5	200	-	-	8	300	30	1.673	-	-	-	-	43	2.173
Laticinios	-	-	1	21	-	-	1	62	1	170	-	-	1	80	4	333
Reparacao e Conservacao	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50
Proces.Benef.Cana de acucar	-	-	-	-	1	226	-	-	-	-	-	-	-	-	1	226
Ind.Prod.Borracha	1	10	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	73	
Ind.Bebidas, Exceto Agroindustria	-	-	2	2.334	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2.334	
Ind.Madeira, Exceto Mobiliario	-	-	1	70	1	968	-	-	-	-	-	-	-	2	1.038	
Ind.Couros e Peles	-	-	2	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	98	
Curtume	-	-	1	562	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	562	
Ind.Transportes	-	-	1	8.696	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8.696	
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	-	-	5	8.167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	8.167	
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	-	-	-	-	1	16

continua

Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2011

ATIVIDADE Qtde	Valores em R\$ mil												conclusão				
	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio			Aguas Emendadas		Total	
	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde		Valor	Qtde	Valor	Qtde
IND.DE TRANSFORMAÇÃO	-	-	-	-	-	-	1	1.590	-	-	2	75	-	-	3	1.665	
INFRAESTR.P/ENG.ELETRICA E TELECOMUNICACOES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1.338	-	-	-	-	5	1.338	
Total	4	79	91	41.210	14	3.473	47	10.410	87	7.843	6	4.024	1	80	250	67.119	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 18A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2011

ATIVIDADE Qtde	Valores em R\$ mil																	
	Chapada das Man- gabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emen- dadas		Total			
	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde		
Ativs. Aux. Transportes	-	-	2	100	-	-	2	96	-	-	-	-	-	-	4	196		
Hospedagem	1	371	3	7.154	3	581	2	1.419	3	123	1	10.525	1	179	14	20.352		
Imobiliárias e Aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	83	-	-	-	-	1	83		
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	1	117	-	-	-	-	-	-	1	117		
Total	1	371	5	7.254	3	581	5	1.632	4	206	1	10.525	1	179	20	20.748		

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2011

ATIVIDADE QTDE	Valores em R\$ mil																	
	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JE- QUITINHONHA / MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPA- GAIO		AGUAS EMEN- DADAS		TOTAL			
	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE		
Prod. Distr. Eletricidade, Gás e Água	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747		
Total	1	70.000	1	60.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	130.747		

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: * Somente energia elétrica

Tabela 20A – FNE- Contratações em Mesorregiões – Setor Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE Qtde	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde
Alimentação	2	21	9	644	10	470	6	98	6	151	4	332	-	-	37	1.716
Assessoria, Consultoria e Treinamento	-	-	-	-	1	45	1	27	-	-	1	149	-	-	3	221
Ativs.Aux.Transportes	-	-	1	8	1	150	5	355	1	91	-	-	-	-	8	604
Com.Atacadista	4	86	15	877	3	98	12	1.613	13	1.713	11	692	-	-	58	5.079
Com.Varejista	73	3.339	203	13.054	99	10.493	187	11.099	185	7.694	59	18.713	4	239	810	64.631
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	6	13.071	-	-	5	2.426	1	278	-	-	-	-	12	15.775
Educação	-	-	6	500	1	15	3	152	1	13	-	-	-	-	11	680
Entretenimento	-	-	-	-	-	-	3	810	1	16	-	-	-	-	4	826
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	1	360	-	-	-	-	-	-	1	360
IND. GRÁFICA	-	-	1	30	2	459	-	-	-	-	1	20	-	-	4	509
Ind. Mobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	23	-	-	1	23
Ind.Prod.Alimentícios	-	-	1	16	-	-	2	8	-	-	-	-	-	-	3	24
Laticínios	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	1	4
OBRAS DE ACABAMENTO	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Reparação e Conservação	-	-	1	55	1	52	3	118	4	152	-	-	-	-	9	377
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	-	-	7	481	9	4.082	14	3.596	10	634	3	2.521	-	-	43	11.314
Serv.Aux. Agropecuária Extrativismo e Silvicultura	-	-	-	-	-	-	1	173	-	-	1	2.000	-	-	2	2.173
Serv.Pessoais	1	64	6	616	-	-	-	-	3	53	-	-	-	-	10	733
Transp Rodoviário	1	415	6	1.172	2	275	4	560	1	67	1	154	-	-	15	2.643
Serv.Aux. Construção	-	-	-	-	-	-	1	111	-	-	-	-	-	-	1	111
Hospedagem	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Serv. Aux. Adm. Empresas	-	-	2	112	1	21	4	474	-	-	-	-	-	-	7	607
Aluguel Maq.Eqpto.	-	-	4	872	3	195	-	-	4	479	-	-	-	-	11	1.546
Telecomunicações	-	-	1	73	-	-	-	-	1	107	-	-	-	-	2	180

continua

Tabela 20A – FNE– Contratações em Mesorregiões – Setor Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2011

ATIVIDADE Qtde	Valores em R\$ mil																conclusão Total
	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagato		Águas Emendadas		Total		
	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde		Valor	
Informática	-	-	1	28	-	-	-	-	1	33	-	-	-	-	2	61	
Alimentação Preparada	-	-	1	298	-	-	-	-	1	40	-	-	-	-	2	338	
Adm. Pública, Defesa e Segurança	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	-	-	-	-	1	50	
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	312	-	-	1	312	
Imobiliárias e Aluguéis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IND.DE TRANSFORMACÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	126	-	-	2	126	
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	-	-	1	30	
PREPARACAO DO TERRENO	-	-	1	35	-	-	1	134	-	-	1	1.200	-	-	3	1.369	
INFRAESTR. P/ENG. ELETRICA E TELECOMUNICACOES	-	-	-	-	-	-	-	-	1	200	-	-	-	-	1	200	
Outras atividades relacionadas ao lazer	1	17	2	94	-	-	1	37	2	13	1	306	-	-	7	467	
Intermediários do Comercio	-	-	3	211	1	77	-	-	-	-	-	-	-	-	4	288	
Correios	-	-	-	-	1	166	-	-	-	-	-	-	-	-	1	166	
Total	82	3.942	278	32.297	136	16.648	256	22.185	237	11.784	87	26.548	4	239	1.080	113.643	

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 21A – FNE – Contratações com Clientes que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

UF	MINI		MICRO		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE		TOTAL	
	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor
AL	4.650	12.778	40	2.006	70	11.493	10	16.504	-	-	4.770	42.781
BA	19.647	84.574	305	17.832	661	77.035	74	45.921	15	225.959	20.702	451.321
CE	10.851	53.187	603	33.244	433	113.248	40	56.991	9	288.491	11.936	545.161
ES	78	3.351	12	558	26	2.810	4	1.955	3	11.876	123	20.550
MA	10.544	55.081	42	2.077	331	34.560	34	190.408	4	12.367	10.955	294.493
MG	7.468	25.692	161	8.310	165	14.807	18	6.803	5	15.099	7.817	70.711
PB	6.686	16.130	113	5.333	199	12.390	9	897	1	50	7.008	34.800
PE	13.604	48.591	262	14.807	389	40.358	22	40.809	3	35.556	14.280	180.121
PI	8.253	25.844	69	2.998	200	19.921	13	10.752	4	85.970	8.539	145.485
RN	4.363	14.878	130	4.893	256	19.639	13	56.049	1	254.729	4.763	350.188
SE	2.454	9.830	100	4.333	183	12.705	22	7.734	4	28.399	2.763	63.001
TOTAL	88.598	349.936	1.837	96.391	2.913	358.966	259	434.823	49	958.496	93.656	2.198.612

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 22A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões – Primeiro Semestre de 2011

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	BAIXA RENDA	ANADIA	RURAL	10.848.008
AL	ALTA RENDA	MACEIO	FNE-COMERCIO	30.000.000
BA	DINÂMICA	CORRENTINA	RURAL	29.858.115
BA	ESTAGNADA	FEIRA DE SANTANA	FNE-SERVICOS	16.801.740
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	INDUSTRIAL	123.720.218
BA	ESTAGNADA	JUAZEIRO	RURAL	21.926.707
BA	ALTA RENDA	SALVADOR	FNE-SERVICOS	40.619.309
BA	DINÂMICA	SAO DESIDERIO	RURAL	13.739.902
CE	ALTA RENDA	FORTALEZA	PROINFRA	45.440.732
CE	DINÂMICA	HORIZONTE	INDUSTRIAL	11.000.000
CE	ESTAGNADA	JUAZEIRO DO NORTE	PROINFRA	60.746.592
CE	BAIXA RENDA	SAO GONCALO DO AMARANTE	PROINFRA	250.000.000
MA	BAIXA RENDA	ALDEIAS ALTAS	RURAL	10.653.117
MA	DINÂMICA	BALSAS	RURAL	29.635.352
MA	BAIXA RENDA	CODO	RURAL	17.979.354
MA	BAIXA RENDA	GRAJAU	RURAL	11.158.962
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	FNE-COMERCIO	15.023.587
MA	ESTAGNADA	IMPERATRIZ	PROATUR	10.525.008
MA	ESTAGNADA	PACO DO LUMIAR	FNE-COMERCIO	10.988.052
MA	ESTAGNADA	PORTO FRANCO	AGRIN	17.024.768
MA	BAIXA RENDA	SANTA LUZIA DO PARUA	FNE-COMERCIO	11.165.219
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	FNE-SERVICOS	16.800.000
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	INDUSTRIAL	101.482.041
MA	ESTAGNADA	SAO LUIS	PROINFRA	52.198.448
MA	DINÂMICA	TASSO FRAGOSO	RURAL	26.992.582
PB	DINÂMICA	ALHANDRA	FNE-SERVICOS	11.705.941
PB	ALTA RENDA	JOAO PESSOA	INDUSTRIAL	12.072.321
PE	ESTAGNADA	GRAVATA	PROATUR	25.763.294
PE	ESTAGNADA	IPOJUCA	INDUSTRIAL	11.438.000
PE	ESTAGNADA	PETROLINA	RURAL	24.798.129
PE	ALTA RENDA	RECIFE	FNE-COMERCIO	35.000.617
PE	ALTA RENDA	RECIFE	PROINFRA	78.318.747
PI	DINÂMICA	MONTE ALEGRE DO PIAUI	RURAL	15.536.861
PI	DINÂMICA	RIBEIRO GONCALVES	PROINFRA	70.000.000
PI	ESTAGNADA	TERESINA	FNE-COMERCIO	33.818.512
RN	ESTAGNADA	BARAUNA	INDUSTRIAL	254.729.360
RN	DINÂMICA	GUAMARE	FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	49.271.112
RN	ESTAGNADA	MOSSORO	INDUSTRIAL	26.782.216
SE	DINÂMICA	CAPELA	AGRIN	21.485.480
SE	DINÂMICA	MURIBECA	AGRIN	27.328.597
TOTAL				1.684.373.996

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 23A – FNE – Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMA/INSUMOS		TOTAL	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
AL	533	16.875	210	2.294	-	-	-	-	150	4.868	893	24.037
BA	1.479	197.315	179	5.415	15	8.306	12	1.398	805	33.342	2.490	245.776
CE	1.173	14.784	682	24.385	2	217	5	525	747	24.537	2.609	64.450
ES	84	3.928	14	2.797	2	10.000	1	5.000	40	1.032	141	22.757
MA	816	116.031	424	18.665	3	9.006	4	68	549	17.857	1.796	161.627
MG	60	10.299	138	6.531	-	-	-	-	264	6.687	462	23.516
PB	96	6.019	216	2.104	-	-	5	1.166	469	16.262	786	25.550
PE	377	45.549	365	12.940	-	-	10	537	870	31.822	1.622	90.848
PI	299	45.603	223	1.665	8	20.185	6	489	529	15.965	1.065	83.908
RN	190	10.144	353	5.897	-	-	16	956	576	22.112	1.135	39.109
SE	2.248	61.572	56	1.031	8	2.512	7	5.330	409	14.195	2.728	84.640
Total	7.355	528.120	2.860	83.723	38	50.226	66	15.469	5.408	188.660	15.727	866.217

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 24A – FNE – Contratações por Tipo de Município – Primeiro Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 25A – FNE – Contratações por Município – Setor Rural – Primeiro Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 26A – FNE – Contratações por Município – Setor Não Rural – Primeiro Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 27A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – Primeiro Semestre de 2011

VIDE CD-ROM ANEXO

Tabela 28A – FNE – Setor Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor – Primeiro Semestre de 2011

Faixa de Valor	Valores em R\$ mil											
	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Outros Programas Rurais		Total			
	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	100	49	5	2	6	2	111	53		
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	3.943	3.879	61	50	5	4	4.009	3.933		
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	382	2.355	169.436	323.741	9.156	48.576	918	6.027	179.892	380.699		
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	2.479	50.750	-	-	7.259	121.283	2.132	43.423	11.870	215.456		
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	1	52	-	-	526	31.567	1.772	106.718	2.299	138.337		
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	2	353	-	-	116	13.546	1.310	337.615	1.428	351.514		
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	163	423.144	163	423.144		
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	6	79.916	6	79.916		
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5	133.211	5	133.211		
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	2.864	53.510	173.479	327.669	17.123	215.024	6.317	.130.060	199.783	1.726.263		

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 29A – FNE – Setor Não Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor – Primeiro Semestre de 2011

Faixa de Valor	Industrial/Agroindustrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Total	
	Nr. Opera- ções	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor	Nr. Ope- rações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	3	3	3	3
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	118	821	-	-	4	27	1.316	9.127	1.438	9.975
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	465	10.522	-	-	25	599	3.934	86.873	4.424	97.994
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	380	22.597	-	-	38	2.217	2.325	132.413	2.743	157.227
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	347	89.358	-	-	46	13.786	1.404	321.319	1.797	424.463
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	53	161.937	1	8.544	12	43.702	106	290.090	172	504.273
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	4	51.535	-	-	1	10.525	7	102.162	12	164.222
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	3	75.596	6	355.976	1	25.763	4	119.758	14	577.093
Acima de R\$ 100.000.000,00	3	479.932	1	250.000	-	-	-	-	4	729.932
Total	1.373	892.298	8	614.520	127	96.619	9.100	1.061.745	10.608	2.665.182

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco Compartilhado – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	23.101.672	23.363.590	23.833.209	24.174.424	24.340.478	24.723.884
Atraso (B)	525.704	518.605	525.183	522.738	541.301	530.250
Até 180 dias	294.936	286.032	287.662	294.896	314.844	300.267
De 180 a 360 dias	230.291	232.467	236.826	227.648	226.129	229.847
Acima de 360 dias	477	106	695	194	328	136
Total Aplicações (C=A+B)	23.627.376	23.882.195	24.358.392	24.697.162	24.881.779	25.254.134
% (B/C)	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2	2,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco Integral do FNE – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	5.139.368	5.121.030	5.059.648	5.015.789	4.939.418	4.909.124
Atraso (B)	517.802	509.867	514.819	508.708	500.179	492.422
Até 180 dias	278.127	268.555	273.662	266.827	255.836	217.020
De 180 a 360 dias	239.153	241.193	240.411	241.449	243.113	273.958
Acima de 360 dias	522	119	746	432	1.230	1.444
Total Aplicações (C=A+B)	5.657.170	5.630.897	5.574.467	5.524.497	5.439.597	5.401.546
% (B/C)	9,2	9,1	9,2	9,2	9,2	9,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco do PROCERA – Primeiro Semestre de 2011

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	122.099	122.060	122.080	121.549	120.735	120.050
Atraso (B)	81.093	81.036	81.000	80.816	80.596	80.574
Até 180 dias	398	393	121	117	89	74
De 180 a 360 dias	7.480	7.472	7.720	7.690	7.629	416
Acima de 360 dias	73.215	73.171	73.159	73.009	72.878	80.084
Total Aplicações (C=A+B)	203.192	203.096	203.080	202.365	201.331	200.624
% (B/C)	39,9	39,9	39,9	39,9	40,0	40,2

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 33A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco Integral do BNB – Primeiro Semestre de 2011

Situação/Faixa de Atraso	Valores em R\$ mil					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	206.492	208.926	209.593	210.583	210.497	213.577
Atraso (B)	6.160	6.297	6.593	6.534	6.731	6.117
Até 180 dias	4.383	4.460	3.696	3.345	3.210	2.540
De 180 a 360 dias	1.777	1.837	2.895	3.189	3.325	3.577
Acima de 360 dias	-	-	2	-	196	-
Total Aplicações (C=A+B)	212.652	215.223	216.186	217.117	217.228	219.694
% (B/C)	2,9	2,9	3,0	3,0	3,1	2,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34A – FNE – Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas – Período: 2003 a Primeiro Semestre 2011⁽¹⁾

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista ⁽²⁾ (A)	Amortização com Op. RECIN ⁽³⁾ (B)	FNE ⁽⁴⁾ (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
2010	274.659	-	176.438	451.097
2011	17.791	-	99.283	117.074
Total	1.112.231	-	2.188.202	3.183.359

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 35A – FNE – Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas – Período: 2003 a Primeiro Semestre 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	5.311	10.789	75	-	16.175
Fevereiro	4.691	17.408	49	-	22.148
Março	2.541	12.104	47	-	14.692
Abril	3.321	10.690	49	1	14.061
Maio	4.051	10.329	18	16	14.414
Junho	4.856	35.011	439		40.306
Total	24.771	96.331	677	17	121.796

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais, bônus e dispensas.

Tabela 36A – FNE – Cobranças Judiciais Ajuizadas por Risco – Primeiro Semestre 2011⁽¹⁾

Valores em R\$ mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo do Banco	Risco Procera	
Janeiro	66.170	40.576	1.348	-	108.094
Fevereiro	64.852	57.016	1.290	13	123.171
Março	101.004	63.110	1.232	967	166.313
Abril	41.112	45.925	870	79	87.986
Maio	80.738	70.766	2.203	4.568	158.275
Junho	81.804	55.534	1.731	10.482	149.551
Total	435.680	332.927	8.674	16.109	793.390

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

Nota: (1) Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 37A – FNE – Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – Primeiro Semestre 2011

Mês de Referência	Data Previsia Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência (1)				Saldo na Data da Devolução (2)				Valores em R\$ mil		
			Risco Com-		Risco Inte-		Risco Compar-		Risco Inte-		Valor Inicial	Ajustes (3)	Valor Líquido
			partilhado	gral BNB	partilhado	gral BNB	tilhado	gral BNB	gral BNB	gral BNB			
Dez/2010	04/01/2011	04/01/2011	27.305	130	13.495	130	13.625	49	13.674				
Jan/2010	02/02/2011	02/02/2011	25.855	113	12.890	106	12.996	(35)	12.961				
Fev/2010	02/03/2011	02/03/2011	29.650	119	14.769	119	14.888	(21)	14.867				
Mar/2010	02/04/2011	02/04/2011	42.448	186	21.521	188	21.709	(126)	21.583				
Abr/2010	03/05/2011	03/05/2011	44.170	540	22.296	543	22.839	(80)	22.759				
Mai/2010	02/06/2011	02/06/2011	41.911	647	20.829	647	21.476	(85)	21.391				
Total			211.339	1.735	105.800	1.733	107.533	(298)	107.235				

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Considera os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Tabela 38A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – Primeiro Semestre 2011

DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$ mil	
	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	15.353.417	9.333.600
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	3.251.444	3.653.134
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	5.287.621	2.625.616
Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	6.814.352	3.054.850
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(4.755.228)	(2.547.935)
Resultado Operacional Monetizado	(1.463.460)	(568.751)
Remuneração das Disponibilidades	321.380	209.623
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	169.804	107.235
Recebimentos de Créditos Baixados como PJ	33.948	44.333
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	11.082
Cobertura Ops PROAGRO/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	0	6.780
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops FNE	0	1.908
Taxa de Administração	(1.057.524)	(481.873)
Del credere BNB	(861.068)	(396.149)
Del credere Instituições Operadoras	(3.851)	(1.927)
Despesa c/Ops. Outras Fontes	(386)	(39)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(65.256)	(38.955)
Despesa Auditoria Externa	(97)	(30)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0	(85)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(8.074)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	(410)	(4)
Bônus Operações Repases BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0	(6.315)
Remissão/Rebate Ops FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	(16.261)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	(3.576)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	(405)
Reclassificação Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.775	(483.730)	(7.490)
Outros itens	0	(2.086)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas em Exercícios Anteriores	(2.808.038)	(1.965.627)
TOTAL DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO (A + B)	10.598.189	6.785.665

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 39A – FNE – Contratações por Município no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre 2011⁽¹⁾

Município	Estado	Valor	Valores em R\$ mil
			%
FORTALEZA	CEARÁ	62.487	8,8
JUAZEIRO DO NORTE	CEARÁ	60.746	8,5
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CEARÁ	250.000	35,0
SALVADOR	BAHIA	47.995	6,7
SÃO LUIS	MARANHÃO	60.743	8,5
RECIFE	PERNAMBUCO	112.816	15,8
RIBEIRO GANÇALVES	PIAÚÍ	70.000	9,8
GUAMARE	RIO GRANDE DO NORTE	49.271	6,9
Total		714.058	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2012-03/05.699 - Tiragem: 1.000